

---

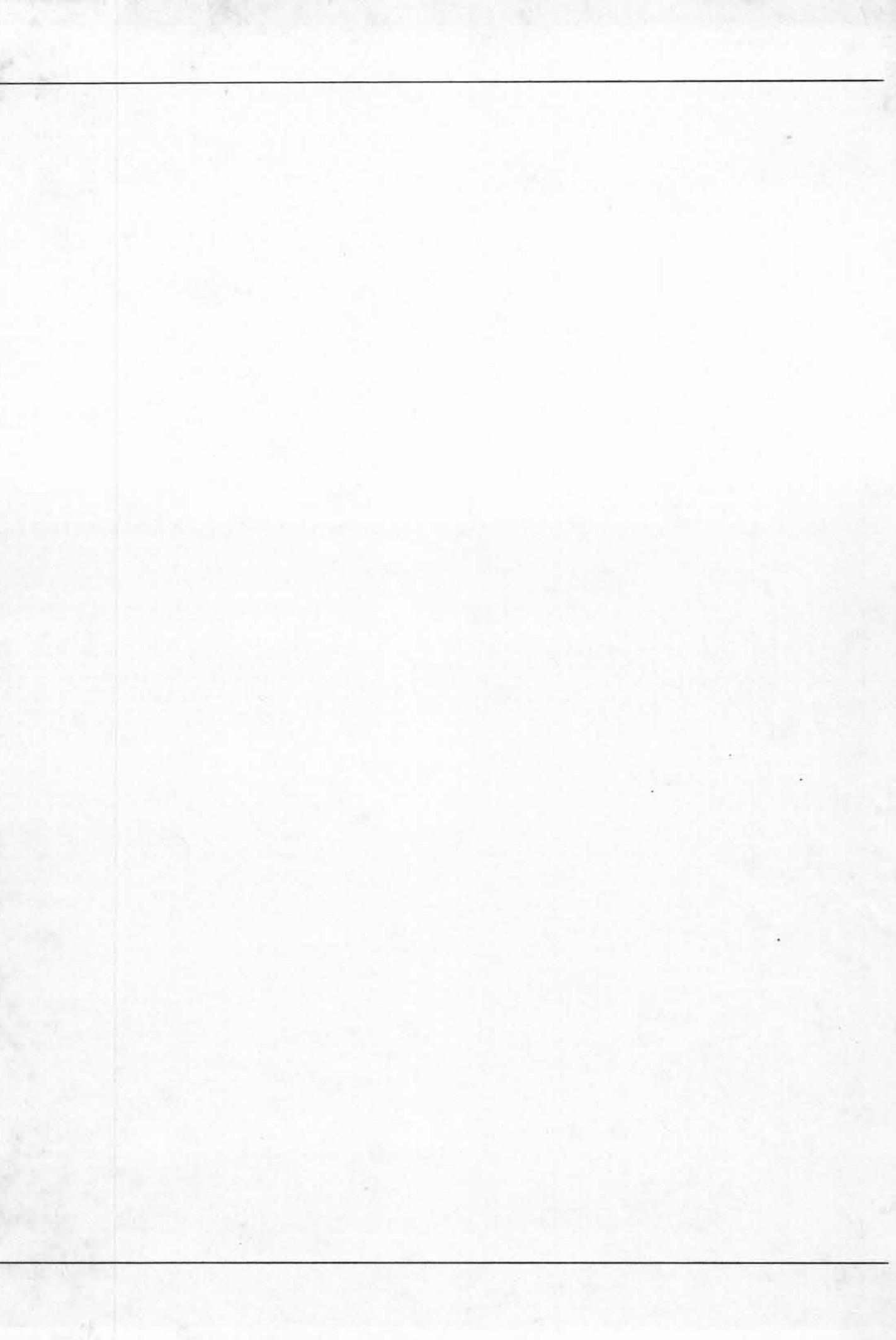
MARCIA ANITA SPRANDEL

BRASIGUAIOS: CONFLITO E IDENTIDADE EM FRONTEIRAS INTERNACIONAIS  
(VOLUME I)

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social do Museu Nacional da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro  
1992

---



---

"À medida que o tempo passa, a tinta velha em uma tela muitas vezes se torna transparente. Quando isso acontece, é possível ver, em alguns quadros, as linhas originais: através de um vestido de mulher surge uma árvore, uma criança dá lugar a um cachorro e um grande barco não está mais em mar aberto. Isso se chama pentimento, porque o pintor se arrependeu, mudou de idéia. Talvez se pudesse dizer que a antiga concepção, substituída por uma imagem ulterior, é uma forma de ver, e ver de novo, mais tarde. Essa é a minha única intenção a respeito das pessoas neste livro. A tinta ficou velha, e quis ver como me pareciam antigamente, e como me parecem agora."

(LILIAN HELLMAN, 1980)

---

---

SUMÁRIO - Volume I

Apresentação .....	iv
I - Contato Institucional .....	iv
II - Uma releitura dos dados, a partir das teorias antropológicas .....	xiii
III - O trabalho de campo .....	xvi
CAPÍTULO I - UMA DISCUSSÃO TEÓRICA .....	2
CAPÍTULO II - HISTÓRIA E DESLOCAMENTOS NA FRONTEIRA BRASIL- PARAGUAI .....	24
2.1. <u>Peões, mensus</u> e <u>campeiros</u> , os trabalhadores paraguaios e o capital argentino em território brasileiro .....	24
2.2. A reação do Estado brasileiro à presença argentina .....	29
2.3. OS GEÓGRAFOS E O MITO DA DEMOCRACIA RURAL NO PARANÁ .....	36
2.3.1. As <u>frentes pioneiras</u> .....	39
2.3.2. <u>Pioneiros</u> versus <u>caboclos</u> no avanço das <u>frentes pioneiras</u> .....	41
2.3.3. A democracia rural através do acesso à propriedade fundiária .....	46
2.4. Os historiadores e os conflitos de terra no Estado do Paraná .....	49
2.5. O governo estadual e a proposta de absorção das tensões sociais de outras unidades da federação .....	56
2.6. As empresas privadas de colonização e a divulgação da "Terra Prometida" .....	59
2.7. Grandes proprietários e empresas de colonização, os brasileiros em território paraguaio .....	62
Capítulo III - "NÓS BRASIGUAIOS": UMA IDENTIDADE DEFINIDA NO CONFLITO .....	71
3.1. As mobilizações dos chamados <u>brasiguaios</u> em 1985 e 1986: da aceitação à rejeição .....	71

---

---

3.2. Os documentos e a fixação da identidade .....	86
<b>CAPÍTULO IV: A ATUAÇÃO DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE .....</b>	<b>118</b>
4.1. Brasileiros no Paraguai: a visibilidade via conflito .....	118
4.2. A Visão Oficial .....	131
<b>CAPÍTULO V - O CARÁTER TRANSNACIONAL DA IGREJA: MEDIAÇÃO ECLESIAÍSTICA E IDENTIDADE .....</b>	<b>147</b>
5.1. Ideologia missionária e teoria da migração .....	148
5.2. As conferências episcopais e as políticas institucionais face às minorias étnicas e sociais. ..	176
5.3. a Igreja e a mediação política: CPT e MST .....	202

SUMÁRIO - Volume II

<b>CAPÍTULO VI - OS BRASIGUAIOS DE NOVO HORIZONTE .....</b>	<b>215</b>
6.1. O Projeto de Assentamento Novo Horizonte .....	215
6.2. Análise dos dados cadastrais .....	217
6.2.1. Os <u>brasiguaios</u> e um Paraná diferente .....	226
6.3. Os grupos familiares em estudo .....	228
6.3.1. Os tributários da <u>frente pioneira</u> ao Norte do Estado do Paraná .....	235
6.3.2. Os tributários da <u>frente pioneira</u> ao Sul do Estado do Paraná .....	239
6.3.3. Da propriedade ao arrendamento .....	245
6.3.4. O assalariamento rural .....	254
6.3.5. O Paraguai como opção ao endividamento bancário, aos conflitos e à elevação do preço da terra e dos contratos de arrendamento .....	261
<b>Capítulo VII - A UNIDADE POLÍTICA VERSUS AS DIVERSIDADES SITUACIONAIS, OU O PARAGUAI PODE SER MUITOS PAÍSES .....</b>	<b>270</b>
7.1. As "dificuldades boas" do cotidiano no Paraguai	282
7.2. Os paraguaios, estes desconhecidos .....	286

---

---

7.3. Os "mais de dentro" e os "da divisa", a intersecção de redes de mercado e de sociabilidade numa região de fronteira .....	298
7.4. A condição de estrangeiros .....	305
Capítulo VIII - "FORMAR A LUTA" OU SIMPLEMENTE "IR PROS BARRACOS", AS DIFERENTES INSERÇÕES NA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA .....	314
8.1. A realidade transformada em estratégia de discurso .....	339
CAPÍTULO IX - OS BRASIGUAIOS DE NOVO HORIZONTE, CINCO ANOS DEPOIS .....	357
9.1. Novo Horizonte e Paraguai: um fluxo constante de pessoas e de produção .....	402
X - CONCLUSÃO - BRASIGUAIOS: A REEDIÇÃO DE RITUAIS POLÍTICOS E AS REALIDADES DIFERENCIADAS .....	408
10.1. Identidade e Identificação: desdobramentos da ação mediadora da Igreja e do MST .....	408
10.2. A Estratégia do discurso dos aparelhos de poder .....	436
10.3. A Mobilização e a Mediação: os <u>campesinos sin tierra</u> paraguaios .....	442
10.4. A ação sindical transnacional .....	450
10.5. Sem pátria e sem território: limites extremos de uma existência política .....	458
BIBLIOGRAFIA .....	479
DOCUMENTOS CONSULTADOS .....	488
Elaborados pelos chamados <u>brasiguaios</u> em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra .....	488
Elaborados pelos chamados <u>atingidos</u> pela construção da U.H. Itaipu (consultados em Germani, 1982) .....	490
Oficiais .....	490
Governo Brasileiro .....	490
Governo Paraguio .....	493

---

---

Igreja .....	494
Brasil .....	494
Paraguai .....	497
Brasil e Paraguai .....	498

ANEXOS .....	500
--------------	-----

Carta à População .....	500
-------------------------	-----

Carta ao MIRAD. Campo Grande, 10 de abril de 1986 ...	502
-------------------------------------------------------	-----

Relação dos casos de violências ocorridos com os brasiguaios .....	507
-----------------------------------------------------------------------	-----

Carta ao MIRAD, Gleba Novo Horizonte, 10 de abril de 1986. ....	517
--------------------------------------------------------------------	-----

---

---

Mapa 1 - Localização das principais localidades citadas no Mato Grosso do Sul .....	xx
Mapa 2 - Paraguai .....	xxviii
Mapa 3 - Ligas Agrárias Cristãs do Paraguai .....	68
Mapa 4 - Extensão de terras objeto de pressão do movimento social .....	77
Mapa 5 - Departamentos paraguaios com registro de população brasileira. ....	157
Mapa 6 - Colônias e estradas utilizadas por emigrantes brasileiros nos Departamentos Alto Paraná, Caaguazú e Amambay. ....	158
Mapa 7 - Região de Corpus Cristi (Departamento Canindeyu) .....	161
Mapa 8 - Glebas dos brasileiros .....	167
Mapa 9 - Brasileiros no Paraguai .....	173
Mapa 10- Piquiri, Santa Rosa, Santa Tereza e Las Nuevas .	174
Mapa 11 - Comunidades de emigrantes brasileiros no Paraguay .....	205
Mapa 12 - Localização do PANH .....	358
Mapa 13 - PANH .....	360
Mapa 14 - Localização dos Acampamentos do PANH .....	369
Mapa 15 - "Linhas" do PANH .....	377

---

---

Mapa 16 - Parcelas de sócios da ATR e de sócios do STR ..	387
Mapa 17 - Capelas localizadas no PANH .....	394
Mapa 18 - Grupos do EMPAER .....	396
Mapa 19 - Localização da população brasileira no Paraguai e dos <u>brasiguaios</u> no Mato Grosso do Sul .....	412
Mapa 20 - Localização da população brasileira no Paraguai e dos <u>brasiguaios</u> no Mato Grosso do Sul (II) .....	413
Mapa 21 - Departamento Canindeyu e parte do Departamento Alto Paraná .....	427
Mapa 22 - Departamento Alto Paraná (detalhe) .....	428
Mapa 23 - Santa Tereza .....	429
Mapa 24 - Yby - Yau .....	430

---

---

Quadro 1 - Acampamentos de <u>brasiguaios</u> e <u>sem terra</u> MS - junho de 1985 / junho de 1986 .....	83
Quadro 2 Documentos dos <u>brasiguaios</u> (Junho/1985 - Abril/1986) .....	88
Quadro 3 - Empresas colonizadoras denunciadas, atuantes no Paraguai .....	111
Quadro 4 - As definições de <u>brasiguaios</u> na imprensa periódica (1986) .....	115
Quadro 5 - Áreas (KM2) de países limítrofes anexadas ao território brasileiro de 1852 a 1904 .....	120
Quadro 6 - Tipologia do <u>migrante</u> , conforme a mobilidade .	151
Quadro 7 - <u>Colônias</u> de brasileiros no Paraguai (1971) ...	155
Quadro 8 - <u>Colônias</u> de brasileiros no Paraguai (1972) ...	160
Quadro 9 - <u>Colonias</u> estudiadas según tipo de colonización y nacionalidad de la población predominante. ....	186
Quadro 10 - Agentes colonizadores brasileiros em colonias de poblamiento eminentemente brasileiro. ....	187
Quadro 11 - Agentes colonizadores paraguayos em colonias de poblamiento eminentemente brasileiro. ....	188
Quadro 12 - Agentes colonizadores mixtos em colonias de poblamiento eminentemente brasileiro. ....	189
Quadro 13 - Atendimentos realizados pelo PAC envolvendo cidadãos brasileiros .....	191
Quadro 14 - Mesorregiões geográficas com maior incidência de naturalidades entre os <u>parceleiros</u> do PANH .....	222

---

---

Quadro 15 - População brasileira no Paraguai por  
Departamento, Distrito e Localidade .....274

Quadro 16 - Comissão Central do acampamento de Mundo Novo  
.....318

Quadro 17 - Projetos de assentamento com presença de  
brasiguaios no MS .....414

Quadro 18 - Ocupações de imóveis de proprietários  
brasileiros / Departamento Alto Paraná - Fevereiro de 1990  
.....446

Quadro 19 - Ocupações de imóveis envolvendo brasileiros no  
Paraguai - Junho/1989 - Janeiro/1991 .....447

---

---

Lista de Siglas e Abreviaturas utilizadas

- APR - Departamento Alto Paraná (PY)
- ASAGRAPA - Asociación de Agricultores del Alto Paraná (PY)
- camp. - camponeses
- CANGO - Colônia Agrícola General Osório
- CBr - Correio Brasiliense
- CCA/MIRAD - Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD
- CCS/MIRAD - Coordenadoria de Comunicação Social do MIRAD
- CDE - Centro de Documentación y Estudios (PY)
- CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos
- CEP - Conferencia Episcopal Paraguaya
- CEPAG - Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch
- Cf. - conforme
- CIDSEP - Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política (PY)
- CIPAE - Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (PY)
- CMNP - Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
- CMSC - Congregação dos Missionários de São Carlos
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNT - Central Nacional de Trabajadores (PY)
- COBRINCO - Companhia Brasileira de Colonização e Imigração
- COOJORNAL - Jornal da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre
- CPES - Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos
- CPJP - Comissão Pontifícia de Justiça e Paz
- CPT/MS - Comissão Pastoral da Terra - Secretariado Regional do Mato Grosso do Sul
- CPT/MT - Comissão Pastoral da Terra - Secretariado Regional do Mato Grosso
-

---

CPT/PR	- Comissão Pastoral da Terra - Secretariado Regional do Paraná
CSEM	- Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios
CTNP	- Companhia de Terras do Norte do Paraná
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
CUT	- Central Unitaria de Trabajadores (PY)
CY	- Departamento Canindeyu (PY)
D.S.	- Dirigente Sindical
EFSPRG	- Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande
EMPAER	- Empresa de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul
ENPS	- Equipo Nacional de Pastoral Social (PY)
ESP	- Estado de São Paulo
fam.	- famílias
FETAEP	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAGRI	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNDAIN	- Fundación Paraguaya para el Desarrollo Agroindustrial
FSP	- Folha de São Paulo
g.a.	- grifo do autor
GETSOP	- Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná
g.n.	- grifo nosso
GOF	- Grupo de Operações de Fronteira
ha.	- hectare
IBASE	- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

---

---

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBR	- Instituto de Bienestar Rural (PY)
IC	- Identificação e Classificação dos Candidatos a Parceleiros
IEB	- Instituto de Estudos Brasileiros
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDI	- Instituto Paraguayo del Indigena
JB	- Jornal do Brasil
JST	- Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
km.	- quilômetro
KOGA	- Coordinación Nacional de Bases Cristianas (PY)
LIPSA	- La Industrial Paraguaya
MARIPÁ	- Madeireira e Colonizadora do Rio Paraná
MASTRO	- Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MEAF	- Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MST/MS	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Secretariado do Mato Grosso do Sul
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONAC	- Organización Nacional Campesina (PY)
OPM	- Organización Primero de Marzo (PY)
P.A.	- Projeto de Assentamento
PAC	- Programa de Ayuda Cristiana (PY)
PANH	- Projeto de Assentamento Novo Horizonte
PIC	- Projeto Integrado de Colonização

---

---

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PY - Paraguay  
PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária  
pret.prop.- pretensio proprietário  
SINOP - Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná  
SOMECO - Sociedade Melhoramentos e Colonização  
SPM - Serviço de Pastoral Migratória  
SPSAJ - Servicios Profissionais Sócio-Antropológicos y  
Jurídicos (PY)  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública  
SUDESUL - Superintendência para o Desenvolvimento do  
Extremo Sul  
TERRASUL - Departamento de Terras e Colonização do Mato  
Grosso do Sul  
U.H. - Usina Hidrelétrica  
USP - Universidade de São Paulo

---

---

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico(CNPq), pelo financiamento de março de 1988 a fevereiro de 1990; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento de março de 1990 a fevereiro de 1991.

Para a realização do trabalho de campo, nas suas diversas etapas, foi fundamental o apoio de Iris Sprandel e sua família, Cácia Cortez, Alberto Pedro Alves Mancilla e João Kennedy Cortez, em Campo Grande(MS); Olga Manosso, em Dourados(MS); Simeão e Alcilene, em Ivinhema(MS); "tia Roza" e Maria, Emília Kowalski e Oraci, famílias de Asemar Luis Vieira, José Duarte, Alberto Lima, José Lino Martins, José Vieira de Souza, Valdomiro Ferreira de Moura, Valdevino Mezzari Duarte, Maria Aparecida de Souza, Onofre Talaska, João Foresti e Antônio Cândido Rodrigues, no Projeto de Assentamento Novo Horizonte, atual município de Novo Horizonte do Sul(MS); família Matiasso, em Katuetê, Departamento Canindeyu(PY); Pe. Giuseppe Corradin e Pe. Júlio Soster, em Ciudad del Este, Departamento Alto Paraná(PY); Adilton e Flávia dos Santos, Irmã Hilária, Nelda e Mári, em Mariscal Francisco Solano Lopez, Departamento Caaguazú(PY); Nidia Glavinich, em Asunción(PY); funcionários do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Edson e Rosana Fachin, e Horácio Carvalho, em Curitiba(PR); Italo Brasil, Eliane M. Sprandel Missio, Elizete de Patrucco, Luci

---

Zimmermann e Pe. Paolo Bortolazzo, em Porto Alegre(RS); Gemma Giordani, em Sarandi (RS); funcionários do Centro de Estudos Migratórios, Ana Paulina Soares Aguiar e Fausto Pires de Campos, em São Paulo(SP).

Aos amigos Maria Cristina do Amaral Moreira, Maria de Fátima Machado, Josef Kanaan, Atila Pereira Roque, Rita de Cássia Ribeiro Lacerda, Sérgio Campos e Cláudia Turano, no Rio de Janeiro(RJ); e Clóvis Dias, Eduardo de Castro Campos, João Manoel Navarro Costa e Ana Becker, em Porto Alegre(RS). A Alfredo W. B. de Almeida, Terezinha e Moacyr de Almeida, em Leopoldina(MG). A Jailson Caldeira Meireles e Marília Cabral Xavier, pelo trabalho de digitação.

A Ivo Sprandel e Lourdes Maria Giordani Sprandel, que sabem muito mais sobre colonos e colônias do que pude apreender na elaboração deste trabalho, o meu carinho e desejo de uma vida longa e tranquila, no sobrado da serra.

---

## APRESENTAÇÃO

### I - Contato Institucional

Fui contratada em dezembro de 1985 para organizar o arquivo de documentos da Coordenadoria de Conflitos Agrários do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (CCA/MIRAD), em Brasília (DF). Graduada em História, vinha de experiências como pesquisadora na Biblioteca Nacional e, por um curto período, no Jardim Botânico, instituições culturais localizadas no Rio de Janeiro (RJ). Desde a elaboração da Proposta ao Plano Nacional de Reforma Agrária, em maio de 1985, parecia estar havendo uma vontade política do governo federal no atendimento às denúncias e reivindicações de reforma agrária por parte não apenas de organizações representativas de camponeses, como também de pleitos levados por comissões de trabalhadores, ou mesmo indivíduos, o que se traduzia na grande quantidade de documentos que se acumulava então em minha mesa de trabalho.

A prática no manuseio científico de documentos não garantiu o distanciamento crítico necessário quando comecei a catalogar cartas, relatórios, telegramas, fotografias, entre outros gêneros, que detalhavam violências contra pequenos produtores rurais em situação de conflito pela posse da terra. A brutalidade das ações de grandes proprietários de imóveis rurais, seus empregados ou pistoleiros, e mesmo de policiais militares, contra famílias de posseiros ou pequenos proprietários de terra me chocou

---

profundamente. Apesar de ter nascido em uma cidade que assistiu nos últimos 40 anos a uma sucessão de acampamentos de camponeses reivindicando terras (Sarandi-RS) e de estar morando no Rio de Janeiro(RJ), onde vinha realizando estudos sobre violência urbana, a gravidade e a ampla distribuição geográfica das denúncias que estava catalogando me passaram a nítida impressão de estar descobrindo o Brasil, mais precisamente o interior do Brasil.

Cada documento era organizado segundo critérios de localização geográfica: unidade da federação, município, e, principalmente, nome do imóvel onde estariam ocorrendo os conflitos, uma vez que o principal objetivo da CCA/MIRAD era o de fornecer subsídios para a redação de exposições de motivo que justificariam os atos desapropriatórios.

Entre os documentos catalogados, havia uma volumosa quantidade de cartas, notas, telegramas, moções de apoio, fotografias e recortes de jornais referentes a um contingente de mais de mil famílias de pequenos produtores rurais brasileiros que haviam passado até mais de vinte anos residindo e trabalhando em terras localizadas na vizinha República do Paraguai. Na madrugada do dia 14 de junho de 1985, de forma clandestina e organizada, estas famílias retornaram ao Brasil, e ergueram um imenso acampamento na praça principal do Município de Mundo Novo (MS), próximo à fronteira seca com o Paraguai. Seu objetivo era o de pressionar o governo brasileiro para que os considerassem beneficiários preferenciais do processo de reforma agrária

---

---

em curso. Para além da monumentalidade deste deslocamento transfronteiriço, chamava a atenção sobremaneira o fato destes camponeses identificarem-se e serem identificados por uma identidade específica, que fundia em si os adjetivos pátrios de Brasil e Paraguai: brasiguaios. Alertavam ainda ao governo federal que mais 400 mil brasileiros residiam no Paraguai, e estavam prontos para voltar, e igualmente reivindicar terras.

Para atender a demanda dos chamados brasiguaios acampados em Mundo Novo (MS), o governo federal desapropriou, através do Decreto 91792, de 17 de novembro de 1985, 18.468 hectares dos imóveis Horizonte e Escondido, localizados no Município de Ivinhema (MS). No mês anterior fora publicado o Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Decreto 91766, de 10 de outubro de 1985, o que concretizava então um compromisso do governo federal com o processo de reforma agrária e o atendimento dos pleitos dos camponeses.

Quando os chamados brasiguaios estiveram pela primeira vez em Brasília, em março de 1985, tendo sido recebidos em audiência pelo Ministro do MIRAD, eu ainda não fora contratada. Só vim a conhecer algumas de suas chamadas lideranças em abril de 1986, quando voltaram ao MIRAD na companhia de mediadores(cf.ALAVI, 1969) e porta-vozes(cf.BOURDIEU, 1990:188-193): políticos, religiosos e dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Reivindicavam agora a liberação de empréstimos e recursos para a efetivação de seu assentamento em projeto criado para

---

este fim: Projeto de Assentamento Novo Horizonte (PANH), localizado em Ivinhema (MS).

Mas não era este seu único objetivo. Vinha com eles um grupo de pequenos produtores rurais brasileiros ainda residentes no Paraguai, e que também se identificavam como brasiguaios. Traziam consigo um relatório que listava dezenas de denúncias de violências perpetradas por autoridades paraguaias contra brasileiros residentes em diversas localidades do Departamento Canindeyu. Para além do sentimento de aversão que as descrições de constrangimentos físicos e morais costumam despertar, a leitura do documento, reforçada pelo relatos dos envolvidos, causava indignação, pois evocava sentimentos de nacionalismo. Eram cidadãos brasileiros que estavam sendo vítimas de violência por parte de autoridades de um outro país e, mais do que isso, por membros de uma burocracia militar que se instalara ditatorialmente no Paraguai, há mais de vinte anos.

Este novo contingente dos chamados brasiguaios, confiante na eficácia da mobilização anterior, também reivindicava garantias de que, caso retornasse de forma organizada ao Brasil, receberia terras via processos administrativos. Foram recebidos na Coordenadoria de Conflitos Agrários na manhã do dia 10 de abril de 1986. Enquanto funcionária do órgão fundiário encarregado da execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, fazia parte

---

de meu trabalho o registro de depoimentos individualizados dos trabalhadores rurais que ali se apresentavam.

A despeito de uma certa formalidade que cercava a tomada de depoimentos, eu de um lado da mesa, livro de atendimento e caneta na mão, não havia violência simbólica na obtenção dos dados. As entrevistas não eram diretivas, ou provocadas. O solicitante expunha seu pleito junto ao órgão fundiário, e a mim cabia registrá-lo, solicitando complementações, detalhes e outros elementos de sua narrativa que configurassem uma situação de antagonismo social. Para grande parte dos trabalhadores rurais que recebíamos, o "ser ouvido" na capital da República, no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, já significava um sentimento ou uma ilusão de proximidade com o atendimento do pleito.

A anotação dos depoimentos em livros próprios, assim como as denúncias de situações de conflito recebidas via telefonemas e correspondência para o MIRAD e o INCRA, serviam de base para a elaboração de informações técnicas que eram enviadas diariamente ao Ministro. Sumarizando as situações de tensão social, situando seus diversos desdobramentos no dia-a-dia, as informações técnicas chamavam a atenção para seu ritmo e caráter de emergência. Muitas delas tiveram seus relatos utilizados para compor o conjunto de peças técnicas contidas em processos de desapropriação.

---

Nos casos de atendimentos à comissões de trabalhadores, como os chamados brasiguaios, seguia-se o acompanhamento em audiências com o Ministro e com o Presidente do INCRA, ou em setores específicos deste órgão fundiário, como a Procuradoria Jurídica ou a Diretoria de Recursos Fundiários. Muitas vezes havia o encaminhamento e acompanhamento ao Ministério da Justiça, quando denúncias de violências, ameaças de morte e homicídios assim o exigiam.

Neste processo, minha posição se circunscrevia àquela de um funcionário público, num período de transição democrática, após anos de arbítrio nas quais os pleitos dos trabalhadores rurais não eram acatados, e estes sequer eram recebidos nos órgãos fundiários. Tanto era nova nossa atitude de registrar e coletar depoimentos, numa relação que se desenvolvia no mesmo andar onde funcionava o gabinete do Ministro do MIRAD, quanto era novo para os pequenos produtores rurais que ali compareciam expressar suas demandas diretamente a integrantes de um aparelho de poder(cf.POULANTZAS, 1970:104-128).

Neste contexto tive meu primeiro contato direto com os chamados brasiguaios. Não obstante uma desconfiança inicial, havia um grau de confiabilidade, o mesmo que os fez se deslocar do Paraguai e arriscar um regresso ao Brasil. Sua interlocução se caracterizava, neste sentido, pela narrativa detalhada das dificuldades enfrentadas no Paraguai e pela necessidade de resultados imediatos, sobretudo aqueles relativos ao apressamento de instruções de processos

---

desapropriatórios e à implantação de projetos de assentamento.

Nestes contatos fui apreendendo os elementos que pareciam construir a categoria brasiguaios, no momento em que ela acionava sua força máxima de mobilização e de pressão sobre o governo brasileiro. Com base nos dados coletados junto aos trabalhadores e nas informações dos documentos por eles produzidos, elaborei uma informação técnica que tentava definir quem eram os brasiguaios. Encontrei na definição dada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (conforme edição de julho de 1985 do JST), aquela que mais se aproximaria da realidade:

"Quem são os brasiguaios? São agricultores brasileiros que vivem atualmente no Paraguai. São pequenos arrendatários que migraram do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, e até do Nordeste. (...) No Paraguai, os brasiguaios sofreram várias pressões do Governo, principalmente no sentido de renovar os vistos de permanência no país. Quem pode pagar, paga muito, e os que não podem pagar são ameaçados da prisão e de espancamento". (Informação Técnica CCA/MIRAD no 173, Brasília, 13/06/86)

Trata-se de uma primeira aproximação, em que a falta de uma visão mais ampla sobre a questão conduziu-me a uma incorporação da definição genérica do termo.

Em junho de 1986, aqueles chamados brasiguaios que haviam estado no MIRAD em abril, anunciando seu retorno ao Brasil, já se encontravam acampados no Município de Eldorado (MS). Suas lideranças procuravam o órgão fundiário mais uma vez, agora para pressionar seu assentamento em território

---

brasileiro. Em seus depoimentos, reforçavam aquelas primeiras noções de brasiguaios, conforme o relato que se segue:

"Fomos pra lá por causa da administração brasileira, que prá comprar terra pra pobre não tem jeito. (...) Brasiguai sofre pela ditadura paraguaia e pela democracia brasileira. (...) O que nós compramos vem do Brasil pelo dobro do preço, e o que a gente produz vai pelo Brasil pela metade do preço. O Paraguai é um país sem segurança econômica, é a mesma carestia. Também tem a perseguição do documento. Cada colheita tem um documento. Chega d'um lugar pro outro o documento não vale nada." (CCA/MIRAD, Caderno de Atendimento n. 3, pp. 9-10)

Os chamados brasiguaios se apresentavam, desta forma, como um grupo social que tivera seu destino diretamente influenciado pelos planejamentos e ações governamentais dos aparelhos de poder do Brasil e do Paraguai, dos quais se consideravam vítimas. Externavam assim uma noção de direito à terra, consoante disposições legais, na qualidade de cidadãos brasileiros expatriados. Resgatavam pela via jurídica dados de uma situação biográfica que incluía deslocamentos geográficos por diferentes regiões do Brasil e do Paraguai, no decorrer de sua existência.

Passando por diferentes condições econômicas, de parceiros, meeiros, arrendatários, peões, bóias-frias, pequenos proprietários, posseiros, e mesmo tendo precisado recorrer a atividades urbanas para sua sobrevivência, os chamados brasiguaios narravam sempre uma história de expropriação. As histórias de vida registrada nos

---

depoimentos não eram, desta forma, necessariamente individuais, singulares ou restritas. Em virtude disto é que se apresentavam sob uma identidade que era coletiva, e que não era mero somatório de pleitos individuais.

Estes encontros a nível institucional com as lideranças e porta-vozes dos chamados brasiguaios me auxiliaram a transcender o documentalismo do primeiro contato com a questão, e também o geografismo sugerido na definição de brasiguaios. Não eram apenas os que haviam retornado ao Brasil que assim se apresentavam, mas também aqueles que, ainda no Paraguai, planejavam o retorno. A categoria brasiguaios se delineava como instrumento de luta que poderia ser acionado sempre que segmentos insatisfeitos de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai apresentassem uma demanda direcionada ao governo brasileiro.

Fundamentalmente, no âmbito deste contato direto começou a se configurar uma possibilidade de adentrar em sistemas de representação e em práticas frente ao poder que não me permitiam distinguí-las do real. Ou seja, a possibilidade de romper com as pré-noções entre a representação e a realidade como situações distintas e muitas vezes contraditórias. Tratava-se de "incluir no real a representação do real" (BOURDIEU, 1989:113), numa estratégia de percepção que me possibilitou assimilar a coerência existente na aparente disparidade entre a homogeneidade traduzida pela categoria brasiguaios e as

---

---

diferenciações internas identificáveis entre os camponeses que assim se representavam.

## II - Uma releitura dos dados, a partir das teorias antropológicas

Trabalhei na Coordenadoria de Conflitos Agrários até janeiro de 1987. Em agosto daquele mesmo ano ingressei no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, tendo iniciado meus estudos, à nível de mestrado, em março de 1988.

Retomei as reflexões sobre os chamados brasiguaios em trabalho final para um curso sobre Grupos Étnicos e Estados-Nação ministrado pelos professores João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima. Empreendi uma releitura daqueles dados anteriormente obtidos enquanto funcionária, com atribuições formalmente definidas. Como estudante de antropologia, sendo treinada em técnicas especializadas de pesquisa, recuperei o conteúdo daqueles documentos através de instrumentos teóricos tais como os conceitos de grupo étnico, identidade étnica e fronteira étnica.

Avancei desta forma no universo da significação e dos conceitos, resgatando termos e noções autoevidentes e trazendo-as para uma reflexão mais próxima do conhecimento científico. Os conhecimentos mais aplicados e imediatos do período em que trabalhara no órgão fundiário, eram

---

submetidos agora a uma análise crítica e a uma releitura objetivando o exercício de noções e conceitos teóricos apreendidos durante o curso.

Fundamentava a utilização do conceito de grupo étnico para os chamados brasiguaios ao considerá-los um grupo social que utilizou sua identidade como categoria política e coletiva, de atribuição, a qual delimitou suas fronteiras e tem forte sentido organizacional (BARTH, 1969). Conforme o documento Carta à População, elaborado pelos chamados brasiguaios em julho de 1985, faz parte da auto-atribuição "nós, Brasiguaios", uma reafirmação da nacionalidade brasileira e uma necessária passagem por território paraguaio. Um outro fator de exclusão era aquele ocupacional, pois apenas "agricultores" faziam parte da mobilização, independente da relação jurídica que tivessem com a terra.

A ênfase na nacionalidade brasileira era reforçada pela versão de que haviam sido "expulsos" do Brasil em função do fortalecimento de relações consideradas capitalistas no meio rural. A "mecanização da lavoura" e a "concentração fundiária" foram outros fatores apontados para embasar sua condição de "exilados" ou "refugiados" econômicos.

No Paraguai a situação encontrada não teria sido diferente, mas se agravava diante de uma situação jurídica não mais, idealmente, de cidadãos, mas de estrangeiros, com todos os deveres e encargos. São fartos os relatos de

---

prisões ilegais, torturas, extorsões e saques de produção efetivados por funcionários da burocracia jurídico-militar paraguaia. Também são denunciadas ocorrências de despejos, servidão e exploração por parte de grandes proprietários de terra, em sua maior parte naturais do Brasil. Todo este quadro é apresentado como um novo processo de "expulsão", desta vez do Paraguai.

No retorno ao Brasil, porém, reafirmar a nacionalidade brasileira não seria mais suficiente para diferenciar-se etnicamente. Ao adotar a identidade brasiguaios, aquelas famílias que acamparam nos municípios sul-matogrossenses limítrofes com o Paraguai buscaram diferenciar-se dos demais grupos de camponeses brasileiros que então pressionavam o governo federal pela reforma agrária: os chamados sem-terra, ou ainda posseiros, ex-arrendatários, colonos e bóias-frias.

Acrescentei à análise fatos novos que haviam ocorrido, e que pareciam evidenciar os limites da categoria brasiguaios e aqueles dos próprios aparelhos de poder. A partir de abril de 1986, autoridades militares sul-matogrossenses deram início a um processo sistemático e violento de "fechamento" da fronteira político-administrativa internacional, tencionando impedir o retorno de novos contingentes organizados de brasiguaios ao Brasil. Diversamente, aqueles chamados brasiguaios beneficiados pelo processo de reforma agrária passam a mobilizar-se enquanto assentados, pleiteando demandas junto às autoridades

---

fundiárias. O que parecia então o fim da eficácia de uma categoria em verdade era sua transformação em outros planos de organização social e de mobilização política.

O trabalho de curso, se implicou num "retorno", do ponto de vista de recuperação de dados anteriormente obtidos, por outro lado abriu maiores horizontes para minha compreensão a respeito da questão, e me lançou a novas reflexões. Nas discussões com os professores e colegas, foi tomando forma a possibilidade de proceder ao recorte do objeto para efeitos de dissertação de mestrado.

### III - O trabalho de campo

A primeira tarefa que se colocou, nesta nova fase, foi a de coleta de dados em bibliotecas e arquivos. As famílias que pretendia analisar mais a fundo haviam percorrido diversas regiões, várias unidades da federação e Municípios, e transposto a linha demarcatória internacional em área de fronteira que vinha sofrendo toda sorte de intervenção dos aparelhos de poder do Brasil e do Paraguai, desde o surgimento destes Estados-Nação.

Meu objetivo consistia em levantar dados históricos e representações de militares, historiadores e geógrafos, sobre a fronteira Brasil/Paraguai, sobre a República do Paraguai e sobre os processos de ocupação dos Estados do Paraná e do Mato Grosso (incluindo neste último o Estado do

---

Mato Grosso do Sul, criado por lei complementar em 1977 e instalado em 1979).

Enquanto pesquisava, na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro(RJ), busquei na minha formação de historiadora instrumentos de trabalho que evitassem a reprodução de uma história positivista e descritiva, através de uma interpretação que retomasse dados e autores a partir de uma intenção bem definida.

Era preciso sair da monotonia dos textos históricos que listam as batalhas e tratados que configuraram a formação atual da fronteira com o Paraguai. Não se tratava, ainda, de dialogar com interpretações consagradas como aquelas sobre a chamada "marcha para o Oeste", ou sobre as estratégias geopolíticas do governo militar brasileiro para a ocupação de áreas de fronteira internacional.

Me interessava, mais do que isto, a caracterização da fronteira Brasil/Paraguai como ampla região marcada pela ocorrência de conflitos pela posse da terra, e a identificação de outras identidades ou categorias étnicas que teriam surgido destes embates, na história recente dos dois países.

A necessidade de recorrer a arquivos e bibliotecas marcou também os períodos de trabalho de campo, pois o estudo sobre os chamados brasiguaios precisou ir além da observação direta entre as famílias que assim se identificam. Embora a categoria brasiguaios só apareça

---

oficialmente em 1985, seus principais componentes de atribuição vinham sendo construídos desde a década anterior. Através da consulta a documentos produzidos por congregações religiosas, organismos sindicais, governantes e produtores intelectuais do Brasil e do Paraguai, neste período, percebi que a presença brasileira em território paraguaio não passara despercebida de seus planejamentos de atuação.

Na discussão sobre as vias de acesso à região onde se encontravam instalados os chamados brasiguaios assentados no Estado do Mato Grosso de Sul, enfrentei situações que configuram verdadeiros rituais de passagem, com representantes de alguns destes grupos institucionais. A imagem da funcionária já era passada, e não ficara retida na memória dos camponeses e de seus mediadores enquanto uma funcionária em particular. Tampouco neste período reavivara os laços com aqueles chamados brasiguaios que entrevistara em 1986, na Coordenadoria de Conflitos Agrários. Ir simplesmente para a área não significava, portanto, garantia de nada.

Na definição de caminhos, contatos teriam que ser retomados, nos novos condicionantes que delineavam a relação, quatro anos depois. Com toda a certeza, a confiança mútua anterior facilitou novos contatos com aqueles mediadores do grupo que conhecera enquanto funcionária da MIRAD.

No dia 16 de março de 1990, em Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul, iniciei o trabalho de

---

campo. Após ter enviado uma cópia de meu trabalho de curso sobre os chamados brasiguaios, conseguira marcar um encontro com a jornalista Cácia Cortez, a quem conhecera em 1986, quando, como integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, acompanhara os chamados brasiguaios ao MIRAD. Ex-funcionária da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Mato Grosso do Sul, possuía experiência e familiaridade com as questões fundiárias do Estado.

Após ser apresentada a integrantes da CPT/MS e do MST/MS, e expor teoricamente minhas preocupações e intenções de pesquisa, ouvi dos mesmos relatos pessoais de suas experiências com os chamados brasiguaios e sugestões de roteiros e de pessoas a serem procuradas no interior do Estado, inclusive em assentamentos.

Estas práticas rituais de contatos e testes de confiabilidade, passando pela aprovação de diversos mediadores externos, serviram para preparar o trabalho de campo. Defini a área a ser trabalhada em função de nela residir o maior contingente de chamados brasiguaios a retornar ao Brasil, e os primeiros a fazê-lo, em junho de 1985; e pelo fato de Cácia Cortez estar iniciando uma viagem à mesma, objetivando levantar dados para um livro. A área escolhida foi o Projeto de Assentamento Novo Horizonte, localizado no Município de Ivinhema, 329 quilômetros a sudeste de Campo Grande.

---

Mapa 1 - LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS LOCALIDADES CITADAS NO  
MATO GROSSO DO SUL

BOLIVIA

GOIÁS

MINAS GERAIS

SÃO PAULO

PARANA

PARAGUAI



Corumbá

Anastácio

2  
Irmaãos do  
Buriti

CAMPO  
GRANDE

Ribeas do Rio Pardo

Paranaíba

3 lagoas

Bataguassu

Bela Vista

Dourados

IVINHEMA

Nova  
Andradina

Bataiaporã

Taquarussu

Ponta  
Porã

Casapó

Jatei

Amambai

Navirai

Tawru

Itaquiraí

Iguatemi

Eldorado

MUNDO NOVO

Paranhos

Sete  
Quedas

---

Antes da viagem, delineei uma etapa de coleta de dados nos órgãos fundiários oficiais, a nível regional, face aos novos dados e à realidade dos assentamentos a partir das desapropriações realizadas durante a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária. Tratava-se ainda de apresentar minhas credenciais às autoridades responsáveis pelo Setor de Colonização da representação estadual do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, e de colocar minhas intenções de deslocamento para a área.

Tive acesso aos dados cadastrais dos chamados brasiguaios estabelecidos no Projeto de Assentamento Novo Horizonte, os quais são administrativamente tratados como parceiros. Da consulta feita obtive informações sobre os critérios de seleção do órgão fundiário e, principalmente, produzi estatísticas baseadas nos itens naturalidade e procedência.

Ainda em Campo Grande, percorri livrarias e "sebos". Encontrei em livros de memórias ou de reminiscências de produtores intelectuais locais representações sobre o habitante da fronteira com o Paraguai que pouco ou nada tem a ver com os chamados brasiguaios. Num deles, do paraguaio Brígido Ibanhes, sobre sua infância em Bella Vista (Departamento Amambay), cidade separada pelo rio Apa de Bela Vista(MS), não obstante a inexistência da expressão brasiguaios em todo o texto, ela tem destaque no título e no prefácio, escrito pelo sul-matogrossense Elpídio Reis. O mesmo autor que, em livro sobre a cidade fronteira de

---

Ponta Porã, em 1981, não a utilizava uma vez sequer trabalhando sempre com a noção de fronteirico.

Che Ru (Chirú): o pequeno brasiguaiio, a integração de um povo, parece utilizar-se da ampla divulgação de uma identidade que estivera durante mais de 12 meses nas manchetes dos jornais do país e do Estado. Este fato não me passou despercebido, e alertou para uma certa "perda de controle" dos chamados brasiguaios sobre a identidade que fora sua bandeira de luta pelo acesso à terras no Brasil.

O início do trabalho de campo propriamente dito se deu em 3 de abril de 1990. Acompanhada de Cácia Cortez e do fotógrafo Ribeiro, por ela contratado, viajamos para Ivinhema(MS). Ali chegando, estive presente em entrevistas feitas com o Prefeito Municipal e com técnicos da Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do MS, que trabalhavam no assentamento. Estivemos também na Gleba Vitória, visitando pequenos proprietários rurais, antigos moradores do Município.

No dia 5 de abril, nos dirigimos para o assentamento, conhecido localmente como Gleba Novo Horizonte, ou simplesmente Novo Horizonte. Com atuais 16.464 hectares, o assentamento possui um núcleo rural, ou "patrimônio", em seu centro. Nos hospedamos no "Restaurante dos Viajantes", cuja proprietária, "Tia Roza", acompanhara o deslocamento dos chamados brasiguaios desde o Município de Sete Quedas (MS), na fronteira com o Paraguai. Como ela, muitos outros comerciantes locais provém de cidade sul-

---

matogrossenses ou paranaenses limítrofes com o país vizinho, onde já mantinham relações comerciais sólidas com pequenos produtores rurais brasileiros nele residentes.

Nesta primeira visita a Novo Horizonte, apenas acompanhei Cácia Cortez e Ribeiro em seu trabalho. Como estratégia para evitar o que considerava um "vício", notadamente das chamadas lideranças, de reproduzir nas entrevistas sempre o mesmo discurso, coletivo, da época da mobilização por terra, a jornalista direcionava as perguntas para um tema que, então, parecia mobilizar o assentamento: a possibilidade do mesmo emancipar-se politicamente de Ivinhema. Luta aparentemente apoiada por todos seus moradores, foi efetivada em 27 de abril de 1992, quando a Assembléia Legislativa do Estado aprovou a criação do Município de Novo Horizonte do Sul. (Cf. JB, 28/04/92).

Diante das grandes distâncias que separam as residências, na área rural do assentamento, foi contratado o aluguel de uma "pickup" Willys, movida a gás de cozinha, como de resto grande parte dos veículos que por ali trafegava, devido à inexistência de postos de gasolina. O motorista, rapaz nascido no interior do Estado do Paraná, estava a pouco tempo em Novo Horizonte onde possuía laços de afinidade com o proprietário de um dos supermercados do "patrimônio". Numa situação na qual nem o motorista, nem os passageiros, conheciam o lugar por onde se deslocavam, nossas viagens tornaram-se uma aventura, interrompida a cada momento pela necessidade de pedir informações. Facilitou

---

bastante o fato de as pessoas escolhidas para visitarmos serem lideranças conhecidas localmente, além de um delegado sindical de STR de Ivinhema.

Durante cinco dias, cruzamos diversas vezes a área do assentamento, principalmente pelas "linhas" Porteira (ou Ponte Quirrá), Guavirá, Matão, Inferninho e Linha Gaúcha. A paisagem de Novo Horizonte transmite uma sensação de amplidão, onde, de diversos pontos das estradas percorridas, se tem visões panorâmicas que englobam o retalho de lotes, cada qual com sua casa e com as lavouras de algodão prontas para serem erguidas, barracões de bicho-da-seda, fornos de carvão, cenas que demonstravam o início ainda da nova vida dos chamados brasiguaios no Brasil. Quando a estrada se acerca dos limites do assentamento, chama a atenção o contraste entre as suas terras cultivadas e os campos limpos das grandes propriedades, criadoras de gado nelore, que o circundam.

Visitamos as famílias de José Vieira de Souza, Antônio Cândido Rodrigues, José Lino Martins, Valdomiro Ferreira de Moura, todos antigas lideranças dos chamados brasiguaios, e de Valdevino Mezzari Duarte, delegado sindical. Dormimos uma noite em casa de "seu Antônio", outra em casa da "Zé Vieira". A todos fui apresentada como pessoa que voltaria brevemente à Novo Horizonte, e que os procuraria buscando informações para um livro que escreveria sobre suas histórias de vida.

---

No núcleo urbano, visitei a Associação de Trabalhadores Rurais e estive presente em entrevistas feitas com alguns comerciantes. Não havia nenhum padre residente no assentamento. Após assistir uma missa dominical, me apresentei aos dois seminaristas que a conduziram, Chico e Roque. São naturais do Rio Grande do Sul, da congregação dos palotinos e não haviam participado do período de mobilização por terra dos chamados brasiguaios. Em sua casa, conheci algumas professoras, que estavam em Novo Horizonte desde 1986. Residem ainda no centro rural duas religiosas que estiveram ao lado dos camponeses desde o tempo do acampamento, em Mundo Novo (MS).

Estas pessoas, na sua maior parte vindas até mim por recorte e opção de um mediador externo que possuía laços anteriores e bem definidos com os chamados brasiguaios ali assentados, constituíam o capital de relações sociais que me permitiria retornar, meses depois. Voltei para Campo Grande(MS) e dali para o Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1990.

No mês seguinte, maio de 1990, viajei para Porto Alegre(RS). Por indicação de meus pais, ficara sabendo que os padres carlistas, como são chamados os membros da Congregação dos Missionários de São Carlos, trabalhavam em comunidades de brasileiros, no Paraguai, desde o início dos anos 70. Haviam sido párocos na cidade onde nasci, e minha família mantém laços de amizade com os mesmos até hoje.

---

Não foi difícil, desta forma, marcar um encontro com o Padre Paolo Bortolazzo, na sede da congregação em Porto Alegre. Este religioso se mostrava preocupado com o teor dos livros e reportagens que estavam sendo publicados, sobre a situação dos pequenos produtores rurais brasileiros no Paraguai. Sua experiência demonstrava que segmentos importantes desta população se encontravam satisfeitos com sua opção de vida, e vinham se adequando à nova situação, de imigrantes no Paraguai. Me passou os resultados de uma pesquisa feita nos anos 80, e indicou nomes de pessoas a serem procuradas nas localidades paraguaias onde a congregação possui missões ou paróquias.

Na Biblioteca Pública de Porto Alegre localizei, na seção de periódicos, algumas reportagens, feitas ainda nos anos 70, sobre os denominados "colonos gaúchos" que haviam se transferido para o Paraguai. Na Coordenadoria da Bancada do PMDB consultei o arquivo referente à "colonização", onde estão organizados cronologicamente recortes de jornais locais e nacionais, a partir dos anos 70.

Por intermédio de contatos feitos em Campo Grande (MS), com funcionários do Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares (CEDAMPO), tive minha inscrição aceita no "Seminário sobre Brasiguaios", que se realizou nos dias 26 e 27 de maio de 1990, em Foz do Iguaçu (PR). Promovido pelo Serviço de Pastoral Migratória (SPM), organismo ligado à linha 6 da CNBB, e pelo Centro de Estudos Migratórios (CEM), da Congregação dos Missionários de São Carlos, o

---

encontro promoveu uma troca de informações e experiências entre entidades confessionais e organizações camponesas do Brasil e do Paraguai.

Fiz contatos valiosos com religiosos, funcionários de entidades confessionais e produtores intelectuais do Paraguai, que me permitiram abrir uma nova e importante frente de trabalho, naquele país. Os integrantes do Centro de Estudos Migratórios, de São Paulo (SP), me informaram sobre o arquivo especializado em "migrações" que haviam organizado, e que tive a oportunidade de consultar posteriormente, com resultados importantes para minha análise sobre a atuação de diversos segmentos da Igreja no Paraguai.

Convidada pelo Padre Júlio Soster, natural de Vacaria(RS), entrei no Paraguai na tarde do dia 27 de maio de 1990. A Congregação dos Pobres Servos, à qual pertence, mantém em Ciudad del Este, capital do Departamento Alto Paraná, um albergue para meninos de rua, onde me hospedei por uma semana. Padre Júlio Soster fora pároco na localidade de Mariscal Francisco Solano Lopez, ou Santa Tereza (Departamento Caaguazú), colonizada a partir de 1968 notadamente por pequenos produtores rurais procedentes do sul do Brasil. Atos violentos e ilegais do atual colonizador, Sr. Eutimio Ioannidis, vinham tornando Santa Tereza um dos locais mais conflituosos do Departamento Caaguazú. Recentes ocupações de áreas ainda não colonizadas, por parte de "campesinos sin tierra"

Mapa 2 - PARAGUAI



fonte - P A C , 1988

---

paraguaios, apoiados por algumas famílias de pequenos proprietários brasileiros, elevava sobremaneira a tensão.

Padre Júlio fez questão de que eu e o geógrafo Luiz Carlos Batista, da USP, que fora conferencista no encontro de Foz, visitássemos Santa Tereza, aonde permaneci dois dias, sendo que Batista retornou ao Brasil na primeira manhã. Professor num estabelecimento de nível superior em Aquidauana (MS), realizou algumas gravações em vídeo para mostrar aos seus alunos. Este fato alarmou bastante a primeira família que visitamos, originária do Sul do Brasil (SC e RS).

Casal jovem, com dois filhos pequenos, estudantes na escola paraguaia local, possui uma propriedade de mais de 200 hectares, onde planta trigo e soja, com o auxílio de tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas. A residência da família, de alvenaria, é ampla e extremamente confortável. Na televisão, são sintonizadas apenas emissoras brasileiras. A casa possui jardins, com gramados e flores. O casal é ainda proprietário de um automóvel importado japonês, além de uma camionete.

Apesar de não estar diretamente ligado ao conflito, mantém laços de parentesco e de amizade com famílias que vinham se batendo diretamente contra o colonizador. Nos perceberam como jornalistas, e não queriam problemas. Desfeito o engano, o chefe da família e sua esposa colocaram que não concordavam com o enfoque que é dado pela imprensa

---

ao tratar da vida dos brasileiros no Paraguai, uma vez que se mostravam satisfeitos com seu cotidiano naquele país.

Realizei algumas visitas à famílias envolvidas no conflito, em companhia de religiosas da Congregação dos Pobres Servos, naturais da Argentina e do Uruguai, residentes em Santa Tereza. Nos encontros com os informantes evitei utilizar o gravador, e sequer realizei anotações no caderno, dada a tensão perceptível no ar.

O conflito era o assunto que orientava o discurso e a fala. Tendiam a me ver como jornalista. A condição de antropóloga não tinha qualquer visibilidade que os camponeses pudessem perceber como "útil" ou tradutível.

As entrevistas ganharam assim uma forma de monólogo, não necessitando de perguntas, porque a representação sobre minha posição fora prévia e antecipadamente construída. Percebia a sua fragilidade, mas sabia que não podia revertê-la no âmbito do "survey", e que isto só seria alcançado em trabalho de campo mais longo, em que as "representações reais" pudessem ter uma força mínima para se impor.

Ainda no âmbito de "survey", estabeleci critérios para coleta de informações junto a autoridades administrativas e religiosas, em Ciudad del Este (Departamento Alto Paraná). Realizei entrevistas com o Delegado de Gobierno del Alto Paraná, com funcionários do consulado do Brasil e com um dos religiosos encarregados do Seminário Nuestra Señora de Caacupé, da Congregação dos Missionários de São Carlos.

---

Neste particular, minha posição de antropóloga não era estranha ou de assimilação impossível, dada a formalidade de pesquisadores se apresentarem à autoridades para justificar legalmente sua presença na área. Permanecia, no entanto, o tom de monólogo. Minha presença, predisposta a estudar uma vaga "presença brasileira no Paraguai", era suficiente para que o interlocutor comentasse os aspectos do problema que lhe pareciam mais prementes.

Para o representante local do governo paraguaio, tratava-se de discutir a pressão que estavam realizando pela naturalização dos brasileiros residentes em seu país, como única forma de findar eventuais conflitos inter-étnicos. Para autoridades diplomáticas brasileiras, além de informações sobre o problema da documentação, o assunto escolhido foram as ocupações de propriedades de brasileiros por "campesinos sin tierra" paraguaios. Para a autoridade eclesiástica, tratava-se de diferenciar "brasiguaios" (os que voltaram ao Brasil) do restante de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai, que estariam satisfeitos e dispostos a regularizar sua condição de "imigrantes".

De Ciudad del Este retornei ao Brasil, via Foz do Iguaçu (PR). Pretendia ingressar no Estado do Mato Grosso do Sul por território paraguaio. Muitas linhas de ônibus fazem o trajeto Ciudad del Este - Salto del Guaira (capital do Departamento Canindeyu), através da rodovia "Supercarretera". Fatores climáticos me impediram de

---

realizar este intento. Sempre que chove mais de um dia seguido, o governo fecha as estradas de terra para o trânsito de ônibus e caminhões, em nome de sua conservação.

De Foz do Iguaçu segui, no dia 3 de junho de 1990, para Guaira(PR), onde pernoitei. Na manhã seguinte, cruzei de balsa o lago de Itaipu, por sobre onde existiu, antes da construção da hidrelétrica, o salto de Sete Quedas (chamado no Paraguai de Saltos del Guaira). De Guaira saem balsas também para Salto del Guaira, no Paraguai. Enquanto fazia a travessia, pude observar os prédios e silos desta cidade e, mais a direita, após alguns quilômetros de campos e matas, as construções do pequeno porto sul-matogrossense onde a balsa atraca. Ali, entre a vegetação que separa as duas cidades, existe uma linha demarcatória internacional, uma invisível fronteira seca.

Do porto saem ônibus para Mundo Novo(MS), que fica a menos de 10 minutos. Na pequena rodoviária do Município, é intenso o movimento de pessoas e de veículos para cidades paranaenses, para Salto del Gauira e para a Amazônia. Toda tarde, às 15 horas, sai um ônibus para Novo Horizonte. Note-se que não existem linhas de ônibus do assentamento para a capital do Estado, apenas para Ivinhema e para Mundo Novo, o que já indicava para a pesquisa uma forte ligação de seus moradores com o estado do Paraná e com o Paraguai.

Cheguei ao assentamento às oito horas da noite, do dia 4 de junho de 1990. As ruas do "patrimônio", com seus quase 900 prédios (Cf. SUCAM), estavam vazias. Tentei

---

alojar-me na casa das religiosas ali residentes, mas estas se declararam impossibilitadas de me receber. De certo modo entrei pela direção contrária daquela que inicialmente havia imaginado. Uma entrada pela porta dos fundos. Não vinha de Campo Grande (MS), como fazem os governantes, os agrônomos, os religiosos, os políticos e jornalistas. Vinha do Paraguai, e sequer estava acompanhada daquelas famílias que periodicamente se deslocam para rever amigos, vizinhos e parentes no assentamento em território sul-matogrossense.

Fiquei hospedada no "Restaurante dos Viajantes", de propriedade de "Tia Roza", como da primeira vez que estivera no assentamento. Contratei o mesmo carro de aluguel que utilizara anteriormente e durante onze dias minha rotina de trabalho foi a de passar os dias "na gleba" (área rural), visitando aquelas mesmas famílias de lideranças que conhecera em companhia de Cácia Cortez, além de outras, que encontrava durante as visitas, ou no "patrimônio". Algumas noites pernoitei nas casas dos entrevistados, mas normalmente retornava ao meu quarto, para transcrever entrevistas e transpor para o caderno de campo as observações feitas durante o dia.

Evitei utilizar a expressão brasiguaios, ou fazer perguntas sobre a mobilização pela terra, mostrando-me mais interessada nas histórias de vida das pessoas. Um outro tema de minhas conversas era a distribuição espacial das diversas "linhas" de assentamento. Nas tentativas de mapeá-las, os informantes precisavam retroceder no tempo, e narrar

---

os primeiros anos após a transferência, quando permaneceram acampados conforme as localidades de origem no Paraguai. Daí muitas "linhas" terem nomes guaranis.

Tratando de identificar os planos de organização social (GEERTZ, 1959) que se interseccionavam em Novo Horizonte, precisei listar de escolas a times de futebol, de igrejas à redes de vizinhança marcadas pela naturalidade. A organização dos moradores do assentamento através da identidade brasiguaios aparecia agora ao lado de outros planos importantes, como redes de parentesco, vizinhança e comercialização. Havia ainda os vínculos associativos, com a Associação de Trabalhadores Rurais, com o STR de Ivinhema, ou ainda com algumas cooperativas sul-matogrossenses.

A tarefa para a qual me propus, serviu para que o espaço de assentamento fosse desnaturalizado, assim como a pré-noção de que os chamados brasiguaios formavam um grupo fechado e homogêneo. A identidade, no entanto, mantinha sua força. No dia 14 de junho aconteceu uma festa, promovida pela Igreja, pelo professores e pela Associação de Trabalhadores Rurais, para comemorar os 5 anos de retorno dos chamados brasiguaios ao Brasil. A expressão aparecia nos cartazes espalhados em Novo Horizonte, no assentamento vizinho de Nova Esperança e em Ivinhema. Também foi gravada na taça que a Associação ofereceu ao time campeão do torneio de futebol.

A festa, realizada no "patrimônio", foi momento marcante do trabalho de campo. Pude analisá-la como uma

---

situação social (GLUCKMAN, 1958), reveladora das redes de relações que então se cristalizavam em Novo Horizonte. Tendo ocorrido na noite anterior à minha partida, quando já visitara e conhecera dezenas de famílias, foi também um momento de amizade e relaxamento.

Minha insegurança inicial estivera ligada à fragilidade dos laços efetivados quando da minha primeira visita. Percebia uma dificuldade nos moradores do assentamento, tanto na área rural quanto no "patrimônio", em visualizar o meu trabalho. Eu não estava ligada nem física nem afetivamente às tradicionais redes de mediação externa presentes no seu cotidiano. Não era sequer jornalista, o que, em certa medida, desapontava aquelas pessoas tão acostumadas a dar entrevistas e falar em nome da coletividade, e, posteriormente, ver suas fotos e declarações estampadas nos jornais.

Viajando sempre sozinha, tive de me haver com os mais diversos graus de estranhamento que minha aparente "independência" traduzia. Observei inclusive um certo preconceito diante de minha condição de mulher que, embora casada, passava meses viajando, e não tinha filhos. Obviamente nada disto impossibilitou a realização do trabalho, mas inibiu sua realização entre pessoas de outras localidades ou "linhas" onde não me sentia segura para levá-lo a bom termo.

Este tipo de problema não ocorreu apenas com os camponeses, mas também com agrônomos, comerciantes e

---

funcionários públicos locais. Transitar por aquelas regiões fronteiriças, notadamente próximas a fronteira seca com o Paraguai, representou muitas vezes enfrentar situações de insegurança. Mesmo quando tinha as etapas de viagem traçadas claramente nos planejamentos de campo, me sentia num "vôo cego".

Positivando esta realidade, percebi que ao voltar a percorrer caminhos já feitos, a segurança era bem maior. Quanto ao estranhamento à minha pessoa, possibilitou a confiança dos informantes, que não puderam realizar pré-julgamentos sobre minha inserção no assentamento. Pude assim transitar entre grupos antagônicos sem ser necessariamente identificada como ligada a nenhuma facção.

Deixei Novo Horizonte na manhã do dia 15 de junho de 1990. Retornei ao Rio de Janeiro, onde passei cinco meses, envolvida na sistematização dos dados obtidos, na realização de trabalhos de curso ainda pendentes e no preparo de um novo período de trabalho de campo. Retornei ao Estado do Mato Grosso do Sul no início de janeiro de 1991.

O trabalho de campo, como se pode perceber, na verdade era um tanto "ambulante", se desenvolvendo em inúmeras regiões, e não só no assentamento. Como a maior parte dos deslocamentos se realizaram via terrestre, em ônibus, as próprias viagens pelo interior dos Estados de São Paulo, Paraná, e Mato Grosso do Sul, além daquelas realizadas em território paraguaio, eram ricas em

---

observações diretas, mesmo que num grau um tanto impressionístico.

No dia 7 de janeiro de 1991 estive em Dourados (MS), principal cidade do sul do Estado. Mantive contatos com membros da CPT/MS que haviam participado do processo de mobilização dos chamados brasiguaios desde 1984. Tentei apresentar minha credencial e obter algumas informações na sede do Projeto Fundiário de Dourados, responsável pela execução do Projeto de Assentamento Novo Horizonte, mas não encontrei os responsáveis. Soube, quando cheguei no assentamento, que haviam sido afastados dos cargos por terem permitido a transmissão de direitos sobre as chamadas parcelas, processo chamado pelos assentados de "venda de lotes".

Durante 14 dias, de 8 a 22 de janeiro de 1991, trabalhei em Novo Horizonte. Segui basicamente as mesmas rotinas anteriores, centrando a pesquisa nas histórias de vida não somente dos chefes de família, mas também nas de seus pais, esposa e filhos adultos. Aos poucos foi sendo armada uma rede de relações que me permitiu passar de uma casa à outra, e também de uma região de pesquisa à outra.

A partir de conhecimentos feitos no assentamento, de indicações de nomes e endereços de parentes e amigos que ficaram no Paraguai, pude mais facilmente me deslocar para aquele país. Depois de viajar de Novo Horizonte a Mundo Novo(MS), na companhia de filhas de um de meus informantes,

---

proprietárias de terra no Paraná, passei dois dias em Guaira(PR), sistematizando os dados obtidos no assentamento.

Cruzei o Lago de Itaipu em 24 de janeiro de 1991, desta vez em direção de Salto del Guaira, capital do Departamento Canindeyu. Assim que cheguei, busquei as autoridades locais para obter um "permiso" de estadia no país. Percebi mais tarde, nas diversas barreiras existentes nas estradas daquela parte do país, que este nunca é exigido à mulheres.

Passei algumas horas na estação rodoviária, esperando que houvesse um número suficiente de pessoas para que saísse um "micro" para algum dos locais que pretendia visitar. Havia chovido, e dois deles tiveram que ser descartados, pelo fechamento das estradas. Finalmente, embarquei num ônibus, lotado de brasileiros, em sua maior parte camponeses, ali residentes ou em visita a parentes.

No trajeto, passei por localidades que já conhecia há muito, dos relatos dos meus informantes: La Paloma, Puente Kyjha, Cruce Guarani. Finalmente Katuetê. O motorista parou o "micro" em uma encruzilhada e apontou para uma ampla estrada de terra: a "Supercarretera". Ali encontraria uma das famílias de parentes dos chamados brasiguaios.

Katuetê foi ocupada, a partir de 1965, por agricultores brasileiros, provenientes do Estado do Paraná. Muitos tiveram suas terras inundadas pela represa de Itaipu. Em meados dos anos 70, iniciou-se nova colonização.

---

Possuía, em 1986, 40 comunidades, num raio de 120 quilômetros, e cerca de 15 mil habitantes, em sua maior parte brasileira, que produzem lavouras comerciais como soja, milho e algodão (Cf. BORTOLAZZO, s/d(b)).

Passei dois dias em casa de uma família de descendentes de imigrantes italianos, natural do Rio Grande do Sul. Não obstante não estarem envolvidos em situações de conflito pela posse da terra, o problema da regularização da situação de estrangeiros parecia motivo de tensão. Mesmo assim, percebi uma tentativa de marcar diferença com os chamados brasiguaios, entendidos pelos informantes como aqueles que retornaram ao Brasil. Para aquelas famílias que permaneceram no Paraguai, tratava-se de se adaptar à vida no novo país, o que se percebe principalmente no registro dos filhos como paraguaios e no apoio à sua alfabetização em castelhano e guarani.

Com uma das filhas do casal que me hospedara, embarquei num "micro" em direção à Ciudad del Este. Minha intenção, de retornar a Campo Grande(MS) via Salto del Guaira fora impossibilitada pela chuva. Restava aberta apenas a "Supercarretera". A viagem durou cinco horas. Com exceção do motorista, do cobrador e de alguns passageiros, o ônibus estava super-lotado de brasileiros. Retornei ao Rio de Janeiro(RJ) no dia 27 de janeiro de 1991, onde dei prosseguimento a classificação dos dados.

A última etapa de trabalho de campo se fez no roteiro Campo-Grande - Novo Horizonte, Novo Horizonte -

---

Katuetê, Katuetê - Asunción, Asunción - Curitiba, e teve início em 27 de abril de 1991.

No assentamento, em Ivinhema(MS), complementei informações obtidas em entrevistas anteriormente realizadas. Tendo sido convidada para escrever um artigo para a revista Travessia, editada pelo Centro de Estudos Migratórios, cujo tema seria "estrangeiros", realizei novas entrevistas, buscando identificar as representações dos informantes sobre esta categoria, notadamente em referência aos anos vividos no Paraguai.

No dia 29 de janeiro embarquei no ônibus que sai do "patrimônio" para Mundo Novo (MS), e dali cruzei para o Departamento Canindeyu, no Paraguai. Parei em Katuetê, para visitar aquela família que me recebera da primeira vez. Já sabia, por seus parentes no assentamento, que haviam gostado de mim, o que me deu uma certa segurança para a realização de entrevistas, tanto relativas à histórias de vida quanto à representações sobre a condição de "estrangeiros", e as consequentes estratégias para a permanência no Paraguai.

No dia 10 de maio de 1991 cheguei em Asunción, capital da República, após ter cruzado o país no sentido leste-oeste, inicialmente via "Supercarretera" e, na continuidade, pela "Ruta 7".

Estive em Asunción de 10 a 4 de maio de 1991, realizando contatos e entrevistando pessoas ligadas à entidades confessionais e sindicais, à universidade e ao governo paraguaio. Estas entrevistas já tiveram um caráter

---

mais dirigido, uma vez que, já tendo lido uma vasta literatura e registro documental da Igreja e de organismos sindicais daquele país, e estudado acerca dos desdobramentos atuais da vida política e social paraguaia, possuía dúvidas sobre alguns temas, que busquei solucionar.

A Dra. Felicita Miranda, coordenadora da Comisión Católica Paraguaya de Migración, organismo do Equipo Nacional de Pastoral Social (Conferencia Episcopal Paraguaya), deu informações sobre os planejamentos eclesiásticos e os trâmites jurídicos em relação a regularização da situação legal de estrangeiros no país; o Dr. Heriberto Alegre, advogado da Central Unitaria de Trabajadores (CUT), me forneceu um quadro das relações entre organização camponesas paraguaias e pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai; o Prof. Carlos Alberto Gonzales, diretor do Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economía Política, da Universidad Católica, facilitou o meu acesso a alguns estudos sobre as organizações camponesas paraguaias e a dados sobre uma possível criação de "zonas de seguridad", proibitivas a estrangeiros, na região de fronteira. Conversei sobre sindicalismo paraguaio com os senhores Pedro Parra e Juan Manuel Peralta Pérez, dirigentes da Central Nacional de Trabajadores (CNT), e sobre a organização camponesa com o Sr. Cristiano Diaz, dirigente da Organización Nacional Campesina (ONAC). O Dr. Basilio Nikiphoroff, presidente do Instituto de Bienestar Rural (IBR) respondeu à questões

---

técnicas sobre o projeto de reforma agrária do governo paraguaio.

Consultei ainda algumas publicações do Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos (CPES), notadamente a Revista Paraguaya de Sociologia e alguns trabalhos sobre a região de Canindeyu e Alto Paraná. No Centro de Documentación y Estudios (CDE) adquiri uma coleção da revista Informativo Campesino, referente ao período que vai de janeiro de 1990 à março de 1991.

As fontes secundárias localizadas no Paraguai, e os vários contatos mantidos à nível profissional, propiciaram o acesso a um gênero de informações relativamente precisas, porquanto traduzem posições institucionais, muitas vezes envoltas em polêmicas, e referidas a diferentes concepções políticas.

A pesquisa ganhou, a partir daí, uma maior consistência sociológica. Através de representações localizadas em relação a presença de pequenos produtores rurais brasileiros em território paraguaio, dados mais pertinentes a processos reais e realidades, e das relações sociais que estabeleci, pude me desprender de uma literatura "externa" e mais crítica, como os artigos de geógrafos uruguaios e argentinos, sobre pretensões geopolíticas do Brasil sobre o Paraguai, publicados na revista Crisis, durante os anos setenta.

Adentrara agora em formações discursivas condicionadas por antagonismos e conflitos de interesse bem

---

circunstanciados. O trabalho de campo até ali realizado devolvia-me, enquanto antropóloga, a possibilidade de viver situações ambíguas e paradoxais, ora com funcionários governamentais, ora com camponeses, ora com organizações não governamentais.

As diferenças linguísticas pareciam arrematadas por uma linguagem intermediária, que tanto facilitava o trânsito quanto marcava mais gentilmente diferenças étnicas. A burocracia paraguaia me fez perceber isto com maior nitidez, recolocando sucessivamente a barreira linguística e revelando sua política de "naturalização" dos cidadãos brasileiros residentes em seu território.

A cada fim de dia, quando me recolhia no quarto para as anotações, no hotel em Asunción ou na pensão do assentamento, estas diferenciações se avizinham em minhas reflexões, como se exigissem um mergulho maior no campo de significados próprio de cada categoria que compunha a interpretação que eu tentava forjar, ou ao menos exercitar em diversos planos de análise.

E, não bastasse a burocracia paraguaia, havia outra, igualmente oficial, a brasileira, que produzia um discurso explicativo de fundamentação histórica e de crítica à concentração fundiária. O malogro do Plano Nacional de Reforma Agrária parecia já uma instituição mais viva, quando cheguei a Curitiba, no dia 5 de maio de 1991.

Desta cidade vários especialistas tinham se deslocado para Brasília, em 1985 e 1986, para compor os

---

quadros do MIRAD. Nela poderia encontrar pessoas que haviam participado das mobilizações camponesas que haviam dado início à construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Funcionários públicos, dirigentes camponeses, economistas e membros de entidades confessionais entrevistados recolocavam em pauta o significado dos conflitos agrários e os problemas que envolvem uma "identidade étnica", como resultado de uma situação já crônica de antagonismo.

A partir de então, me envolvi na redação e mantive correspondência com alguns dos moradores de Novo Horizonte e com certos mediadores, através da qual tentava suprir lacunas nas minhas observações. A chamada "questão dos brasiguaios" não havia sido resolvida com o assentamento de milhares de famílias no Brasil. A cada mês surgiam novas informações sobre a emergência da identidade em outras áreas, notadamente no Paraguai, onde a ouvira por raras vezes, em meus deslocamentos.

O processo de redemocratização da sociedade paraguaia facilita um constante redefinir-se de forças políticas e sociais naquele país. Todo planejamento político, toda a ação camponesa ou de outros agrupamentos representativos da sociedade civil parecem atingir os brasileiros residentes no país, provocando reações e novas definições étnicas, em situações marcadas pela eminência de conflitos.

---

Precisei avançar em termos teóricos, com leituras sobre etnicidade que me instrumentalizassem para aprofundar e desvendar o universo dos chamados brasiguaios, que muitas vezes se apresentavam como "prisioneiros" de uma transição, em termos ideológicos e de cidadania, confinados num quadro étnico gradativamente esvaziado em razão direta da consolidação da posse nos projetos de assentamento.

No entanto, quanto mais avançava na classificação dos dados, maiores foram as dúvidas. Não tenho a pretensão de afirmar o "êxito" da categoria brasiguaios, haja visto que esta tem sido acionada em outras situações, e está ainda sendo testada pelo movimento social. Tenho, no entanto, acuidade para falar da pertinência de auto-definições e categorias que facultam a entrada a "universos" ou organizações sociais particulares. Muitas vezes os chamados brasiguaios foram apresentados como "planejados" ou "construídos", produto de agentes sociais outros, externos. Acredito que este tipo de interpretação menospreza por vezes as estruturas objetivas do grupo, que muitas vezes escapam à vontade e à consciência dos sujeitos que as vivem e executam.

Nesta encruzilhada é que fui armando a análise, classificando os dados de campo, organizando as histórias de vida, com a certeza agora de que poderia acenar com uma aproximação das realidades localizadas dos entrevistados com formas de representação de suas práticas, incorporadas elas próprias ao real.

---

Durante seis anos, minha relação com os chamados brasiguaios, que iniciara a nível institucional, e através de discursos formais e exclusivos, foi sendo tomada por rostos, cores, vozes.

Quando, porém, esquecia que eram "brasiguaios" e vivia apenas as pessoas, era surpreendida com a manifestação da identidade em situações cotidianas bem diferentes daquela de 1985. Os documentos que ia analisando me aproximavam, ainda, do processo de construção formal da categoria, que indicavam outros tempos de pesquisa, outras mobilizações camponesas.

A imagem de pentimento, utilizada por Lillian Hellman em seu livro de memórias e reproduzida na epígrafe deste trabalho, traduz de forma singular minha relação com os chamados brasiguaios. Após um contato inicial marcado pelo viés institucional e pelo peso da definição de sua identidade, precisei aprender o delicado processo de desnudar aquele grupo social de sua condição de brasiguaios sem fragilizá-lo e, o mais importante, sem esquecer a importância da identidade na representação que ele faz de si mesmo.

Confirmei mais tarde, que não poderia jamais descolar suas representações coletivas daquelas outras, arbitrariamente consideradas mais "reais", que fazem parte de suas histórias de vida individuais. Nestes seis anos, a partir de uma visão rígida e estanque sobre os chamados brasiguaios soube "ver de novo", e somar.

---

Meu objeto de análise preferencial foram aquelas famílias que, passando pelas condições diversas de estrangeiros, imigrantes, brasiguaios, parceleiros, ou assentados, hoje são também orgulhosos novo horizontinos, haja visto que o Projeto de Assentamento Novo Horizonte tornou-se, em maio de 1992, o mais novo Município do Estado do Mato Grosso do Sul, com o nome de "Novo Horizonte do Sul". Através destas famílias pude desenvolver reflexões teóricas sobre identidade e etnicidade, e, neste final de trabalho, retorno a elas para agradecer, parabenizar e oferecer o resultado de nosso exercício de conhecimento.

---

## CAPÍTULO I - UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

O surgimento da identidade brasiguaios, a partir de mobilização política de unidades de pequenos produtores rurais concretizada em região de fronteira político-administrativa internacional, é o ponto de partida deste estudo. Através de noções e conceitos operacionais referentes à etnicidade e nação, serão analisadas as relações dos grupos de famílias que assim se identificavam, com os aparelhos de poder com competência específica para controlar seus deslocamentos, e com grupos eclesiais e políticos que intermediam, por sua vez, suas relações com a sociedade nacional.

O estudo abrange a análise de representações e de identidades, através do entendimento dos processos reais subjacentes aos sucessivos deslocamentos populacionais destas unidades camponesas. Tornou-se necessário a inclusão de dados históricos sobre a região de fronteira político-administrativa que separa o Brasil do Paraguai, que teve esses movimentos acentuados nas últimas décadas, cujas repercussões sobre a estrutura agrária resultou no agravamento dos conflitos sociais em torno da terra.

Optamos pelo estudo desta situação através de noções e conceitos referentes a grupos étnicos e suas fronteiras, uma vez que a possibilidade de pensá-la como imigração ou migração, ou simplesmente como parte do processo de

---

mobilização de setores do campesinato nacional naquele período não contemplaria a sua complexidade .

Estudos clássicos de imigração, como o de Thomas e Znaniecki (1974), referente à facilidades e escalas de adaptação de camponeses poloneses na Alemanha e na América, possibilitariam novas abordagens para o fenômeno. Thomas e Znaniecki desenvolveram suas análises a partir de correspondência daqueles camponeses com familiares que permaneciam na Polônia. Não seria impossível obter este mesmo tipo de material epistolar entre os chamados brasiguaios. No entanto, dificilmente poderíamos caracterizar os pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai como imigrantes brasileiros naquele país. Mesmo para aqueles que optaram por uma estratégia de adaptação que implica no registro dos filhos como cidadãos paraguaios e no aprendizado das línguas oficiais do país, o castelhano e o guarani, o Paraguai não foi exatamente um país escolhido para emigrar.

A opção pelo Paraguai configurou-se antes como possibilidade de acesso a novas áreas de terras agriculturáveis, da melhor qualidade, através de condições facilitadas de compra, de contratos de arrendamento e mesmo de abertura de posses. Estas terras situam-se muito próximas ao Brasil, e este se faz presente no cotidiano daqueles que nelas residem e trabalham, através das transmissões de rádio e televisão brasileiras. Observa-se, ainda, um permanente contato social e econômico com cidades

---

paranaenses e sul-matogrossenses, limítrofes, o que descaracterizaria ainda mais a identificação do deslocamento espacial realizado como imigração brasileira para o Paraguai.

Palmeira (1977) analisa criticamente a utilização da categoria migração para tratar de um conjunto de fenômenos que só teria uniformidade para a ciência. Ou seja, que são vividos e pensados diferenciadamente pelos agentes sociais. Analisar os chamados brasiguaios enquanto migrantes, obscureceria a especificidade das situações individuais de cada grupo familiar ou de suas redes de vizinhança, cujas trajetórias vão além de um moto-contínuo expulsão-atração-expulsão, como nos querem fazer ver quantidade significativa de "estudos de migração".

Os chamados brasiguaios, em suas trajetórias de deslocamento, se viram envolvidos em não raras situações de conflito. Antagonismos sociais no campo, a nível de meios de produção ou de relações de trabalho, tem feito parte de seu cotidiano desde os locais de naturalidade, no Brasil. Registramos situações de famílias que haviam participado de mobilizações pela terra sob a forma de acampamento, já no início dos anos 60, no estado do Rio Grande do Sul. Identificamos ainda redes inteiras de vizinhança que se transferem para o Paraguai após serem expulsas de uma área de posse, no oeste do estado do Paraná. Se lembrarmos ainda dos inúmeros casos de famílias que deixaram o nordeste do Brasil dizendo-se fugitivos da seca, somaremos um conjunto

---

de situações que podem ser definidas como ocorrências de conflitos de terra.

O retorno destas famílias ao Brasil, de forma organizada, em 1985, configura-se igualmente como um conflito de terra, com uma diferença fundamental. A terra sob a qual se faz pressão é definida pelo grupo como território, ou seja, o território nacional. Foram contabilizados, no ano de 1985, um número de 768 conflitos de terra no Brasil, envolvendo cerca de 86.854 famílias, ou 567.354 pessoas (CPT, 1986: 15). Aqueles sob a forma dos chamados acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, apenas entre março de 1985 e agosto de 1986, somaram 99 ocorrências, envolvendo cerca de 18.847 famílias (CCA/MIRAD, 1986:07).

Ao fazer pressão sobre o território brasileiro, e não sobre um imóvel rural específico, os chamados brasiguaios inserem-se de maneira diferenciada no conjunto de mobilizações camponesas pela terra que então se desenrolavam. Sua ênfase na nacionalidade brasileira e na denúncia de situações de violência e injustiça vividas no Paraguai não se caracterizam, porém, com conflitos étnicos, uma vez que a demanda não era pela permanência no país vizinho, e sim pela obtenção de terras no Brasil.

Pode-se dizer que os chamados brasiguaios utilizaram elementos e categorias étnicas na condução das diversas etapas de uma mobilização que ficou registrada, sem sombra de dúvida, como um dos principais conflitos pela posse da

---

terra enfrentados pelos órgãos fundiários da chamada "Nova República". Durante seis meses, milhares de pessoas viveram em condições sub-humanas, enfrentando condições climáticas adversas, escassez de alimentos, doenças, sob precárias barracas de lona, sendo pressionadas pela presença ostensiva de policiais militares e agentes federais. De junho a dezembro de 1985 o país lia diariamente em seus principais jornais e assistia na televisão o que era considerada uma situação dramática, aquela dos chamados brasiguaios.

Sob a homogenia que a identidade traduz, eram divisíveis, no entanto, grupos de famílias de naturalidades (unidades da federação) e de condições econômicas (pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e assalariados rurais) diversas. Os chamados brasiguaios pareciam configurar-se enquanto unidade a partir do momento em que se encontravam mobilizados politicamente, para fora. As análises sobre a construção e os limites de identidades étnicas permitem que possamos diferenciar internamente o grupo em estudo, sem descaracterizá-lo enquanto tal, percebendo os diferentes segmentos que o configuram - e as diferentes estratégias de navegabilidade social que utilizam.

Para aquele segmento de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai que voltou organizado politicamente ao Brasil, a utilização de uma identidade diferenciadora - brasiguaios - lhes instrumentalizou na competição por recursos com os demais segmentos do

---

campesinato brasileiro. É como brasiguaios que eles delimitam as fronteiras de seu espaço de luta. Ao se definirem com expatriados, se colocaram prioritariamente acima dos chamados sem-terra que então também pressionavam os órgãos fundiários demandando terras.

Através da utilização da identidade, puderam fechar seu acampamento para famílias que não comprovassem, com documentos pessoais emitidos pelo governo paraguaio, serem provenientes do país vizinho, numa estratégia de sucesso que lhes permite, hoje, serem proprietários individuais de parcelas rurais em áreas de assentamento oficial, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Enquanto durou o acampamento que ergueram em Mundo Novo(MS), num período de seis meses, reafirmaram constantemente a cidadania brasileira, através do hasteamento da bandeira nacional e de insistentes cantos do hino pátrio, mobilizando desta forma a opinião pública nacional, comovida pela denúncia das humilhações e violências sofridas nas mãos de autoridades e policiais paraguaios, e que também pressiona pela resolução da questão.

A partir de Frederik Barth(1969) e Abner Cohen(1969(a)), que marcaram uma diferença com aqueles estudos que tratavam os chamados grupos étnicos como unidades fechadas de análise, com características culturais rígidas e imutáveis, registra-se uma polêmica interna à antropologia social, referente a ênfase dada ao sentido

---

político da etnicidade. Deste debate, antes que uma tomada de posição, obtivemos algumas pistas para pensarmos a situação dos chamados brasiguaios, aceitando a sugestão de Barth: "what is required is a combined theoretical and empirical attack: we need to investigate closely the empirical facts of a variety of cases, and fit our concepts to these empirical facts" (BARTH,1969:10).

Uma das principais contribuições de Barth aos estudos de etnicidade foi a negação do pressuposto que a divisão de uma cultura comum seria característica básica de um grupo étnico. O autor reverte esta visão senso-comum, mas também cristalizada em meios acadêmicos, ao propor que a existência de uma cultura comum é antes o resultado da existência daquele grupo. Criticou também a versão tradicional de que a manutenção de diversidades culturais estaria ligada ao isolamento social e geográfico. Direcionou os estudos de etnicidade para a análise da organização do que chama de fronteiras étnicas. No seu entender, é apenas na interação entre grupos que o indivíduo desenvolve consciência étnica de seu próprio grupo e de sua distitividade. Nestes contatos ou interdepêndencias étnicas, as diferenças culturais tendem a persistir, ou mesmo a serem realçadas.

Abner Cohen, no mesmo ano de 1969 em que Barth publica Ethnic groups and boundaries, traz a público Custom and politics in urban Africa, reflexões sobre o ajuste de grupos étnicos a novas realidades sociais, a partir de

---

trabalho de campo entre os Hausa, comerciantes de longa distância da África Ocidental. Definiu como retribalização o processo pelo qual indivíduos pertencentes a grupos tribais que se transferem para as cidades, enfatizam e exageram a sua identidade e exclusividade cultural, com objetivos políticos e econômicos. A retribalização pode ser entendida como uma manifestação sócio-cultural da formação de novos agrupamentos políticos, e como resultado da interação entre grupos étnicos dentro de um contexto de novas situações políticas.

Para Cohen, dentro de um sistema político formal, como o Estado-Nação, uma categoria étnica pode manipular costumes, valores, mitos, símbolos e cerimônias de sua tradição cultural no sentido de articular uma organização política informal. Ou seja, grupos étnicos, por seu aspecto basicamente informal, não fariam parte da estrutura política oficial de poder econômico e político dentro do estado. No caso dos chamados brasiguaios, que retornam ao país apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pela Comissão Pastoral da Terra, a necessidade de se configurar enquanto grupo político informal se fez sentir enquanto se organizavam dentro de território paraguaio, onde toda e qualquer reunião política era proibida pelo governo militar, assim como as organizações sindicais. Os brasileiros residentes no Paraguai eram então em sua maioria tradicionalmente ligados ao partido governista, o Partido Colorado, único naquele período a ter penetração e

---

influência entre eles, confundindo-se com a própria ação oficial.

Charsley(1974) só acredita na possibilidade do crescimento de etnicidades políticas através do processo de retribalização em alguns casos específicos, quais sejam, nos processos de mudança que resultam da imigração de comunidades rurais de várias origens e características para as cidades, ou de free settlers e refugiados entre nações, uma vez que, no seu entender, imigrantes não tendem a recriar sua sociedade de origem, e sim a desenvolver uma nova síntese. Através de estudos de caso em Kigumba, Uganda, conclui que toda a organização étnica reforça fronteiras, mesmo quando não há interesses envolvidos.

Não obstante o interesse de suas colocações, que cruzam os estudos de imigração com os de etnicidade, sua posição acerca da inexistência de interesses, principalmente econômicos, na construção de fronteiras étnicas, diferencia-se dos demais estudos analisados. Nestes, e no meu próprio entendimento, o surgimento de categorias étnicas a partir de deslocamentos através de fronteiras internacionais, é percebido em situações de competição por recursos com a população local.

Ulf Hannerz(1974), estudando agrupamentos de indivíduos de origem étnica italiana, irlandesa, e também de judeus, brancos protestantes e negros, em grandes cidades norte-americanas, representa-os como grupos de interesse engajados na luta com outros grupos, por recursos na área

---

pública. A etnicidade forneceria, numa situação de conflito, o idioma que promove a solidariedade como dever moral.

Em estudo publicado no ano de 1975, sobre tibetanos refugiados políticos na Índia, Goldstein analisa a dinâmica do surgimento de categorias étnicas em situações de competição por recursos com a população nativa. Credita o sucesso da adaptação dos tibetanos ao fato do governo indiano tê-los assentado em áreas espalhadas pelo país, para produção agrícola, sob o controle administrativo do Dalai Lama, respeitando desta forma as particularidades culturais e políticas dos mesmos. O autor refere-se ainda à ausência de conflitos com a população em torno pela inexistência de disputa de recursos. Os tibetanos, limitados a agricultura em áreas de terras não aproveitadas anteriormente, teriam desenvolvido economicamente as aldeias em torno e possibilitado a contratação de mão-de-obra local.

Os pequenos produtores rurais brasileiros que vivem na fronteira leste paraguaia não podem ser caracterizados como uma população refugiada no sentido de exilada ou ainda expatriada. Embora os chamados brasiguaios assim se definam, em documentos enviados às autoridades fundiárias do Brasil, dentro de uma estratégia política de reafirmação ou reivindicação da cidadania brasileira, não era esta sua situação real.

Para além do diferenciador, em relação aos tibetanos na Índia, de estarem assentados individualmente num mesmo espaço do território paraguaio, os pequenos produtores

---

rurais brasileiros ali residentes - muitos na condição de proprietários de suas terras - devem submeter-se, enquanto estrangeiros, às autoridades paraguaias. Competem, outrossim, e muitas vezes melhores aparelhados, com a população nativa, tradicionalmente dedicada à agricultura, embora com pouca experiência nos cultivos de renda. Segmentos importantes da sociedade paraguaia, notadamente governantes, tem mesmo incentivado a presença brasileira em seu país, pela introdução de novas tecnologias e de uma mentalidade considerada "capitalista" na produção agrícola.

No entanto, a experiência dos tibetanos na Índia tem similares com aquela dos brasileiros no Paraguai. Goldstein observou em seu trabalho de campo que as inúmeras diferenças culturais e socio-políticas internas aos tibetanos refugiados se tornaram ínfimas frente à diferença em relação aos indianos, promovendo uma unidade para o grupo e o surgimento de uma espécie de nacionalismo. No caso dos pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai, o surgimento da nacionalidade, como veremos adiante, será um primeiro passo para o desenvolvimento de uma etnicidade política para alguns segmentos insatisfeitos com as condições de vida no país.

A relação entre o surgimento de identidades étnicas e a existência ou criação de fronteiras político-administrativas criadas artificialmente pelos aparelhos de poder não passa despercebida das discussões sobre etnicidade que buscamos mapear. Hahmed(1982) considera dois

---

diferentes "approachs" nos estudos de etnicidade, um circunstancialista, onde a etnicidade seria uma variável dependente, criada por uma combinação de interesses externos e estratégicos, ecológicos e políticos, representado por Barth e Abner Cohen, entre outros; e outro primordialista, onde a etnicidade deriva de lealdades atávicas, elementos e conexões primordiais, e os membros de grupos étnicos dão igual atenção a memória do passado e à estratégia futura. Propõe então um terceiro "approach", que ele chama de eticidade distrital, cuja formação não seria o resultado de alianças políticas buscando interesses definidos, nem uma expressão de lealdades tradicionais, mas da criação artificial de fronteiras, como consequência de arranjos administrativos impostos externamente por um governo central poderoso. Baseia sua proposição na análise da criação, pelo governo colonial inglês, do distrito de Hazara, no atual Paquistão. Este ato administrativo teria permitido à população local criar o que ele chamou de identidade distrital, que lhe instrumentalizou na disputa de recursos com os dois grupos étnicos dominantes, dos quais não faz parte.

No caso dos chamados brasiguaios, no entanto, o "approach" circunstancialista parece ser o mais adequado. Sua etnicidade seria distrital apenas na medida em que, por anexação ou ocupação à um terceiro país, o território por eles habitado obtivesse, por meios administrativos, fronteiras próprias. Aí teríamos a opção pela identidade

---

brasiguaios como diferenciadora em relação, por exemplo, a brasileiros e a paraguaios, com possíveis vantagens competitivas. Não obstante, é inegável que a existência de uma fronteira internacional, criada artificialmente, e anterior aos deslocamentos analisados, é fundamental para o surgimento da atribuição brasiguaios.

Conforme Cohen, "is only when, within the formal framework of a national state or of any formal organization, an ethnic group informally organizes itself for political action, that we can say that we are dealing with ethnicity" (COHEN, 1969(a):299). Acreditamos que o surgimento da identidade brasiguaios, que analisaremos no capítulo III, deve ser examinada tendo o estado nacional como contexto de análise. Os milhares de camponeses brasileiros - cerca de 400 mil extra-oficialmente - que residem e trabalham em território paraguaio, configuram-se como contingentes populacionais de um Estado-Nação que se instalam em territórios de outro Estado-Nação, limítrofe, com características culturais e sociais distintas. Constituem-se, em sua maioria, de agricultores, que executam suas atividades com base no trabalho familiar, competindo, desta forma, com os chamados campesinos e indígenas paraguaios pelo acesso à terra.

Assim que cruzam a fronteira político administrativa que separa os dois países, lhes é imposta a condição de estrangeiros. Autoridades ligadas à burocracia jurídico-militar paraguaia imediatamente lhes fazem ver as

---

implicações administrativas do seu deslocamento espacial. A categoria estrangeiros, atribuída aos mesmos, é uma categoria jurídica, ligada a uma série de encargos e deveres, tais como a exigência por uma máquina estatal definida pelos trabalhadores como burocrática e corrupta, de inúmeros e dispendiosos documentos.

A imposição da condição de estrangeiros sobre esta população incitará o surgimento de um fenômeno social no mais das vezes estranho às camadas camponesas: a chamada "consciência nacional". Pessoas e grupos, que até então se definiam, entre outras atribuições, pela naturalidade ("gaúchos", "baianos", ou "mineiros", por exemplo) ou ascendência ("italianos", "alemães", "japoneses", "polacos"), ao iniciarem suas relações cotidianas em território paraguaio passam a definir-se, por contraste, como brasileiros.

Definindo o conceito de nação, Hobsbawm aponta para uma modernidade no termo, onde "a 'nação' pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma identidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o 'Estado-Nação', e não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação" (HOBSEBAM, 1991:19). Para os propósitos da análise, afirma que o nacionalismo vem antes das nações. Assim, não seriam as nações que formam os Estados e os nacionalismos, mas o oposto. Seria incorreto presumir que uma identificação nacional - quando existe -

---

exclua ou seja superior ao restante do conjunto de identificações que constituem um ser social.

Em consonância com os demais estudiosos da chamada "questão nacional", Hobsbawm concorda que, seja qual for a natureza dos grupos sociais que primeiro são capturados pela mesma, as massas populares - trabalhadores, empregados e camponeses - são as últimas a serem por ela afetadas. Se existe uma "consciência nacional" significativa entre os brasileiros que residem e trabalham em território paraguaio, esta deve ser entendida como contrastiva. É imposta pelas circunstâncias, surge dentro de um contexto administrativo, não sobrepõe-se às demais identidades regionais, e é acionada em situações em que se fala para fora, ou por comerciantes e autoridades paraguaias, podendo surgir com forte sentido pejorativo.

O surgimento da identidade brasileiros, pré-condição para o surgimento da atribuição brasiguaios, após o cruzamento da fronteira político-administrativa e da situação social advinda deste deslocamento para as populações em estudo, pode também ser entendido como ligado aquele momento em que as diferenças culturais passam de nacionais para étnicas. Abner Cohen(1974), aponta para o fato de diferenças nacionais serem aquelas existentes entre sociedades isoladas. Os grupos de interesse que interagem em terra estrangeira, como migrantes movendo-se de uma nação para outra, constituem-se grupos culturais que, em interação num contexto comum, tornam-se grupos étnicos.

---

Williams(1989), chama a atenção para o fato de grupos étnicos políticos, no sentido dado a eles por Cohen, serem os únicos a competirem coletivamente por recursos, enquanto membros de grupos étnicos não-políticos competiriam como simples indivíduos. Neste sentido, os chamados brasiguaios se configurariam como um grupo étnico político, diferenciado dos brasileiros residentes em território paraguaio, que levariam adiante estratégias individuais de navegabilidade social, apesar de se caracterizarem como grupo étnico na medida em que são identificados e se identificam como brasileiros. Por outro lado, o autor chama a atenção para problemas metodológicos e teóricos decorrentes de mudanças políticas e geopolíticas, quando o redesenho de fronteiras entre áreas culturais tradicionais e as populações dentro delas , e as interdependências econômicas internacionais, levou ao questionamento sobre a escala apropriada para as unidades de análise, até então feitas em termos de raça e classe: "like race and class, however, ethnicity, along with the system of classification associated with each of them in different places, has been, and continuous to be, the product of combined scientific, lay, and political classification"(WILLIAMS, 1989:402).

Pode-se questionar até que ponto os brasileiros residentes no Paraguai podem ser entendidos como "identidades sub-nacionais subordinadas", e "culturalmente dominadas"(Williams, 1989:429). A complexidade de sua

---

situação social e econômica, marcada por diferenciações internas, permite que apareçam com tal, vítimas de um aparelho burocrático-militar discriminatório e injusto, mas que também sejam denunciados por outras forças sociais daquele país como colonialistas e expansionistas.

Os chamados brasiguaios souberam explorar dos conflitos vividos em território paraguaio os elementos conformadores de suas fronteiras étnicas tanto em relação aos paraguaios quanto em relação aos demais brasileiros, dos quais anexaram, como parte integrante, o mito da homogeneidade nacional. Conforme o autor, "the starting point for understanding the relations between ethnicity and nationalism (...) must be this mythmaking and the material factors that motivate and rationalize its elements." (WILLIAMS, 1989:429).

No recorte dos estudos de etnicidade realizado, descartei aquelas formas de etnicidade que se desenvolvem a partir das chamadas situações de contato interétnico, ou o estudo de mudanças culturais, em sistemas poliétnicos ou a partir de estigmas. Ao me deter na discussão sobre o "approach" circunstancialista, fiz referências a autores cujos trabalhos consideram o Estado Nacional - e suas fronteiras político-administrativas - como contexto de análise. Neste novo recorte, pude indicar caminhos para a percepção da especificidade da situação dos chamados brasiguaios, buscando, outrossim, identificar o tipo e o uso de etnicidade que fez surgir este fenômeno.

---

Uma das principais características da mobilização dos chamados brasiguaios que retornaram organizadamente ao Brasil, em 1985, foi a utilização de um discurso político que reafirma constantemente a nacionalidade brasileira, e reivindica os direitos que esta cidadania idealmente lhes fornece. Nas assembléias realizadas no acampamento, em Mundo Novo(MS), eram recorrentes os hasteamentos da bandeira brasileira e o entoar coletivo do hino pátrio. Num momento político no qual os grupos camponeses envolvidos em conflito pela posse da terra encontravam-se em oposição tática ao governo brasileiro, e bandeiras ou cantos, se haviam, eram do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou dos hinários elaborados pela Comissão Pastoral da Terra, a ênfase nacionalista dos chamados brasiguaios poderia ser mal-compreendida como um movimento conservador ou mesmo reacionário, daquele grupo social.

Tratava-se, antes disto, da utilização de símbolos considerados tradicionais na efetivação de um ritual político ligado a relações de poder que envolviam Estados Nacionais distintos (Brasil e Paraguai) e associado à estratégias de obtenção de terras e de mobilidade social. Para Cohen, "ethnicity is thus basically a political and not a cultural phenomenon and it operates within contemporary political contexts and is not an archaic survival arrangement carried over into the present by conservative people"(COHEN, 1969(a):190) (g.n.). Para além de reafirmar a cidadania brasileira através de bandeiras e hinos

---

nacionais, os chamados brasiguaios utilizavam-se de símbolos que não possuem representação material, como discursos e figuras orais.

Possui grande poder simbólico a repetição insistente dos componentes da atribuição brasiguaios no cotidiano do acampamento de Mundo Novo. Reafirma-se em cada discurso, em cada assembléia, em cada entrevista concedida à imprensa, a condição comum de cidadãos brasileiros, agricultores, expulsos do Brasil pela mecanização da lavoura e pela concentração fundiária, estrangeiros no Paraguai, onde foram explorados e sofreram violências físicas e morais, tendo ainda sido expulsos de volta para o Brasil.

Esta representação coletiva não é uma reprodução mecânica das diversas realidades encontradas em seus deslocamentos. Enquanto construção simbólica, seleciona alguns de seus elementos, e os integra dentro de uma ação específica, num evento político (COHEN, 1979:05). Passa a ter existência própria, podendo ser novamente acionada em outras ocorrências de conflito, afetando de diferentes maneiras as relações de poder.

Indivíduos impedidos de organizar-se formalmente em território paraguaio, encontraram nesta representação elementos comuns que possibilitaram uma mobilização sem precedentes. Sob a identidade de brasiguaios, montaram uma organização rigorosa, que lhes permitiu um poder de barganha maior. Nas constantes reuniões, assembléias, atos litúrgicos, atos cívicos, a coordenação das formulações

---

decisórias levou a uma unanimidade de opiniões sobre a real condição daqueles que delas participavam, sobre seu passado, seus direitos e suas reivindicações. A mística que se criou para o grupo serviu, desta forma, não só para convencer os de fora, mas também aos próprios camponeses envolvidos na mobilização.

Os rituais que organizavam o espaço e o tempo, no cotidiano do acampamento dos chamados brasiguaios, assim como a inculcação constante dos componentes da identidade, para dentro e para fora de seus limites, podem ser entendidos como uma drama, "a limited sequence of symbolic action, defined in space and time, wich is formally set aside from the ordinary flow of purposeful social action"(COHEN, 1979:105).

Ao enfatizar o caráter político da etnicidade dos chamados brasiguaios busquei evitar um certo formalismo presente nos estudos de etnicidade, tratada como qualitativamente o mesmo tipo de fenômeno, a despeito do passado histórico e do contexto social (WORSLEY apud O'BRIEN, 1986:899). Em análise sobre as dinâmicas de segmentação étnica da força de trabalho agrícola no Sudão, neste século, O'Brien(1986) lembra o perigo do formalismo ahistórico em estudos que privilegiam a unidade em detrimento de interconexões. O autor critica os modelos de etnicidade que não contemplam o papel de desigualdade e das relações de poder na escolha de identidades étnicas, e sugere que a emergência destas, nos países do chamado

---

terceiro mundo, está ligada a processos de desenvolvimento de um capitalismo periférico:

"(..) ethnicity (...) has been constituted by the same world historical process that has produced modern capitalism, wage labor, and class structures. As historically constituted social identities, contemporary ethnicities have fundamental determinations which are as modern and capitalist as are those of the giants multinational corporations"(O'BRIEN, 1986:905)

Nestas circunstâncias, a etnicidade desenvolvida pelos chamados brasiguaios seria fundamentalmente diferente de outras identidades étnicas que porventura houvessem emergido no passado, na região de fronteira por onde transitam, e de princípios étnicos articulados em outros lugares, sob diferentes condições sociais.

Os chamados brasiguaios construíram sua identidade a partir de relações de poder específicas, vividas num tempo e num espaço marcados por conflitos territoriais e sociais. Dados históricos sobre a consolidação da fronteira político-administrativa que separa Brasil de Paraguai, obtidos em relatos e análises de viajantes, militares, governantes, geógrafos e historiadores, apontam para uma tradição de lutas e batalhas, envolvendo não apenas os Estados Nacionais, mas também as populações locais e grandes empresas comerciais que tentavam expulsá-las ou imobilizar sua força de trabalho. Demonstram um cruzamento incessante de atividades econômicas, e de disputas políticas e territoriais, naquela região de fronteira. O espaço geográfico artificialmente dividido pelas administrações

---

nacionais, apresenta-se como um só espaço social, por onde se interseccionam relações de poder que envolvem camponeses brasileiros e paraguaios, companhias argentinas de exploração de erva-mate e madeira, empresas colonizadoras e grandes proprietários de terra.

Diversamente, a atuação dos aparelhos de poder do Brasil e do Paraguai tem sido no sentido de ressaltar constantemente a existência da dita fronteira, e de controlar, direcionar ou impedir os deslocamentos populacionais sobre a mesma.

---

## **CAPÍTULO II - HISTÓRIA E DESLOCAMENTOS NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI**

Registros de situações de tensão social nesta região limítrofe são antigos o suficiente para que sua análise incorra no risco de confundir-se com o estudo da formação da própria fronteira. Tediosamente repetem-se em estudos regionais como Correa Filho(1939) e Várzea(s/d) a descrição pormenorizada dos sucessivos tratados e batalhas que concorreram para a sua fixação, sendo que a mesma só se institucionaliza, e não sem protestos de diplomatas paraguaios, em 21 de maio de 1927, quando se definiram dúvidas sobre o trecho fronteiro coincidente com o rio Paraguay, entre o Apa e a Bahia Negra.

### **2.1. PEÕES, MENSUS E CAMPEIROS, OS TRABALHADORES PARAGUAIOS E O CAPITAL ARGENTINO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Durante as últimas décadas do século passado e as primeiras do atual, relatos de governantes, viajantes, e, mais tarde, de revolucionários de 1924, referem-se à presença massiva de população paraguaia em território brasileiro, na sua maioria trabalhadores contratados por empresas inglesas e argentinas de exploração de madeiras e erva-mate, dentre as quais se destacam a Companhia Matte Larangeira e a Companhia Madeiras del Alto Paraná. Estas empresas foram beneficiadas pela política de concessão de

---

terras devolutas a particulares, iniciada no Governo Imperial e levada adiante durante a República Velha.

Conhecidos como mensu(1), ou peões, os trabalhadores dos ervais são descritos como vivendo em condições sub-humanas, controlados através de dívidas nunca passíveis de pagamento e por capatazes armados. Cesar Martinez, que percorreu a região no início da década de 20, com a função de inspecionar as escolas administradas pelo governo do Estado do Paraná, tendo percorrido as vastas propriedades do industrial argentino Julio Allica, a partir do Porto Artazza, e da Matte Larangeira, a partir do Porto Mendes, alertava para as particularidades da região:

"Os sertões do Iguassú constituem uma zona inteiramente diversa, uma espécie de Amazônia, que Euclides da Cunha considera ainda não acabada para habitação do homem. O brasileiro desconhece-a como si não fora pedaço do Brasil. E, na verdade, é mais paraguaia e argentina, pois que nem nosso dinheiro nem nosso idioma ahí conseguiram chegar. Os poucos nacionaes que ahí aportam, embora de passagem, no desempenho de um mandato official, submetem-se ao meio que lhes deita o seu braço de ferro e os converte, ao menos aparentemente(...)"  
(MARTINEZ, 1925:08-09).

O tenente João Cabanas, revolucionário de 1924, integrante da chamada Coluna da Morte (um dos ramos da Coluna Prestes), em outubro daquele ano, viajando pela região do rio Piquery, cruza-se com o mesmo Julio Allica, proprietário das terras onde acampavam. Regressava dos limites de seus ervais, em Campo Mourão(PR) onde fora abafar uma revolta de empregados. Mais tarde os integrantes da

---

coluna ficam sabendo que Allica, em combinação com o Governo do Paraná, de quem recebera armas e munições, havia preparado emboscadas contra qualquer força revolucionária que cruzasse suas propriedades. Como prevenção, Cabanas prendeu o administrador geral dos ervais, e ordenou que seu capatazes percorressem todos os ranchos ervateiros e trouxessem os empregados de Allica à sua presença, homens mulheres e crianças. O relato do militar impressiona pela descrição das condições sub-humanas nas quais viviam, contrastada pela descrição dos capatazes que controlavam a força de trabalho, em sua maior parte de nacionalidade argentina, como os patrões.

"Uma multidão de mais de mil indivíduos, tendo cada um em si, os característicos da vida miserável que passavam(..). No meio desse rebanho humano que parecia ter saído de ignotas paragens onde o sol não penetra, e não existe civilização, destacam-se, arrogantes, supurando saúde, bem vestidos(..) os famosos capatazes, modernos e sanhudos feitores, sem alma e sem consciência, brutos até a violência, encarregados de exaurir as forças daquelles escravos até o aniquilamento, para extrair da matta bruta, a preciosa folha que, remetida aos moinhos de Buenos Aires, se transforma em ouro" (CABANAS,1928:245).

Existem ainda versões sobre conflitos entre ditas empresas e posseiros provenientes do Rio Grande do Sul, cuja presença era reprimida. Em 1932 estes camponeses uniram-se a mensus paraguaios para uma sublevação. Estes embates caracterizam uma região de atração de trabalhadores livres, ao mesmo tempo que permitia o desenvolvimento de relações de trabalho escravo. Percebe-se a reciprocidade positiva entre

---

os capitalistas estrangeiros e autoridades brasileiras, na repressão às tentativas de autonomia do campesinato local, fosse composto por posseiros brasileiros ou por mensus paraguaios. Afonso Varzea, em livro sobre as fronteiras meridionais do Brasil, referindo-se especificamente aos ervais localizados em território mato-grossense, assim descreve este processo:

"Os colonos gaúchos, ou melhor, os evadidos de um regime pastoril senhorial(..) atingindo o imenso baldio de Vaccaria, tendem naturalmente à pequena propriedade e tratam de legalizar a posse do retalho de campo onde plantam o rancho, de acordo com a legislação local. Automaticamente estes posseiros são atraídos pelo 'archipelago do matte'(..) que de vez em quando a Matte Larangeira faz uma limpa dentro do famoso limite obtido da administração Murтинho, passa o pente fino na posse dos posseiros, que despossados reagem como podem: processo regional far-west, carabina na mão; combate judiciário, no foro local; recursos políticos(..) todos os expedientes em summa(..). Em 1932 houve mesmo uma sublevação de colonos gaúchos aliados aos escravos paraguaios, suffocada a metralhadora pelo general comandante da circunscrição, cujos oficiaes em sub-ordens penetraram kilometro no Paraguai adentro, na caça aos insurrectos" (VARZEA, s/d:210-211). (g.n.)

Sodré (1941), analisa o surgimento da grande propriedade pastoril no Estado do Mato Grosso a partir da necessidade de alimentos decorrente de aumento populacional na área cafeeira do território paulista. Sua instalação teria levado ao "advento de uma população estranha, de todas as origens, gente sem história, impulsionada pela fuga à autoridade" (SODRÉ;1941:12), notadamente paraquaios

---

empobrecidos pela guerra com o Brasil, pelas conseqüentes concessões territoriais à empresas estrangeiras e pela desmobilização. Nas grandes propriedades criadoras de gado, no sul do Estado do Mato Grosso, teriam encontrado ocupação certa, como campeadores, ou seja, empregados encarregados de recolher o gado, tratá-lo e transportá-lo.

Peões, mensus ou campeadores, a presença de trabalhadores paraguaios surge nos discursos oficiais como objeto de preocupações econômicas e de soberania sobre estas regiões de fronteira. Tratava-se, na verdade, de inquietações do governo brasileiro diante da presença econômica e física da Argentina em território brasileiro e paraguaio.

## 2.2. A REAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO À PRESENÇA ARGENTINA

Documento confidencial do Ministério das Relações Exteriores, de 1929, formula uma Política Nacional de Fronteiras, direcionada para o povoamento e valorização do solo fronteiriço, baseando-se da trilogia fixação, demarcação e nacionalização.

O documento assim se refere à fronteira com o Paraguai:

"O Paraguay nada representa por si só como Estado compressor na nossa fronteira. Em cousa alguma se basta a si próprio, conseqüentemente, não pode ser um povo expansionista (note-se, não é expansionista circunstancialmente, mas o é por indole. Nova Iguassu é um exemplo, vide censo da população brasileira de 1920). Justamente este franqueza representa seu maior perigo. É, mesmo, uma vizinhança francamente perigosa (...). O Paraguay está se tornando um largo campo de aplicação de capitaes uruguayo e argentino muito mais argentino. (...) Com valor demographico (bruto e relativo) ínfimo, integrado nas grandes vias de potencialidade platina (...) o que se deve temer na fronteira paraguaya não é o paraguayo, é o argentino." (LATOURE, 1929:254-255) (g.n.)

A Companhia Matte Larangeira é caracterizada no documento como um braço da capital argentino dentro do Estado do Mato Grosso, capital este que não estaria encontrando resistência em vários pontos da fronteira sul-brasileira, dado ao que chama de "inexistência de vida nacional", invadindo-a em "infiltrações crescentes, cujos aspectos característicos são a colonização e a exploração de nossas terras e riquezas seguidas da desnacionalização

---

brasileira local; que esta infiltração vital é calculadamente estimulada e orientada no sentido econômico-militar pelo governo argentino". Mais adiante o documento critica as diretrizes dos governos anteriores, uma vez que "a indiferença brasileira excedeu-se a si mesma, expulsando do Brasil os brasileiros para vender a estrangeiros, terras que demoram na fronteira com o invasor, os quais comprando em grossas unidades limítrofes, vendem-nas a retalhos aos nossos inimigos de amanhã, se não forem estes mesmos, por interpostos negociastas, os aproveitadores de nossa inconsciência" (LATOURET, 1929:267-268)

Getúlio Vargas, que sobe ao poder em 1930, deflagrou, na segunda metade da década, uma campanha governamental para ocupação econômica e populacional do interior do país, que vinha sendo discutida desde a segunda metade da década de 30, no Instituto de Estudos Brasileiros e nas publicações periódicas Estudos Brasileiros, Novas Diretrizes e Estudos e Conferências, por intelectuais ligados ao seu governo.

Em conferência realizada no Instituto de Estudos Brasileiros em agosto de 1938, M. Paulo Filho alertava para a necessidade de nacionalização e colonização das fronteiras, referindo-se ao Brasil como "país das fronteiras abandonadas", notadamente nas proximidades do Paraguai, pela ocupação quase total de seu território por empresas estrangeiras. Informa que dos 250.000 habitantes do sul do Mato Grosso, nem 3.500 são proprietários de terras, apenas

---

poucos fazendeiros, políticos e companhias estrangeiras. Somente estas últimas, citadas nominalmente, possuíam 7.305.273 hectares. Entre estas, a Matte Larangeira surge como proprietária de 170.000 hectares em Bela Vista, 300.000 em Ponta Porã, e 21.600 em Porto Murtinho, além de arrendar mais 1.440.000 hectares em Ponta Porã.

O conferencista propõe a colonização sob os auspícios do Exército, onde as colônias seriam constituídas de um núcleo central de administração, com o caráter da força e da disciplina, ambas permanentes. Estas colônias, oferecidas preferencialmente aos liberados da conscrição, a brasileiros de outras áreas e para a fixação e educação de índios, seriam indicadas apenas para as regiões de fronteira "onde não há população estável nem possibilidade de mantel-a, isto é para as zonas abandonadas. Será o instrumento decisivo que fixará o homem brasileiro na terra que lhe pertence. Tornal-o-a radicado ahi até pelo interesse material. Desse homem fará um sentinela vigilante. Com a ordem e a disciplina, esta colonização garantirá a tranquilidade e o bem estar geral."(PAULO FILHO, 1938:25)

Com a chamada revolução de 1930, várias concessões, pela inoperância e não cumprimento de cláusulas contratuais referentes à construção de obras públicas e à colonização, foram anuladas. Somente no Estado do Paraná retornam ao patrimônio estadual 2.300.000 hectares, inclusive parte daqueles pertencentes à Matte Larangeira. A guerra de 1939-1945 possibilitou que o governo Vargas, alegando motivos de

---

segurança nacional, proibisse a propriedade de terras por estrangeiros nas zonas de fronteiras, sendo, por consequência, nacionalizadas várias companhias, entre elas a Companhia Maderas del Alto Paraná. Dentro desta mesma política, foi decretada em 1943 a criação do Território Federal do Iguassu, formado por terras do sudoeste e oeste paranaense e parte de Santa Catarina, e do Território Federal de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul.

Reedita-se, desta forma, a idéia de colônias de vigilância, instrumento do Governo Imperial, que fundara na área as colônias militares de Dourados (10-05-1861), no Mato Grosso, e de Xopim (1882) e de Foz do Iguaçu (1888), no Paraná. Estas duas últimas tiveram sua criação determinada pelo Decreto número 2.002 de 16 de novembro de 1859. Cada uma das colônias teria, além do comandante, um oficial do Exército e 50 "praças de pré", as quais seriam dadas terras, casas e ferramentas para lavoura.(2)

É dentro deste espírito e desta estratégia geopolítica que a criação das colônias agrícolas nacionais viria concretizar a preocupação governamental com as regiões fronteiriças.

Em versão oficial sobre a região de fronteira com a Republica do Paraguai, obtida a partir de mensagens de governadores do Estado do Mato Grosso, nos anos de 1942 e 1951, quando de vigência dos períodos presidenciais de Getúlio Vargas(1930-1945/1950-1954), percebe-se uma representação da mesma como local de violência e

---

"bandoleirismo", reforçando aquela visão que liga a fronteira à criminalidade e à conseqüente necessidade de controle e repressão aos deslocamentos populacionais:

"A Delegacia que maior número de diligências realizou foi a de Campo Grande, incluindo-se nestas as de perseguições de bandoleiros que infestam a zona sul do Estado. (...) Por iniciativa do Governo Federal foi criado o Serviço de Registro de Estrangeiros, o qual, desde 1939, se tem tornado um poderoso fator preventivo de crimes. A maioria dos homicídios nos municípios fronteiriços é cometida por estrangeiros, em sua quase totalidade paraguaios. Entretanto, apesar de ser muito grande entre eles a percentagem de analfabetos(...) sentem aqueles, ao entrar em contato com a Polícia, a existência de um poder controlador e repressor."  
(MULLER, 1942:42-43)

"Essa região, nas vizinhanças do Paraguai, tem, nestes últimos anos, uma situação de segurança precária para seus habitantes e para suas propriedades. Presa de perturbação quase permanente, aquele país vizinho e amigo não dispõe de elementos para reprimir o bandoleirismo que, na orla da fronteira, nos vem perturbar, repetidamente, cometendo assassínios e saques. A nossa divisória, na sua quase totalidade constituída por simples linha balisada de marcos, presta-se a estas tropelias."(CORREA DA COSTA, 1951:32)

O Decreto-Lei número 12.417, de 12/03/1943, criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), no sudoeste do Estado do Paraná. No mesmo ano, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no sul do então Estado de Mato Grosso, com 267.685 hectares, "com o objetivo de povoar a faixa de fronteira do sul do Mato Grosso, onde foram assentadas famílias de agricultores oriundas do Nordeste e Centro-Sul do país"(MEAF/TERRASUL, 1984(a):06-07).

---

As iniciativas tem pouca eficácia em relação à fixação dirigida de camponeses nas regiões de fronteira. A CANGO se vê envolvida, como veremos a seguir, em litígios com empresas imobiliárias e o governo do Estado do Paraná, que desencadearam as chamadas "revoltas do sudoeste do Paraná", em 1957, a ação oficial sendo, desta forma, atropelada pela crescente pressão camponesa pela terra que caracteriza a ocupação do Paraná desde a década de 30.

Quanto à Colônia Agrícola Nacional de Dourados, cujo projeto previa a divisão da área em parcelas médias de 30 hectares, bem como de núcleos urbanos - que deram origem a municípios como Glória de Dourados, Fatima do Sul, Jateí, Angélica, Deodápolis, Vicentina e Douradina (hoje caracterizados por processo crescente de concentração fundiária e pelo predomínio econômico de grandes cooperativas transacionais, como a COTIA) - teria tido seus objetivos iniciais abortados por interesses particulares, conforme versão de antiga liderança sindical da FETAGRI/MS:

"Em 52,53, Getulio era presidente da Republica e existia um compadre dele que era prefeito de Marília (SP), chamava-se Matsubara, que hoje no Paraná tem um filho que foi prefeito, tem lá até um estádio de futebol Matsubara. Getulio doou 30% da área do núcleo colonial de Dourados para o Matsubara fazer uma colonização japonesa. Matsubara simplesmente vendeu para fazendeiros da região de Marília, mais precisamente de Poconéia. Zé Tavares e outros.(...) Então esse problema moveu mais de uma centena de brasileiros sendo despejados porque, por um lado os brasileiros conheciam o mapa, que a colônia ia até ali, lugar x, por outro lado o

---

fazendeiro tinha comprado do seu Matsubara e tinha uma escritura definitiva.(...) Então a colonização do Mato Grosso do Sul nunca saiu do papel." (D.S. FETAGRI/MS, 23/04/91)

O processo de ocupação do Estado do Paraná mereceu um investimento de pesquisa redobrado. Por seu território passaram segmentos significativos de famílias de pequenos produtores rurais brasileiros, atraídos, a partir da década de 30, pelas possibilidades de acesso à terras. A partir do final dos anos sessenta, estas famílias cruzam a fronteira político-administrativa internacional e se instalam em terras paraguaias. Para entender estes movimentos de deslocamento, inicialmente de diversos Estados do Brasil para o Paraná, e, mais tarde, do Estado do Paraná para a República do Paraguai, consultamos trabalhos de geógrafos e historiadores, e documentos governamentais e de companhias privadas de colonização.

As teorias sobre as modalidades de ocupação do Estado do Paraná que se tornaram lugares comuns nas análises subsequentes, no campo da história e das ciências sociais, foram formuladas por geógrafos, com critérios de competência baseados na observação direta e trabalho *in loco*, através das chamadas excursões à campo.

Apresentarei a seguir seus principais padrões explicativos, sua influência na historiografia regional e um exame do papel do poder estadual e de companhias privadas de colonização na divulgação de uma imagem comum sobre o Estado do Paraná.

---

### 2.3. OS GEÓGRAFOS E O MITO DA DEMOCRACIA RURAL NO PARANÁ

Caracteriza o arcabouço teórico de geógrafos como Pierre Monbeig e Leo Waibel, que grande influência tiveram nos meios acadêmicos nacionais a partir dos anos 40, a utilização de noções e conceitos operacionais com elementos analíticos e interpretativos comuns.

A noção de pioneiro é utilizada em diversos contextos enquanto definidora de uma situação específica de desbravamento de novos territórios para a exploração agrícola, no mais das vezes de forma planejada, por quantidade significativa de indivíduos, e ligada à mercados de consumo e de exportação.

A noção de pioneiro pode ter conotações espaciais ou de deslocamento, como região pioneira, zona pioneira, frente pioneira, penetração pioneira ou ainda avanço pioneiro. Os indivíduos que tomam parte destes movimentos ou regiões são chamados pioneiros, que praticam agricultura pioneira e erguem cidades pioneiras.

Parte do padrão explicativo dos geógrafos consiste em trabalhar com métodos comparativos, como recurso para explicar realidades em observação, e também em periodizar as ocupações populacionais, impondo esta classificação no espaço. Neste último aspecto, subdividem o território ao norte do Estado em Norte Velho (ocupação desde 1862 dos vales do Paranapanema, do Cinzas e do Jataí, por cafeicultores paulistas, até as margens do rio Tibagi no final da década de 20), Norte Novo (da margem esquerda do

---

Tibagi, com iniciativa privada de colonização, tomando a direção oeste a partir dos anos 20) e Norte Novíssimo (entre a margem esquerda do Paranapanema e o rio Ivaí, onde o governo estadual teria precedido à colonização através da venda de pequenos lotes, a partir dos anos 30).

Os autores referidos a estas noções e métodos seriam Pierre Monbeig (1940), Leo Waibel (1955 e 1979), Nilo Bernardes (1952), Orlando Valverde (1957), Lysia Bernardes (1953) e Nice L. Muller (1960). As datas mencionadas referem-se às publicações e não necessariamente ao tempo em que foram produzidos os trabalhos. Haja visto que Leo Waibel foi consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia de 1946 a 1950 e que Muller e Valverde prepararam seus trabalhos como "guias" para excursões promovidas durante o XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro em 1956.

Em "A Zona Pioneira do Norte-Paraná", Pierre Monbeig realiza uma análise comparativa, tendo como base as chamadas zonas pioneiras da Austrália, Canadá e Mandchúria, estudadas pela Sociedade Geográfica Americana. A caracterização do Norte do Paraná como zona pioneira deve-se à observação, na região, de linhas férreas e estradas de rodagem, e do surgimento de cidades como locais de abastecimento e de mercado, assim como da pequena propriedade e da policultura, tributárias, no entender do autor à "uma organização nova de colonização com um

---

financiamento de tipo novo: o grande empreendimento do tipo capitalista" (MONBEIG, 1940:64).

Leo Heinrich Waibel define zona pioneira em artigo clássico intitulado "As Zonas Pioneiras do Brasil", publicado em 1955 na Revista Brasileira de Geografia. Analisa comparativamente a ocupação dos territórios do Brasil e Estados Unidos da América, onde zona pioneira seria uma fronteira no sentido econômico, uma zona localizada entre as matas e as regiões civilizadas. E define que "de uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma corrente humana. Entre outras palavras, quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial de um boom ou um rush. Então, os preços da terra elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubada, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade a população". (WAIBEL,1955:390-392)

Waibel identifica cinco zonas pioneiras no Brasil dos anos 40, compatíveis de serem comparadas com as zonas pioneiras do middle west dos Estados Unidos: o norte do Paraná, o noroeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná(3); o oeste de São Paulo; a região ao norte do rio Doce (nos Estados de Espírito Santo e Minas Gerais) e o que

---

ele chama "o Mato Grosso de Goiás", no sul daquela unidade da federação.

Nos autores citados acima, são registrados elementos comuns de explicação sobre o processo de ocupação do Estado do Paraná neste século, quais sejam: o povoamento sendo efetuado por duas frentes pioneiras distintas mas coetâneas a partir de determinado momento, uma ao norte, referida ao desmembramento da plantation cafeeira e a outra ao sul, caracterizada pela policultura e produção de cereais, consequência de transbordamento populacional das antigas áreas de colonização européia do Rio Grande do Sul; a importância de uma colonização planejada, visando a produção de lavouras comerciais e a implantação de pequenas e médias propriedades, em detrimento de uma ocupação anterior, dita espontânea; a crença no surgimento de uma "democracia rural" no Estado do Paraná, diante de suposta facilidade de acesso aos meios de produção.

### 2.3.1. AS FRENTES PIONEIRAS

O norte do Paraná é definido por Valverde como um dos ramos da frente pioneira paulista. Muller credita seu povoamento a partir da expansão de cafeicultores daquele Estado. Mais preciso, Waibel identifica como integrantes da frente pioneira da região ex-colonos vindos das antigas zonas cafeeiras de São Paulo e que ali teriam se tornado proprietários de terra.

---

O surgimento da frente pioneira ao norte está referida basicamente à fatores de ordem agronômica e geológica, ao café e à terra roxa, apontada como de grande fertilidade: "a terra roxa valorizou todo norte do Paraná e tem sido o chamariz para milhares de indivíduos que para ai ocorrem desde o começo do século".(BERNARDES,1953:357)

Outro fator determinante para o desenvolvimento desta frente pioneira ao norte seria a proximidade das estradas e mercados exportadores do Estado de São Paulo. Daí para Bernardes (1953) o grande interesse havido no aplicação de capitais para sua colonização e o êxito deste empreendimento.

Interpretações étnicas fazem parte do padrão explicativo sobre o surgimento da frente pioneira ao sul do Estado do Paraná. Seus integrantes seriam imigrantes alemães e italianos e seus descendentes, oriundos das chamadas colônias do Estado do Rio Grande do Sul. Para alguns geógrafos, seu deslocamento estaria referido basicamente ao crescimento populacional. Waibel marca diferença com esta análise demografista, sugerindo uma análise agronômica. O sistema agrícola utilizado - de rotação de terras, e não de culturas - teria levado à escassez de novas áreas e a um crescente nomadismo, onde "por toda a parte, os jovens emigram das propriedades rurais para as cidades ou para as zonas pioneiras, nas quais procuram adquirir terras e começar o mesmo ciclo econômico(...) essa gente emigra não tanto por causa do

---

aumento da população, mas em consequência da deteriorização da terra". (WAIBEL, 1979:258) (g.n.)

### 2.3.2. PIONEIROS VERSUS CABOCLOS NO AVANÇO DAS FRENTES PIONEIRAS

O padrão de povoamento considerado pelos geógrafos é aquele feito em moldes capitalista, por empresas privadas de colonização. Como unanimidade dentro deste padrão, aparece a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), à qual é creditada o avanço da frente pioneira a oeste do Rio Tibaji, a partir de 1929.

O Sudan Cotton Plantations Syndicate, vindo de experiências com plantio de algodão e colonização na colônia inglesa do Sudão, adquiriu em 1925, no norte do Paraná, 1.236.000 hectares de terras, fundando no país a Paraná Plantations Ltda.

Partindo de um objetivo inicial de plantio de algodão, decidem-se, em 1929, pelo comércio de terras, mudando a razão social da empresa para Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP).

De 1929 a 1960, a CTNP executou um projeto de colonização que abrange mais de um milhão de hectares, e a fundação de mais de sessenta cidades e patrimônios. Neste período foram vendidos 41.714 lotes e chácaras (com áreas variáveis de 12 a 72 hectares) e cerca de 70.000 datas

---

urbanas. A aquisição de lotes de 36 hectares, em média, era facilitada em prestações de 4 anos, com juros de 8% ao ano.

As diretrizes definidas pela CTNP baseavam-se na importância das cidades como núcleos econômicos, demarcadas de 100 em 100 quilômetros. Entre elas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários.

No entorno das áreas urbanas foram planejados cinturões verdes, chácaras que produzissem gêneros alimentícios para consumo local, e lotes rurais planejados graficamente de forma que todos tivessem acesso à água e à estrada.

O projeto previa que os proprietários de lotes rurais venderiam a sua produção de café no patrimônios, a pequenos cerealistas, proprietários de máquinas beneficiadoras, que por sua vez iriam comerciá-lo nas cidades maiores, que possuíam escritórios e silos de armazenamento das grandes casas exportadoras, como a American Coffe, a Anderson Clayton, a Leon Israel e a Almeida Prado. Os pequenos proprietários gastariam, idealmente, seu dinheiro no próprio patrimônio, o que levaria a um aumento na circulação local e ao progresso da região.

Waibel referiu-se à CTNP como o "melhor e mais próspero plano de colonização do Brasil, guiza da América do Sul"(WAIBEL, 1979:241). Valverde propunha que a sua forma

---

de executar os projetos deveria servir de modelo a outros serviços de colonização oficiais e particulares.

O início de funcionamento, no sudoeste do Estado, da Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A., companhia sul-riograndense de colonização, também data a chegada da frente pioneira ao sul. Em 1946 a MARIPÁ comprou cerca de 300.000 hectares da Cia. Maderas del Alto Paraná, antiga concessionária na região. A partir da MARIPÁ, através de seus diretores, surgiram dezenas de outras empresas, responsáveis pela fundação de municípios como Toledo, Medianeira e Palotina. Em 1957 mais de trinta empresas atuavam na região.

Antes de 1929, ao norte, e de 1946, ao sul, viajantes e historiadores regionais registraram deslocamentos contínuos de famílias, vindas do Rio Grande do Sul, de São Paulo e mesmo do Paraguai, as quais estabeleceram significativo povoamento. Seu movimento, no entanto, não é considerado pioneiro, uma vez que estas famílias estabeleceram-se como posseiras.

São chamados pelos geógrafos de caboclos, "população culturalmente atrasada e de nível econômico muito baixo" (WAIBEL,1955:413), que vive "à margem da civilização (estabelecendo) roças espontâneas e desordenadamente (características de) uma economia fechada" (BERNARDES,1953:372-374).

Os denominados caboclos pareciam representar então um obstáculo à proposta de colonização baseada na

---

propriedade da terra. Sua presença descaracterizaria, no entender dos geógrafos, a existência de frentes pioneiras. Conforme Bernardes, "é mais frequente no entanto o avanço pioneiro se processar em uma região já povoada por elementos dispersos, agricultores nômades ou mesmo criadores de gado que procedem o povoamento regular. Neste caso, a fronteira de povoamento não corresponde a uma frente pioneira, e nem mesmo se pode considerar como zonas pioneiras as áreas ocupadas por estes elementos isolados" (BERNARDES,1953:337). O corte sincrônico realizado parece contrapor duas concepções de povoamento, a posse e a propriedade da terra, e tende a negar a condição camponesa e os direitos à terra dos denominados caboclos.

O "avanço pioneiro" sobre uma população percebida como diluída na natureza, praticante de agricultura primitiva e sem existência legal, aparece como deslocamento linear irreversível. Trata-se de saber de que forma o povoamento anterior seria inserido nas novas relações sociais e econômicas que se estabeleciam, que só prevê sua "transformação" em proprietários de terra.

Monbeig aposta no isolamento entre os denominados caboclos e os "recém-chegados", ao considerar o "esforço rudimentar do caboclo como um esforço longínquo: para falar a verdade, particularmente no norte do Paraná não se percebe a herança transmitida aos pioneiros pelos caboclos. A colonização moderna teve que criar tudo". (MONBEIG,1940:58)

---

O "recém-chegado" e o pioneiro são os principais elementos populacionais considerados na análise. Num corte sincrônico, os geógrafos privilegiaram sua incorporação às frentes pioneiras enquanto proprietários de terra, sem preocupar-se a fundo em esclarecer suas diferenciações econômicas internas. Trabalha-se antes com distinções étnicas e geográficas, conforme Waibel (1955):

"Algumas zonas pioneiras receberam uma população tão polimorfa que mesmo para as condições do Brasil ficava além do normal. Entre a população estrangeira prevalecem japoneses, italianos e também espanhóis e portugueses (...) nacionais, tanto brancos quanto de cor, afluíram para as novas zonas pioneiras, em grande massa, de todas as partes do Brasil, principalmente do Nordeste e de Minas Gerais" (WAIBEL, 1955:405-406)

Monbeig e Valverde, baseados em dados de trabalho de campo no norte do Paraná, vão enriquecer o esquematismo destas análises ao identificar outros segmentos camponeses que não aquele de proprietários de terras, atuando na região. A derrubada da mata, atividade fundamental logo após a aquisição dos lotes, era realizada por indivíduos conhecidos localmente como empreiteiros, considerados trabalhadores especializados, em sua maior parte "caboclos da região ou então turmas de baianos" (MONBEIG, 1940:62) (g.n.)

Valverde observou que, além de realizar a derrubada, os empreiteiros eram contratados para "abrir o sítio", ou seja, iniciar o plantio de café, através de contratos que iriam de 4 a 8 anos. Como formas de

---

pagamento, poderiam vender a produção de culturas intercalares ou do próprio café. Os empreiteiros em atividade na região seriam provenientes do Estado de São Paulo e de Minas Gerais.

Formas tradicionais de relações de trabalho, características da grande plantation cafeeira, foram igualmente observadas. Em grandes propriedades, o denominado colono é um empregado que reside no imóvel patronal, recebendo mensalmente e por saca de café colhida. Além deste, têm-se camaradas e peões, contratados por dia de trabalho ou por empreitada para a execução de serviços diversos em imóveis rurais produtores de café.

No refinamento de sua investigação, quando baseada em observações diretas, os geógrafos apontam para um papel acessório dos denominados caboclos - ou empreiteiros, ou turmas de baianos - no estabelecimento das frentes pioneiras; e para a possibilidade de obtenção de terras também por este segmento do campesinato nacional.

### **2.3.3. A DEMOCRACIA RURAL ATRAVÉS DO ACESSO À PROPRIEDADE FUNDIÁRIA**

Valverde soube sintetizar uma visão comum dos geógrafos em questão, referente à mobilidade social, ao afirmar que "no norte do Paraná constituiu-se o mais forte reduto da democracia rural no Brasil" (VALVERDE, 1957:182).

---

Comparando o norte do Estado do Paraná com a região de plantations, conclui que:

"A sociedade do Norte do Paraná é mais democrática que a do planalto paulista em geral (...) o regime de propriedade predominante no primeiro gera contratos e relações de trabalho entre os proprietários de terra e os trabalhadores rurais em que quase não há superioridade econômica entre uns e outros. A riqueza está mais bem distribuída e a classe mais pobre tem a oportunidade de ascender econômica e socialmente" (VALVERDE, 1957:186,188)

Esta percepção de fronteira como local de desenvolvimento de relações sociais mais igualitárias se aproxima daquela de F. Jackson Turner (1920), sobre a fronteira oeste norte-americana. Análises comparativas sobre o povoamento do Brasil e dos Estados Unidos, a partir de reflexões de Waibel (1955) sobre o trabalho de Turner, foram produzidas por Valverde (1957) e Bernardes (1953).

Ao descaracterizar a região do oeste paranaense como zona pioneira, Bernardes compara sua ocupação com a de meio-oeste norte-americano, considerada uma padrão para os geógrafos:

"Não houve aí, como no Middle-west americano, exemplo clássico de zona pioneira, uma faixa contínua e regular ao longo da qual se dava o contacto entre as áreas despovoadas e as zonas efetivamente ocupadas e economicamente aproveitadas" (BERNARDES, 1953:42)

Valverde, diversamente, realizando um balanço da colonização no sul do Brasil, busca semelhanças:

"(...) o panorama atual da agricultura no Brasil faz lembrar a dos Estados Unidos em meados do século XIX. Lá, enquanto no norte

---

predominava no campo uma grande massa de pequenos proprietários livres, no sul prevalecia uma economia escravocrata (...) Separava os dois domínios, a linha chamada Mason-Dixon (...). No Brasil, esta linha separatriz não é tão nítida; mas o Brasil tropical e subtropical são dois mundos diferentes. No sul estão os pequenos proprietários livres, ao norte os latifúndios (...)" (VALVERDE, 1957:164)

Dentro desta perspectiva de fronteira enquanto local de desenvolvimento de relações igualitárias, empreiteiros, camaradas, peões ou colonos, teriam idealmente assegurado o acesso à propriedade da terra, no norte do Estado do Paraná, uma vez que as diferenças econômicas entre patrões e empregados seriam pequenas ou facilmente igualáveis.

A representação positivada do Estado do Paraná feita pelos geógrafos baseava-se em observações referentes ao acesso à propriedade privada. No entanto, o fato da propriedade da terra ser apresentada como mais acessível que em outras regiões do Brasil, e a ênfase na primazia da pequena sobre a grande propriedade, não significou necessariamente o estabelecimento de uma "democracia" para o povoamento pré-existente.

Definindo o Paraná como "terra da esperança", os geógrafos encontraram uma expressão feliz para representar uma unidade da federação cujo acesso pretendido por milhares de indivíduos, em menos de cinquenta anos, parecia ser condicionado à adaptação a um padrão sócio-econômico que exigia nivelamentos à condições ideais, tais como definidas por Waibel:

---

"Verdadeiros camponeses, segundo o conceito europeu, cuja virtude é estar intimamente ligado ao seu torrão e a sua propriedade (...) que se conservará através de gerações, passando de pais para filhos e destes para netos" (WAIBEL, 1955:416).

Que dificuldades não enfrentariam para atingir o padrão de vida considerado ideal, semelhante ao dos "lavradores médios norte-americanos", que lhes permitiria "proporcionar aos seus filhos uma educação elevada, e eles próprios se manter em contato com o mundo através da leitura de jornais, livros e revistas profissionais (e que) gostam do rádio e da vitrola" (WAIBEL, 1979:254-255)

#### 2.4. OS HISTORIADORES E OS CONFLITOS DE TERRA NO ESTADO DO PARANÁ

Os geógrafos, como vimos, apresentam o processo de povoamento do Estado do Paraná, neste século, como resultado de deslocamentos populacionais específicos. A partir do sul do país, tais deslocamentos estariam ligados ao crescimento da população e ao sistema agrícola de rotação de terras. Ao norte, fatores de "atração" - como a qualidade das terras, a possibilidade do plantio de café e de acesso à terra - teriam provocado os deslocamentos populacionais para a região. Em momento algum da análise a possibilidade de conflitos pela posse da terra nos locais de origem é sugerida como fator de deslocamentos. Da mesma forma, não é

---

incorporada à análise os conflitos decorrentes do chamado "avanço pioneiro" sobre o povoamento pré-existente.

A historiografia paranaense dos anos sessenta, representada por Westphalen, Machado e Balhana(1968), ainda que referida aos padrões geográficos de interpretação, diferencia-se dos mesmos ao introduzir o conflito como parte constitutiva do processo de ocupação do que denominam "Paraná moderno".

Outra contribuição destes historiadores é a análise das legislações agrárias e das políticas fundiárias de grupos diversos que se sucederam no poder estadual. Através dela souberam desnaturalizar uma representação do norte e do oeste do Estado do Paraná como um território praticamente vazio de relações produtivas e sem existência legal até a chegada das chamadas frentes pioneiras, conforme sugerido pelos geógrafos.

Ainda que permaneçam definidos como "semi-nômades, disseminados pelos ranchos da floresta, plantando apenas à margens das picadas, roças de milho e feijão" (WESTPHALEN,1968:29), segmentos dos chamados caboclos são relacionados a grandes proprietários criadores de gado ou exploradores de erva-mate e madeiras, e a empresas estrangeiras com as mesmas características, como a Companhia Matte Larangeira e a Companhia Maderas del Alto Paraná.

Tal relacionamento baseava-se em contratos de imobilização de mão de obra, onde os trabalhadores "não tinham qualquer meio ou expectativa de alcançar a

---

propriedade de um pedaço de chão(..) ao se empregarem recebiam somas adiantadas que nunca mais poderiam saldar, ficando sempre inteiramente à mercê dos empregadores, transformados em imóveis(..) tanto na mata, como nos portos de embalse, as condições de trabalho eram duríssimas, esgotando fisicamente os trabalhadores"(WESTPHALEN,1968:29)

Outros segmentos dos denominados caboclos são caracterizados pelos historiadores como posseiros, figura jurídica cujos direitos passam a ser considerados na análise:

"Do ponto de vista social, a existência no Paraná de milhares de posseiros, e a sua luta pelo domínio da terra que ocupavam, com suas roças e ranchos, desde anos, e que lhes era arrebatada por terceiros, geralmente figurões das cidades, constitui o mais dramático aspecto das questões agrárias do Paraná moderno" (WESTPHALEN,1968,23-25)

Os conflitos de terra registrados pelos historiadores parecem ser aqueles ocorridos entre os chamados posseiros - ou mesmo pequenos proprietários - e "grileiros", que tanto poderiam ser "figurões das cidades", "capitalistas" ou ainda "colonizadores". (WESTPHALEN, 1968:25)

Em interpretação em certo nível oposta àquela dos geógrafos, consideram que "toda a penetração pioneira foi marcada por graves conflitos de terra. Incêndios, saques, violações, mortes, resultavam dos acidentes havidos entre os que defendiam a sua posse, muitas vezes de anos, e aqueles que, insuflados pela cobiça da terra, pretendiam conquistar,

---

mesmo a custa de bala e sangue, o domínio que não possuíam legalmente" (WESTPHALEN,1968:32)

Ao considerar a grilagem - ao lado da posse e da intrusagem (realizada por pequenos produtores sem terra) - como grande problema agrário do Paraná neste século, os historiadores tendem a isentar do processo conflitivo aquela colonização administrada por empresas privadas consideradas tradicionais, como a CTNP e a MARIPÁ, entendida como "eixo propulsor da repartição da terra e sua efetiva ocupação pelos proprietários privados" (WESTPHALEN,1968:21)

Os conflitos aparecem sempre ligados à atuação do poder político estadual. Assim, a chamada "Revolta do Contestado" (1912-1916), definida como "movimento sertanejo de grandes proporções", seria consequência da insegurança causada na região (noroeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná), área tradicional de posse, pela concessão feita pelo governo do Estado à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Encarregada da construção, a empresa norte-americana Lumber - subsidiária da EFSPRG - teria direitos de propriedade sobre 30 quilômetros de cada lado da linha férrea. Os posseiros, somados aos trabalhadores vindos da capital nacional para a obra e depois liberados, e sob a liderança do monge João Maria, organizaram-se em armas e combateram pistoleiros contratados pela empresa e por latifundiários locais, forças policiais estaduais e o Exército Nacional, que esmaga o movimento em 1916(4).

---

Os demais conflitos citados, ou se dão em áreas devolutas malbarateadas pelo governo, através de "negociatas" de terra, ou em áreas adquiridas por particulares - muitas vezes ilegalmente. O poder público é apresentado atuando de forma repressora e violenta contra posseiros, ao lado de pistoleiros ou jagunços.

Em todo o norte do Estado, num período longo que vai de 1930 a 1950, são apontados conflitos armados entre posseiros e pistoleiros na Gleba Faxinal (perto do rio Tibaji) e nos municípios de São Jerônimo e Jaguapitã, envolvendo milhares de famílias.

Com a subida ao poder estadual de Moyses Lupion, em 1946, a ação governamental teria agravado a tensão social, através de favorecimentos políticos na venda de terras devolutas, sem prévia regularização fundiária do povoamento existente. No entender dos historiadores, "o governo favorecia o clima propício à intrusão e às negociatas de posses (...) tornando-se altamente rendosas e configurando o 'conto das terras' no Norte do Paraná (..) Em todo o Paraná desdobrava-se a luta entre a posse e o domínio, a ambição da conquista de terras, valorizadas pela colonização recente (...). Todo o Paraná, enfim, vive dias tumultuosos pelo agravamento das questões de terras. O Governo do estado não mais inspira confiança". (WESTPHALEN, 1968:34-35)

É neste contexto que iria ocorrer a chamada "revolta de Porecatu", no município do mesmo nome, ao norte de Estado. Os posseiros reagiram com armas à tentativa de

---

venda de áreas devolutas realizada pelo governo, e por diversas vezes, e com baixas dos dois lados, combateram policiais militares deslocados para a região. A solução para o litígio viria após a eleição de um novo governo estadual, em 1951, o qual declarou de utilidade pública as terras conflitadas de Porecatu, Jaguatipã e Arapongas, cujos títulos teriam sido expedidos irregularmente pela administração anterior.

No oeste e sudoeste do Estado, a situação não diferia, acirrando-se os conflitos "com o esbulho dos posseiros, a intrusão discriminada de colonos de boa-fé, de aventureiros profissionais e de conhecidos grileiros, além da venda tumultuada de terras, realizada pelo Governo a pseudo-lavradores e a afilhados políticos." (WESTPHALEN, 1968:39)

Os principais agentes de conflitos denunciados são as companhias imobiliárias que agiam na região, sendo citadas nominalmente a Companhia Territorial de Ubá, no município de Pitanga, em 1951; a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná-SINOP, e a Companhia Brasileira de Imigração e Colonização -COBRINCO, no município de Guaira, em 1956; a Clevelândia Companhia Apucarana Limitada e Companhia Agrícola Paraná Limitada, nos municípios de Palmas, Clevelândia, Chopim e Pato Branco, sobretudo em 1957.

Aos pistoleiros contratados por estas empresas são creditadas ações como despejo de posseiros e de pequenos

---

proprietários com títulos de domínio legalizados, espancamento de mulheres e crianças, assassinatos, pressão junto a posseiros para a assinatura de contratos de compra de terras que já cultivavam, impedimento de queimadas e de preparo de novas roças, incêndios de casas e paióis, entre outras arbitrariedades.

Estes conflitos compreendiam uma imensa faixa territorial do Estado do Paraná e ficaram conhecidos como "revoltas do sudoeste paranaense":

"O quadro (...) é o mesmo em todo o oeste e sudoeste. Em Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio, Capanema, Cascavel, Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Gaurama, as famílias são escoraçadas de suas terras" (WESTPHALEN, 1968:43).

Não obstante o mérito de incorporar o conflito à sua análise, os historiadores parecem confinados numa temporalidade que subordina estes conflitos a uma concepção jurídica estrita. Vêm os conflitos como litígios que terminam com a ação fundiária da titulação, efetuada pelo governo eleito em 1961 e pelo Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP).

O marco final dos conflitos, nesta interpretação, vincula-se à ocupação definitiva em termos jurídico-formais, na década de 1960, quando "todo o Estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terra" (WESTPHALEN, 1968:7).

Ao mesmo tempo, reforçam aquela visão de "democracia rural" trabalhada por Valverde (1957) e demais geógrafos

---

analisados, ao creditar à mentalidade e ação dos empresários de grandes companhias colonizadoras e de alguns governantes a execução de uma "reforma agrária" no Estado do Paraná, concretizada pela numerosa presença de posseiros e pequenos proprietários em seu território.

## 2.5. O GOVERNO ESTADUAL E A PROPOSTA DE ABSORÇÃO DAS TENSÕES SOCIAIS DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

À política de concessões de áreas de terras devolutas a empresários que se comprometessem a colonizá-las, ou como pagamento por serviços públicos prestados, característica da República Velha no Paraná, segue-se a intenção do próprio governo estadual na regularização fundiária e na colonização.

Quando da anulação de grande parte dos contratos de concessões não cumpridos, em 1934, milhares de hectares reverteram para o domínio do estado. O Decreto-Lei número 8564, de 17 de maio de 1939 instituiu a colonização oficial de terras devolutas à oeste de Londrina e a sudoeste de Guarapuava.

Desde 1936 o governo estadual propunha-se a tornar "cada brasileiro do sertão um proprietário rural" (RIBAS, 1936:111), através do oferecimento de terras devolutas por preços apresentados como "ínfimos", e com sucessivas prorrogações no pagamento. Tratava-se igualmente de atrair para o Estado do Paraná trabalhadores que substituíssem qualitativamente a ocupação anterior:

---

"A política de fixação do trabalhador rural ao solo, transformando-o em elemento ordeiro e útil à coletividade, proprietário em vez de agregado, vem produzindo seus frutos. (...) Onde antigamente se homisiavam hordas vagabundas, derrubando matas, queimando e devastando terras alheias e notadamente as pertencentes ao Estado (...) hoje admiram quinhões demarcados, respeitados, cultivados com um princípio de método racional." (RIBAS, 1936:111)

Dados do censo de 1940, analisados por Bernardes (1951) apontam para um crescimento populacional relativo de 80.29% no Paraná. Nas chamadas regiões pioneiras esta porcentagem subiria para até 400% e corresponderia a ocupação de zonas novas de colonização por elementos vindos de outros Estados, entre 1920 e a data do censo.

A nível federal, o Decreto-Lei número 12.417, de 12 de março de 1943, criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). Rego (1985) considera esta intervenção do estado como parte da política da chamada "marcha para o oeste". Acreditamos que, no caso do Paraná, a criação da CANGO ligou-se antes à uma preocupação com a ocupação de uma área de fronteira internacional, num contexto de debates políticos e intelectuais.

Os lotes foram distribuídos gratuitamente, assim como os instrumentos de trabalho e sementes. Intensa propaganda fora iniciada desde 1939 no interior do Rio Grande do Sul, atraindo para CANGO, somente entre 1948 e 1955, cerca de dez mil famílias.

---

Mensagem governamental de 1953 refere-se a problemas sociais que teriam chegado ao Estado através da expansão da cultura do café, pois "multidões de desajustados e doentes" (ROCHA NETTO, 1953:07) estariam concorrendo para o surgimento de um desnível econômico considerado inédito até então.

Em plena região de zonas pioneiras, nos municípios de Maringá e Peabriu, a recém criada Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, através das "hospedarias de imigrantes", pretendia controlar o acesso às novas áreas de colonização. São citados como especificamente problemáticos os "nordestinos (...) abatidos pela inclemência das secas (que) procuram o Paraná em ondas sucessivas" (ROCHA NETTO, 1953:07)

O discurso oficial tenta demonstrar que o conflito vem de fora do Estado do Paraná, e de que este teria as condições ideais de absorver a instabilidade social de outras áreas do país. Seus governantes acreditam na possibilidade de resolução de conflitos através da abertura de novos territórios. Prisioneiros do próprio mito, divulgam uma imagem do Estado do Paraná como um "oásis (...) para onde se dirigem os homens insatisfeitos da nação". (ROCHA NETTO, 1953:09)

A análise das chamadas mensagens e de relatórios governamentais demonstram o interesse do poder público estadual em atrair para o território paranaense compradores de terras e investimentos nas áreas da agricultura e

---

comércio. Para isso não pouparam discursos eloqüentes, onde se referem ao fato do Estado do Paraná estar cumprindo "o seu dever de brasilidade e de humanidade, minorando as penas de tantos brasileiros que se encontram na dolorosa contingência de abandonar os velhos lugares em que viveram seus ancestrais". (ROCHA NETTO,1953:07)

## 2.6. AS EMPRESAS PRIVADAS DE COLONIZAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DA "TERRA PROMETIDA"

Companhias colonizadoras, dos mais diversos tamanhos e graus de confiabilidade, foram as grandes responsáveis pela divulgação da fertilidade das terras paranaenses e das supostas facilidades em adquirí-las, em todo o país e no exterior.

A mais conhecida parece ter sido a Companhia de Terras do Norte do Paraná (atual Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná). Seu slogan "a maior empresa colonizadora da América Latina" era amplamente divulgado em folhetos e jornais de grande circulação, principalmente em São Paulo.

Conforme depoimentos de antigos administradores da CTNP, a fama da região "rapidamente se divulgou pelos rincões brasileiros, e, ultrapassando as linhas nacionais, ecoou no Exterior como sendo a Terra Prometida, o lendário Eldorado sul-americano" (CMNP,1977:255)

Em concordância com aquela representação do Estado do Paraná como forjador de uma "democracia rural", defendida

---

pelos geógrafos, e como tendo sido capaz de realizar uma "reforma agrária", conforme os historiadores, os empresários da Companhia de Terras do Norte do Paraná acreditam que "a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária" (CMNP,1977:150)

A MARIPÁ realizou, a sudoeste, um processo diferenciado de divulgação e venda de suas terras. Os primeiros compradores de lotes urbanos ou rurais, vindos do Rio Grande do Sul, eram encarregados de retornar aos locais de origem para recrutar novos proprietários, que fossem parentes ou conhecidos. Desta forma, a empresa selecionava e controlava o acesso à sua área de colonização.

Não se pode, no entanto, trabalhar com uma visão homogênea da atuação das empresas colonizadoras. Tendo, em geral, boas relações com os aparelhos de poder, em algumas circunstâncias se esmeraram na busca de procedimentos legais para retirar posseiros das terras adquiridas, através da chamada "compra de direitos", que permitia o repasse de lotes sem problemas para os futuros compradores. Em situações diversas utilizaram-se destas relações para adquirir terras devolutas por preços ínfimos, ampliar sua área de colonização através da grilagem e praticar toda sorte de arbitrariedades e violências contra estes mesmos posseiros.

Foi no território paranaense que se sedimentaram práticas de cumplicidade entre determinadas empresas e

---

aparelhos governamentais, que lhes permitiram estar à frente de alguns processos de transferências populacionais decorrentes da construção de grandes projetos, que vão marcar os anos setenta.

A mesma SINOP que "com seus jagunços, promovia o despejo de posseiros e de proprietários com títulos de domínio legalizados, espancavam mulheres e crianças, matavam lavradores na colônia Rio Verde" (WESTPHALEN,1968:40), foi uma das sete empresas cadastradas pela Itaipu Binacional e pelo INCRA para oferecer lotes de terras, nos seus projetos de colonização na Amazônia, aos proprietários da área desapropriada para a construção da usina hidrelétrica, em 1979.

Oliveira (1979), analisando representações consagradas sobre o seringal amazônico, explicita as suposições básicas constitutivas da fronteira enquanto modelo para análise teórica de fenômenos histórico-sociais.

A partir da premissa de que a fronteira deve ser entendida como "mecanismo que correlacione de forma regular e complementar diferentes partes de uma totalidade" (OLIVEIRA,1979:111), pode-se pensar uma situação de fronteira articulada com um sistema capitalista, como no caso do Estado do Paraná, onde é preciso que na outra parte da totalidade exista um mecanismo de controle sobre a mão-de-obra que impeça a instalação dos trabalhadores como produtores independentes. Este processo viria a negar a ideologia igualitária de fronteira, ou de frentes pioneiras.

---

O transbordamento populacional das áreas coloniais do Rio Grande do Sul e das áreas de plantation cafeeira por si só não justificariam a formação das chamadas frentes pioneiras, sem que fosse fabricada e difundida, ainda conforme Oliveira (1979), uma ideologia de fronteira, que oferecesse aos migrantes em potencial, informações e considerações positivas sobre novas áreas.

As proposições acima, feitas por geógrafos, historiadores e governantes, serão relativizadas a partir do capítulo VI, quando analisarei os depoimentos e histórias de vida de alguns dos chamados brasiguaios atualmente assentados no Projeto de Assentamento Novo Horizonte. Suas versões ou mesmo representações coletivas sobre a transferência de suas famílias para o Estado do Paraná irão também enriquecer as interpretações até então apresentadas, ao complexificar alguns de seus consagrados padrões explicativos através da inclusão de dados de realidade dos próprios agentes sociais envolvidos.

## **2.7. GRANDES PROPRIETÁRIOS E EMPRESAS DE COLONIZAÇÃO, OS BRASILEIROS EM TERRITÓRIO PARAGUAIO**

Para além daquela circulação típica de cidades fronteiriças, consideradas pelos geógrafos características de "fronteiras vivas", a partir dos anos 50 registram-se os primeiros intrusamentos significativos de brasileiros em território Paraguaio, inicialmente grandes proprietários de

---

terra. Um dos pioneiros foi Jeremias Lunardelli, que em 1954 teria comprado 500.000 hectares(5). Este processo de venda de terras é acelerado pela proposta do governo Stroessner (1954-1989) de uma "Marcha al Este", iniciada no ano de 1961. Nos Departamentos fronteiriços de Caaguazú e Alto Paraná, com 21.613 e 20.247 quilômetros quadrados, planeja-se o loteamento "en beneficio de miles de compatriotas sin tierras, y el pueblo tiene opción para, en vez de emigrar a la Argentina y /o al Brasil, ir arraigar-se en tierra paraguaya, donde se le ofrece perspectiva y posibilidades desconocidas anteriormente" (FRUTOS,1989;60)

Na prática, no entanto, o governo paraguaio, em 1963, através das leis 852 e 854, que criaram o Instituto de Bienestar Rural (IBR) e instituíram um novo Estatuto Agrário, introduz neste último uma diferenciação fundamental em relação ao anterior, de 1940, ao excluir a proibição da venda de terras a estrangeiros, nas zonas de fronteira. Desta forma, teria "despejado el camino para la venta de las tierras más fértiles del país, en Alto Paraná, Canindeyu e Itapuá, a brasileños y corporaciones transnacionales" (FOGEL,1990;50)

Os grandes proprietários brasileiros, donos de terras no Paraguai, passam a contratar famílias de pequenos produtores rurais, principalmente nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, que são levadas como arrendatários para aquele país. Ali, enquanto mantém lavouras - no mais das vezes comerciais - estas famílias desmatam e preparam as

---

terras para o plantio de pastagens ou para a mecanização agrícola. Outras tantas áreas são transformadas em projetos de colonização privados, com sócios egressos dos círculos militares paraguaios e com o apoio do IBR, o que não impede, e muitas vezes contribuiu, para que tenham graves problemas de legalização as terras então compradas por milhares de pequenos proprietários brasileiros, a partir principalmente dos anos 70.

Já em 1975 a imprensa brasileira divulga que organismos de segurança do Brasil estariam investigando denúncias sobre irregularidades nos processos de venda de terras que estariam atingindo cerca de 5 mil famílias brasileiras residentes na fronteira leste paraguai, onde "em geral desiludidos com as possibilidades de viver no seu país de origem, essas milhares de pessoas, procedentes do Mato Grosso e do interior do Paraná, desinformadas da realidade política agrária do Paraguai, estão empregando todas as suas economias para adquirir terras naquele país e para custear sua morada, alimentação e implementos agrícolas. Contrariam vultuosas dívidas e estão agora escravizados e impossibilitados de voltar ao Brasil, mesmo porque sua vida na região da fronteira é totalmente controlada." (ZERO HORA, 12/06/75)

Este tom de denúncia é reafirmado por declarações de políticos de oposição do Paraguai. O Partido Liberal Radical apresenta em 1973, na Câmara de Deputados, um projeto que destinava uma faixa de 50 quilômetros de toda a

---

fronteira exclusivamente à colonização paraguaia. Seu presidente, Domingo Laino, publica em 1977 o livro Paraguay: Fronteras y penetración brasileña, com edição brasileira de 1979, cujas preocupações com a presença massiva de brasileiros na fronteira leste, inclusive com levantamentos cartoriais, foram divulgadas na imprensa brasileira em matérias como "Novo Eldorado Paraguaio" (JB, 07/07/77) e "Um modelo de dependência, brasileiros em terras paraguaias" (COOJORNAL, março 1978).

No ano de 1979, vem a público uma reportagem intitulada "O drama de 200 mil brasileiros no Paraguai", referindo-se a problemas enfrentados por "30 mil famílias que derrubaram mata, abriram estradas, construíram cidades (...) e começam a sofrer uma ação de despejo em benefício de empresários brasileiros e paraguaios, com a conivência do Instituto Paraguaio de Bien-Estar Rural e a omissão do consulado do Brasil" (FSP, 22/04/79).

A situação tensa enfrentada por famílias de brasileiros que começavam a ser expulsas pelo fim dos arrendamentos e pelo problema de legalização das terras, toma a forma de mobilização política no início da década de 80. Note-se que estas pressões de camponeses brasileiros baseavam-se na reivindicação de terras e eram feitas no Brasil, sobre autoridades brasileiras, após cruzarem de volta a fronteira internacional.

Em abril de 1981, 450 famílias provenientes do Paraguai, ocuparam a Fazenda Bule, localizada no município

---

fronteiriço de Itaquiraí (MS), reivindicando terras no Brasil. Naquela ocasião, a FETAGRI/MS denunciou que "mais de 10 mil famílias brasileiras vindas dos mais distantes pontos do país, (...) deslocaram-se para o Paraguai, na fronteira com o Brasil, em busca de emprego que não encontravam em seus estados de origem e muito menos no MS. No Paraguai estas famílias são empregadas pelos fazendeiros que abrem novas áreas na faixa de fronteira e trabalham em troca de pouco dinheiro e um pedaço de terra arrendada. Quando estas fazendas estão prontas e formadas, imediatamente são expulsas e obrigadas a deixar tudo que possuem" (FSP, 29/05/81).

Em território paraguaio, registra-se, a partir notadamente de 1970, um processo violento de repressão às denominadas ligas agrárias, que se organizavam no país, com apoio de segmentos da Igreja, desde 1960. Em 1971 foi formada a Coordinación Nacional de Bases Crítianas (KOGA), e aumentou as ocorrências de prisões e torturas de camponeses. O Exército é acionado para despejar famílias de áreas antigas de posse, tentando desmobilizar uma organização que atingia os Departamentos de Caaguazú, Concepción, Paraguarí, Cordillera, Misiones, Amambay, San Pedro e Alto Paraná (Mapa nº 3). Em abril de 1976 são presos e expulsos do Paraguai alguns religiosos jesuítas que apoiavam a organização camponesa. O governo havia descoberto a existência da Organização Primeiro de Março (OPM), que buscava, na clandestinidade, uma aliança do campesinato com operários e

---

estudantes. Para Caravias (1987), um dos sacerdotes expulsos do país, "a repressão foi brutal, desproporcional", com o registro de mais de três mil prisões, torturas, intimidações, calúnias e mortes:

"O Governo paraguaio havia encontrado a oportunidade tão esperada para pôr em ação o fantasma do terror contra o movimento camponês." (CARAVIAS et alii, 1987:161)

A Comissão Paraguaia dos Direitos Humanos contabilizou, apenas neste período, a morte de catorze camponeses, e o desaparecimento de outros vinte e seis (6), o Governo Stroessner aproveita-se do clima de terror e aciona novamente o Exército Paraguaio, agora para a expulsão de camponeses proprietários de terras em área pretendidas por companhia colonizadoras brasileiras. Em Yhú (Departamento Caaguazú), soldados queimaram barracos e expulsam de seus lotes 1.300 famílias. Um dos líderes dos camponeses, Doroteo Grandel, foi preso e, em 1978, assassinado.



---

Estes registros de tensão social pela posse da terra na fronteira internacional que divide o Brasil do Paraguai, seja em território brasileiro, seja em território paraguaio, indicam que os conflitos de interesses nacionais, militares e diplomáticos vão para segundo plano quando se trata da repressão à tentativas de mobilização política da população que transita localmente. Estas reciprocidades positivas entre militares brasileiros e paraguaios, nos anos setenta, passavam também por favorecimentos ilícitos na compra de terras e não raras companhias colonizadoras que comercializaram as terras da fronteira leste paraguaia tinham como proprietários autoridades militares ou mesmo diplomáticas dos dois países.

Não será diferente no ano de 1985, quando segmentos insatisfeitos da população de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai, cientes da possibilidade de efetivação de uma Plano Nacional de Reforma Agrária em território brasileiro, retornam de forma organizada ao Brasil. As tentativas de controle sobre esta população, assim como sobre aqueles que permaneceram no Paraguai, serão urdidas em reuniões conjuntas entre diplomatas, funcionários de órgãos fundiários e policiais dos dois países.

É nesta região da fronteira político-administrativa, criada artificialmente pelo Estado, que ficou registrado, no ano de 1985, o surgimento de fronteiras e identidade étnicas, em interação com determinados desdobramentos da

---

política fundiária brasileira. Iniciava-se formalmente o fenômeno dos brasiguaios.

A expressão refere-se idealmente a pequenos produtores agrícolas brasileiros que, tendo deslocado-se para o Paraguai e lá se fixado, retornam clandestinamente ao Brasil, ainda que de forma massiva e organizada, a partir de junho de 1985, nos meandros da criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário(MIRAD)(7) e da discussão da Proposta ao Plano Nacional de Reforma Agrária(PNRA)(8), objetivando o livre acesso à terra.

---

## CAPÍTULO III - "NÓS BRASIGUAIOS": UMA IDENTIDADE DEFINIDA NO CONFLITO

Num quadro político marcado por tendências à exclusividade no uso da atribuição brasiguaios por alguns grupos camponeses, e pela estratégia à generalização do uso da mesma por parte de entidades sindicais, mediadores ligados à entidades confessionais e de apoio, e pela imprensa em geral, seria um equívoco metodológico definir de forma restritiva e particular a expressão brasiguaios.

Analisarei as mobilizações sob a forma de acampamento que divulgaram, com o apoio da imprensa, uma representação de brasiguaios que se tornou uma noção senso-comum e pré-concebida que perdura até hoje. A seguir, examinarei os documentos produzidos pelos grupos de famílias que empunharam esta identidade pela primeira vez. Neles, os chamados brasiguaios se apresentaram à nação e impuseram aos órgãos fundiários a urgência de suas demandas.

### 3.1. AS MOBILIZAÇÕES DOS CHAMADOS BRASIGUAIOS EM 1985 E 1986: DA ACEITAÇÃO À REJEIÇÃO

A utilização de acampamentos como instrumentos de luta pela terra está ligada a uma trajetória antiga de mobilizações camponesas, notadamente no sul do Brasil. A crença na eficácia desta forma de mobilização parece atrelada às próprias experiências de pequenos produtores agrícolas em conflitos de terra que marcaram aquela região

---

durante os anos 50/60, quando esta tática foi engendrada com relativo êxito. No início dos anos 60, no noroeste do Rio Grande do Sul, de onde saíram segmentos significativos dentre os chamados brasiguaios acampados em Mundo Novo(MS), ficou nacionalmente conhecida a ocupação da Fazenda Sarandi, no município do mesmo nome.

Para além desta coincidência, que teria permitido a persistência daquele episódio político na memória coletiva, existia a nível conjuntural, o reavivamento da utilização de acampamentos como forma de luta, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que surgiu a partir das lutas dos chamados "atingidos" pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no oeste do Estado do Paraná. Foi o Movimento Sem Terra, assessorado por elementos da Comissão Pastoral da Terra do Mato Grosso do Sul, quem apoiou o retorno organizado dos chamados brasiguaios ao país. Naquele momento específico, o acampamento de Mundo Novo teve a finalidade de pressionar a instrução de um processo de desapropriação por interesse social de uma área compatível para as famílias ali mobilizadas. Enquanto ação política, o acampamento também estabeleceu relações diretas com o Estado brasileiro, investindo seus componentes de direitos de cidadania plena.

O acampamento de Mundo Novo configurou-se como um evento diferenciado dentro da ampla mobilização nacional dos chamados sem terra, iniciada em maio de 1985, nos municípios paulistas de Promissão, Coroados e Sumaré, e concretizada,

---

no mesmo mês, pelo acampamento de mais de 3 mil famílias nos municípios catarinenses de São Miguel do Oeste, Faxinal dos Guedes e Mondaí. Em consequência destes últimos, foi firmado em junho de 1985, entre o governo estadual, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o MST, os STRs e a CUT, um acordo onde as autoridades federais e estaduais se comprometiam a desapropriar 20 mil hectares para os lavradores, e estes cessariam as ocupações. O acordo garantia também assistência médica, alimentação e o assentamento de todos os acampados.

O acampamento de Mundo Novo ocorre imediatamente após a assinatura deste acordo, e um mês antes de serem iniciadas as mobilizações que levariam à formação de dezenas de acampamentos em beiras de rodovias nos municípios do oeste do Estado do Paraná, que envolveram mais de 2 mil famílias.

Meses antes, em abril de 1984, cerca de 60 famílias de pequenos produtores rurais brasileiros provenientes do Paraguai acompanharam a mobilização de quase mil trabalhadores sem terra, ex-arrendatários da região de Mundo Novo (MS), na ocupação da Fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema (MS). São despejados por contingentes policiais no dia 16 de maio do mesmo ano, sem conseguir alcançar seus objetivos, de obtenção de terras.

Em maio de 1985, um grupo de trabalhadores rurais brasileiros provenientes do Paraguai acompanhou as audiências da Executiva Nacional do Movimento Sem Terra

---

junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), em Brasília (DF). Foram entregues às autoridades fundiárias as resoluções do I Congresso Nacional, ocorrido em janeiro, em Curitiba (PR). A proposta estabelecia as reivindicações gerais dos trabalhadores sem terra em relação à distribuição e uso da terra, à atuação dos organismos fundiários e às multinacionais, à violência no campo e ao Estatuto da Terra. Algumas reivindicações apresentadas no documento são consideradas prioritárias e requerem solução imediata, quais sejam, o problema da violência, dos assentamentos, dos "Brasiguaios (agricultores brasileiros que estão sendo expulsos do Paraguai)" e outros problemas fundiários apresentados nos relatórios dos vários estados. (Cf. JST, março/maio 1985)

Por ocasião das audiências, os chamados brasiguaios denunciaram perseguições sofridas por parte de policiais e autoridades do governo paraguaio. Exigindo direitos de cidadania, reivindicaram a preferência no processo de reforma agrária em curso, e uma área já desapropriada pelo INCRA, e não utilizada, no município de Sete Quedas (MS), para fins de assentamento.

Os chamados brasiguaios formaram, inicialmente, dois acampamentos, um em Mundo Novo (MS), com 992 famílias, e outro em Sete Quedas (MS), com 144 famílias, ambos em maio de 1985. As lideranças destes dois acampamentos produziam

---

documentos conjuntos, embora houvesse uma autonomia de decisões para cada área.

O Estado do Mato Grosso do Sul, criado no ano de 1977(9), é caracterizado por Cortez (1986) como "um Estado latifundiário", tendo em vista um número expressivo de grandes propriedades, projetos de colonização, usinas de álcool, lavouras mecanizadas e áreas de pecuária extensiva que ocupam grande parte da área total do Estado (35.054.800 hectares). Em 1985, 30 milhões de hectares eram utilizados para a criação de 12 milhões de cabeças de gado. Os imóveis rurais com mais de 100 hectares ocupavam 75% das terras, enquanto que as propriedades abaixo de 100 hectares ocupavam apenas 2% da área do Estado. A lavoura ocupava 1.776.242 hectares, destes 900.000 plantados com soja para a exportação.

O processo de modernização agrícola, somado aos incentivos fiscais do governo (intensificadores dos grandes projetos de colonização e reflorestamento), teria levado à crescente expulsão dos trabalhadores rurais, tendo como consequência o aumento constante de conflitos de terra no Estado. Em 1985 além dos já citados, ocorreu um movimento pela criação de uma Comissão Estadual de Assentados, para protestar contra o abandono dos projetos de assentamento Sucuruí, Urucum, Tamarineiro e Retirada da Laguna, constituídos em grande parte pelas 875 famílias dos chamados ilhéus e ribeirinhos desalojados pela construção da Usina de Itaipu; e Gleba Padroeira do Brasil.

---

Conforme dados oficiais (CCA/MIRAD, 1986(c)), em agosto de 1985, mais 70 famílias formam um outro acampamento em Sete Quedas (MS). Em dezembro, outras 85 famílias acamparam em Naviraí (MS). Posteriormente, estas famílias foram assentadas em Jateí (MS). Em dezembro de 1985 existiam quatro acampamentos de brasiguaios, envolvendo cerca de 1.500 famílias, no Estado do Mato Grosso de Sul. Em abril de 1986, as 114 famílias que haviam acampado em Sete Quedas foram assentadas numa área de 1.800 hectares no próprio município. Em fevereiro essas famílias haviam ocupado a Fazenda São José, desapropriado pelo INCRA em 1972, sem contudo ter havido a imissão de posse. Em fevereiro de 1986 havia surgido dois novos acampamentos de brasiguaios, um em Sete Quedas (MS), com 40 famílias, e um segundo em Amambaí (MS), com 100 famílias. Em abril, um grupo de 47 famílias de brasiguaios acampa em Eldorado (MS), juntamente com os sem terra da região. Estes últimos se denominam brasilnidos, buscando através desta identidade obter a mesma eficácia que os primeiros vinham tendo nas demandas por terra. (Mapa 4)

Mapa 4 - EXTENSÃO DE TERRAS OBJETO DE PRESSÃO DO MOVIMENTO SOCIAL



---

Dentre as mobilizações contabilizadas pelo órgão fundiário, apenas aquela de Mundo Novo(MS), a primeira em Sete Quedas(MS) e a de Eldorado(MS) fazem parte da memória coletiva dos chamados brasiguaios atualmente assentados no P.A. Novo Horizonte. Os demais parecem ter sido deslocamentos menos organizados, nos quais as famílias, ao retornar ao Brasil, diluíam-se em acampamentos de sem terra, como no caso de Naviraí(MS) em dezembro de 1985. Muitas das informações do relatório do MIRAD sobre acampamentos são extraídas da imprensa periódica, o que talvez explique a pouca factibilidade das informações. As famílias que chegaram em Sete Quedas(MS) em agosto de 1985 e em fevereiro de 1986 foram incorporadas ao primeiro acampamento. Não obtive informações sobre o acampamento de Amambaí(MS), de fevereiro de 1986.

A estrutura interna dos três principais acampamentos - Mundo Novo e Sete Quedas I, Eldorado - permitia autonomia nas negociações. Ainda em território paraguaio eram organizados grupos de retorno, para os quais afluíam redes de vizinhança locais. Cada grupo escolhia suas lideranças, indivíduos encarregados dos contatos com o MST e a CPT do Estado do Mato Grosso do Sul. Não observei a manutenção de contatos entre os brasiguaios que acamparam em Mundo Novo com aqueles que acampavam em Sete Quedas. Diversamente, existem relações de parentesco e atualização de redes de vizinhança no Paraguai dos primeiros com aquelas famílias que acamparam, em abril de 1986, em Eldorado.

---

Cada acampamento enfrentou conjunturas e processos de negociação próprios. Não havia uma luta conjunta pela conquista de um mesmo "território brasiguaião". A unidade era fornecida pela identidade e pelo mesmo apoio formal dado pelo MST e pela CPT. Souberam marcar diferença com a FETAGRI/MS, que reivindicava o assentamento preferencial dos trabalhadores cadastrados pela entidade. Transformaram assim sua categoria de identificação em contrastiva, caracterizadora de um segmento distinto dos grupos camponeses beneficiários potências da Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul: os chamados sem terra e ex-arrendatários, muitos deles acampados. As famílias que chegavam ao local do acampamento de Mundo Novo só eram aceitas mediante apresentação do "permiso", documento fornecido por autoridades paraguaias para permanência de estrangeiros naquele país, prova de sua origem comum aos acampados. Este documento, fruto de inúmeras queixas, no Brasil passa a ter um sentido de afirmação de identidade, no caso identidade contrastiva em relação ao campesinato local.

O Movimento Sem Terra do Estado do Mato Grosso do Sul, em carta datada de janeiro de 1986, propôs ao MIRAD que os brasiguaios fossem assentados à parte, em projetos específicos, fora do Plano Regional de Reforma Agrária/Mato Grosso do Sul (aprovado pelo Decreto número 92.621, de 02/05/86). Alegavam ser de 22.000 o número de famílias sem-terra no Estado, e que o PRRA/MS só previa o assentamento de 4.400 famílias naquele ano.

---

Percebe-se desta forma que os chamados brasiguaios eram considerados diferencialmente dentro do movimento social, porém esta diferenciação interna não chega a configurar-se em rompimentos formais, uma vez que brasiguaios e sem terra produzem documentos conjuntos e realizam inúmeras mobilizações em praça pública, ocupações de prédios públicos e viagens à Brasília (DF), feitas também em conjunto.

Os primeiros documentos dirigidos às autoridades brasileiras são assinados pelos brasiguaios de Mundo Novo e Sete Quedas e pelos ex-arrendatários do próprio Estado, acampados em Naviraí (MS). A organização dos acampamentos, conforme documentos, estava distribuída em comissões: saúde; higiene; imprensa, "encarregada de recepcionar a imprensa no acampamento e prestar informações sobre as condições do mesmo e também sobre o encaminhamento das reivindicações"; segurança, "um grupo de lavradores está encarregado da segurança interna do acampamento e se revezam na vigia noturna"; negociação, cuja comissão estava encarregada de negociar com o governo estadual e federal, sendo que "todas as decisões são discutidas e aprovadas em assembléias que tem a responsabilidade de fiscalizar o andamento das atividades e o encaminhamento das reivindicações"; e de jovens, maiores de dezoito anos que também reivindicavam o cadastramento e o assentamento. (Cf. Relatório sobre a situação dos Brasiguaios acampados em Mundo Novo e ex-arrendatários também acampados em Naviraí, de 18/07/85).

---

Em 17 de outubro de 1985 foi assinado o Decreto número 91.792/85, que desapropriou por interesse social os imóveis "Horizonte e Escondido", de 18.468 hectares, no município de Ivinhema(MS). Foi a primeira desapropriação feita pelo MIRAD no Mato Grosso do Sul, décima sexta no país. Observando-se as listas de desapropriação desde a aprovação da Proposta ao PNRA, em maio de 1985, até outubro do mesmo ano, a maioria dos decretos assinados destinavam-se ao cumprimento de acordos com o MST, sendo que no dia 05/09/85 foram assinados onze decretos de desapropriação atingindo o Estado de Santa Catarina, e no dia 25/09/85, dois atingindo o Estado do Paraná, o que demonstra a eficácia das ações realizadas.

Desde setembro de 1985, no entanto, o governo do Estado do Mato Grosso do Sul proibira novos acampamentos e, em março de 1986 passa a exigir atestado de moradia de dois anos naquele Estado para assentar acampados. O movimento repressivo culmina em junho de 1986, quando 250 famílias provenientes de La Paloma, no Paraguai, são agredidas pela Polícia Militar ao tentar ingressar no país, configurando a partir daí um processo gradativo de fechamento da fronteira brasileira para aquelas mobilizações. Em contrapartida, verifica-se um ascenso vertiginoso no número dos chamados sem terra que acampam e reivindicam terras naquele Estado.

---

Este aparente ciclo de aceitação-rejeição da categoria brasiguaios e das reivindicações das famílias que assim se identificam, parecia apontar para a contingência daquela categoria. Haviam ocorrido mudanças na política fundiária do Estado brasileiro, por pressão de grupos conservadores e anti-reforma agrária. A reação simpática e a permissão para o ingresso de cerca de 1.200 famílias, em junho de 1985, era coisa do passado. A tática de organizar-se em conjunto com os sem terra do Estado do Mato Grosso do Sul, iniciada por aquelas famílias que acamparam em Eldorado, em abril de 1986, parecia um novo caminho de retorno ao país, e de acesso à terras.

No quadro abaixo, percebe-se este movimento. Sobre os acampamentos de sem-terra, sabe-se que bem poucos foram eficazes nas reivindicações por terras, junto aos órgãos fundiários. As desapropriações entravam em ritmo de marcha lenta. Comparativamente, a eficácia da categoria brasiguaios é inquestionável.

Quadro 1 - Acampamentos de brasiguaios e sem terra  
 MS - junho de 1985 / junho de 1986

ACAMPAMENTOS DE <u>BRASIGUAIOS</u>	ACAMPAMENTOS DE SEM TERRA
1 9 8 5	
Junho - Mundo Novo (992 famílias) - Sete Quedas (144 famílias)	Junho - Naviraí (153 famílias)
Agosto -Sete Quedas (070 famílias)	
Dezembro de 1985 - Naviraí (085 famílias)	Dezembro - Parnaíba (090 famílias)
1 9 8 6	
Fevereiro - Sete Quedas (040 famílias) - Amambaí (100 famílias)	Fevereiro - Eldorado (600 famílias)
Abril - Eldorado (046 famílias)	
	Maio - Bataiaporã (108 famílias) - Dourados (162 famílias) - Bataguassu (080 famílias)

ACAMPAMENTOS DE <u>BRASIGUAIOS</u>	ACAMPAMENTOS DE SEM TERRA
1 9 8 6	
	Maio <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ribas do Rio Pardo (014 famílias)</li> <li>- Taquarassu (410 famílias)</li> <li>- Nova Esperança (110 famílias)</li> <li>- Três Lagoas (129 famílias)</li> </ul>
	Junho <ul style="list-style-type: none"> <li>- Jateí (129 famílias)</li> <li>- Nova Andradina (007 famílias)</li> <li>- Caarapó (051 famílias)</li> </ul>

Fonte: MIRAD/MST

Num balanço preliminar, pode-se concluir que os chamados brasiguaios, ao utilizarem uma identidade étnica como bandeira de luta, souberam reivindicar um tratamento especial dos órgãos fundiários brasileiros. Diferenciando-se dos demais camponeses então em luta pela terra, reafirmaram sua condição de expatriados, com direitos plenos de cidadania, e que estavam sendo humilhados e explorados no país vizinho. Mobilizaram, desta forma a opinião pública à seu favor, e obtiveram o pretendido: a propriedade de terras em território nacional.

---

Nos documentos que os acampados de Mundo Novo e Sete Quedas elaboraram, observa-se a força simbólica de sua identidade. Os componentes da representação coletiva de brasiguaios, não obstante a repressão circunstancial à sua organização, serão retomados por novos segmentos de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai, em conjunturas políticas diversas. A categoria brasiguaios tem permitido mesmo o agrupamento de pessoas de diferentes categorias sociais e ocupacionais, permitindo o convívio da unidade e da diversidade dentro da organização (COHEN, 1979:447).

No próximo item, analisaremos alguns documentos que fixaram esta categoria como uma identidade política, ligada a processos reais de lutas por terra e por direitos de cidadania plena.

### 3.2. OS DOCUMENTOS E A FIXAÇÃO DA IDENTIDADE

O retorno organizado dos chamados brasiguaios ao país, em junho de 1985, assumiu a dimensão de intensa mobilização camponesa pela terra, pressionando entidades de apoio e órgãos públicos competentes a se esmerarem na busca de soluções efetivas para atender à urgência das demandas.

Além de uma grande repercussão na imprensa, aqueles atos propiciaram a produção de inúmeras cartas, ofícios, documentos, moções, telex, telegramas e relatórios, que bem expressam a relação dos chamados brasiguaios com aquelas entidades e com o próprio Estado. Estes documentos evidenciam antes de tudo formas de relações sociais e instâncias de poder que importa detalhar.

A análise foi realizada, então, tendo como base e ponto de partida tipos distintos de documentos:

- a. documentos enviados pelos próprios trabalhadores à população e aos órgãos públicos, seus principais interlocutores na reivindicação da terra;
- b. documentos de diversa entidades de representação (MST, FETAGRIS, STRs) de apoio (CDDHs, etc) e confessionais (CNBB, CPTs, Dioceses, etc);
- c. notícias extraídas da imprensa periódica.

Ao problematizar este tipo de material, diferentemente do historiador, tratamos do documento enquanto representação e evidência dos antagonismos sociais. O grupo de documentos "a", permite definir a identidade brasiguaios e visa uma certa ação do Estado; o grupo de documentos "b", configura-se em moção de apoio aos trabalhadores; o grupo de documentos "c", não obstante as

---

frequentes imprecisões, revelou-se útil para o levantamento de dados cronológicos, abundantes em depoimentos dos chamados brasiguaios e para o mapeamento da fixação da definição senso comum de brasiguaios. Alguns periódicos de circulação regional, no caso do Estado do Mato Grosso do Sul, nos permitiram perceber de que forma era visto o retorno daqueles trabalhadores por alguns segmentos da população local.

Identifiquei, nos arquivos da Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD, nove documentos cujos segnitários se auto-definiam como "Brasiguaios", conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 Documentos dos brasiguaios (Junho/1985 - Abril/1986)

Ordem	Cabeçalho	Título	Local e Data	Signatários	Destinatários	Assunto
01	-	Carta à População	Mundo Novo 21/06/85	"Brasiguaios acampados em Mundo Novo"	População do Município de Mundo Novo	Apresentação
02	-	Relatório sobre a situação dos Brasiguaios acampados em Mundo Novo e ex-arrendatários, também acampados em Navirai	Campo Grande 18/07/85	"Comissão de Brasiguaios de Mundo Novo e ex-arrendatários de Navirai"; "Comissão do movimento dos Sem Terra de MS"	Autoridades do MS MIRAD INCRA População do MS	Organização e problemas dos acampamentos
03	-	Companheiros em Sete Quedas	Campo Grande, 17/08/85	"Comissão dos Brasiguaios de Mundo Novo e Sete Quedas e ainda ex-arrendatários de Navirai"; "Comissão Estadual do Movimento dos Sem Terra"	-	Chegada de novas famílias no Município de Sete Quedas(MS)
04	MST/MS	Documento dos Acampamentos	Mundo Novo, 27/08/85	"Comissão dos Acampamentos"	-	Cadastramento Situação dos acampamentos
05	-	-	Campo Grande, 13/09/85	"Comissão dos Acampamentos"; "Comissão Estadual do Movimento dos Sem Terra"	Ministro do MIRAD Presidente do INCRA	Atuação da Defesa Civil Convênio INCRA/ Gov. Estado MS Cadastramento
06	MST	-	Sete Quedas, 20/01/86	"Comissão dos Acampamentos de Sete Quedas"	Ministro do MIRAD	Precaridade dos acampamentos ameaça ocupar terras

Ordem	Cabeçalho	Título	Local e Data	Signatários	Destinatários	Assunto
07	-	-	Campo Grande, 01/04/86	"Comissão dos Brasiguaios das seguintes localidades do Paraguai (...) todos do Departamento Kanediju e proximidades"; "Representante da Executiva Nacional do Movimento Sem Terra"	Ministro do MIRAD	Apresentação Pedido de garantias de segurança para o retorno
	em anexo	Relação dos casos de violências ocorridas com os brasiguaios	Janeiro/1986	"Movimento dos Sem Terra"; "Cácia Cortez"	-	Transcrição de depoimentos gravados nos acampamentos, referentes à denúncias de violências contra brasileiros no Paraguai, nos anos de 1985 e 1986
08	-	-	Campo Grande, 01/04/86	"Movimento dos Trabalhadores Sem Terra"; "Comissão Pastoral da Terra"; "Comissão dos Brasiguaios"	Ministro do MIRAD	Aceças de mortes e espancamentos à brasiguaios, no Mato Grosso do Sul
09	-	-	Brasilia, 03/04/86	"Comissão dos Brasiguaios"	Ministro do MIRAD	Retorno de novas famílias ao Brasil

---

O documento Carta à População foi divulgado no Município de Mundo Novo, exatamente uma semana após o início do acampamento. Diante da reação adversa de setores da população local à presença das famílias, algumas das chamadas lideranças, assessoradas por mediadores ligados à CPT, as MST e a partidos políticos de oposição, decidiram tornar pública o que definiram como sua história:

**"Nós Brasiguaios, acampados em Mundo Novo, queremos contar um pouco de nossa história. É cheia de dor e sofrimento. (...)"**

A primeira colocação do documento enfatiza a nacionalidade brasileira dos chamados brasiguaios. A seguir enumeram as dificuldades enfrentadas no país de origem ("terra natal"), enquanto pequenos produtores rurais. A concentração da terra na mão de pecuaristas e produtores de soja ("latifundiários") teria impossibilitado a realização de novos contratos de arrendamento. Substituídos pelas máquinas agrícolas, percebem a fragilidade dessa situação:

**"(...) A situação do Brasil era difícil. A terra está nas mãos dos latifundiários. Não arrendam porque está cheia de capim ou plantada de soja. Os fazendeiros tocam a lavoura com máquinas. Não precisam de mão de obra. (...)"**

Mesmo definindo o deslocamento para território paraguaio como imigração, há neste momento, um forte caráter de imposição. Teria sido a única opção apresentada à condição de bóia-fria:

**"(...) Fomos obrigados a ir para o Paraguai. (...) Fomos obrigados a deixar a terra natal para não viver como bóia-fria. Imigramos para o Paraguai. (...)"**

---

O documento lista quatro grupos principais de dificuldades ("sofrimentos") enfrentados no Paraguai. Todas envolvem funcionários da burocracia-jurídico militar daquele país:

1. Documentação - os pequenos produtores rurais brasileiros que residem no Paraguai tem a obrigação jurídica de regularizar sua condição de estrangeiros através da aquisição de alguns documentos. Os chamados brasiguaios denunciam o alto preço cobrado por estes registros, e a arbitrariedade e violência de autoridades locais contra aqueles brasileiros que não os possuíam:

"(...) A documentação era muito cara. A gente não tinha condições de fazer. Se não fizesse os documentos seria preso, espancado, dependurado. Era obrigado trabalhar de graça, sem comer e ainda tomavam as coisas da gente. Davam tiros prá assustar e até existe casos de morte. (..."

2. Produção e comercialização - mais uma vez são denunciados procedimentos arbitrários de autoridades paraguaias. Os brasileiros na condição de pequenos proprietários ou arrendatários de terra deviam pagar 5% de sua produção ao "comissário" local (cargo com atribuições semelhantes àquelas de um delegado de polícia, no Brasil). Os contratos de arrendamento, por outro lado, destinavam de 20 a 30% da produção aos proprietários dos imóveis rurais ("dono da fazenda"). Os chamados brasiguaios consideram ínfimo o preço pago pelos produtos agrícolas,

---

obrigatoriamente comercializados em empresas cerealistas determinadas. Caso tentassem vendê-los em mercados brasileiros, próximos à fronteira internacional, onde encontrariam melhores preços, estariam infringindo legislação referente à contrabando:

"(...) Os produtos da lavoura eram muito baratos e só podiam ser vendidos em duas cerealistas: 'Miro Cereais' e 'Arlindo Perin'. Era impossível vender no Brasil, apesar do preço ser melhor, porque era contrabando. Tinha que pagar 5% da lavoura para o comissário, tanto os donos de terra como os arrendatários. A situação dos arrendatários era pior ainda. Tinha que pagar mais 20%, 25% e até 30% para o dono da fazenda. Se não pagasse ia preso. (...)"

3. Mercado de terras - ao pagar pelas suas terras, pequeno proprietários rurais brasileiros recebiam títulos de validade questionável. Eram pressionados a pagar diversas vezes pela mesma propriedade. Se não o fizessem, eram despejados ou detidos:

"(...) A gente comprava a terra e pagava. Recebia um título. Depois de algum tempo vinha alguém dizendo que o documento não valia. Tinha que pagar a terra de novo. Teve companheiros que pagaram a terra 3 vezes, 5 vezes, até 8 vezes. No final muitos companheiros foram despejados, presos e prá completar foram expulsos perdendo tudo. É o caso do companheiro Francisco Teixeira, José Yamashita e outros. (...)"

4. Atuação de autoridades locais e do estado paraguaio - a polícia paraguaia é denunciada por atos violentos e arbitrários, além de crime de extorsão, contra brasileiros. O estado é acusado de inoperância, ao não

---

cumprir com os encargos mínimos de educação, previdência social e transporte:

"(...) Além de tudo isso, a polícia vivia maltratando os brasileiros. Se um filho brigasse, a família toda ia presa. Se pagava, saía. Se não pagava, apanhava. Assistência médica e escola não existia para nós. Estradas e pontes a gente tinha que fazer ...(...)"

A soma destas dificuldades configura para os chamados brasiguaios um novo processo de expropriação, que teria levado a serem expulsos de território paraguaio:

"(...) Lá não foi nada melhor. A luta foi mais dura. E mais uma vez fomos expulsos da terra. Agora, da terra do Paraguai. (...)"

Apresentando os motivos de seus deslocamentos, buscam justificar a formação do acampamento para a população do Município de Mundo Novo. Diante da cristalização de um estigma de "vagabundos, desordeiros ou agitadores", ressaltam a honradez e a dignidade de seus propósitos:

"(...) Isso prova que não somos vagabundos, desordeiros ou agitadores. Estamos acampados porque queremos terra para plantar e criar nossa família. Não é de nosso gosto estar aqui. Mas no Paraguai não dava para ficar mais. (...) Queremos dizer à população de Mundo Novo que fique tranquila. Se o governo cumprir sua promessa, não vamos ocupar terra de ninguém. (...)"

Ao governo brasileiro, exigem o cumprimento de promessas referentes à realização de uma reforma agrária, da qual se consideram beneficiários em potencial:

"(...) O governo falou que ia fazer a Reforma Agrária. Exigimos que cumpra imediatamente esta promessa. (...)"

---

A divulgação do documento ultrapassa os limites do Município de Mundo Novo, e do Estado de Mato Grosso do Sul. A narrativa sobre os deslocamentos e dificuldades enfrentadas pelos chamados brasiguaios, veiculada amplamente pela imprensa brasileira, confunde-se com a própria definição do termo. A utilização ou atribuição da identidade "brasiguaios" pressupõe estes deslocamentos e a repetição desta "história".

Os demais documentos produzidos pelos chamados brasiguaios acampados em Mundo Novo estão referidos à etapas específicas do processo de negociação por terras. Enfatizam sua iminência em receber terras antes mesmo da aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária, dado o caráter emergencial de suas demandas; e reafirmam a autonomia de sua organização:

"(...) Queremos terra para trabalhar. Queremos que a nossa organização e a Comissão sejam respeitadas, assim como são reconhecidas e respeitadas outras organizações da sociedade. Não aceitamos que ninguém negocie ou fale em nosso nome sem o nosso consentimento. Lembramos ainda que o nosso problema não depende do Plano Nacional de Reforma Agrária, por ser uma questão urgente. (...)"  
(Relatório (...)), Campo Grande, 18/07/85, p.3)

Em abril de 1986, um novo contingente de pequenos produtores rurais brasileiros, residentes ainda em território paraguaio, procura as autoridades fundiárias brasileiras e entrega um documento que, nos moldes da Carta à População, narra os motivos de seus deslocamentos e as

---

dificuldades enfrentadas em seu cotidiano. Mais uma vez, há a reafirmação da nacionalidade brasileira, da condição de agricultores e do duplo processo de expropriação e expulsão, no Brasil e no Paraguai:

"Somos milhares de lavradores brasileiros que há mais de 15 anos fomos obrigados a viver no Paraguai para poder continuar sobrevivendo na lavoura, pois no Brasil já não tínhamos mais condições de trabalhar a terra da qual fomos gradativamente expulsos. (...)" (Carta ao MIRAD, 01/04/86)

Percebe-se uma elaboração mais cuidadosa dos dados, um refinamento na análise, que passa a incluir o papel do governo brasileiro - com a imposição de um "novo modelo agrícola" e a construção de usinas hidrelétricas - no processo de expropriação de setores do campesinato brasileiro, que se viram obrigados a abandonar o país:

"(...) No final dos anos 60 e início dos anos 70, quando o Governo Brasileiro criou o novo modelo agrícola, incentivando a soja e outras lavouras mecanizadas e mais tarde, a construção de grandes hidrelétricas, centenas de famílias como nós e que produzíamos alimentos e não dependíamos de outros trabalhos para sobreviver, tivemos que buscar outras terras ou outros meios de sobrevivência fora da lavoura. (...)" (id. ibid.)

A opção de incorporação às "novas fronteiras agrícolas", na Amazônia, significou para muitos camponeses a miséria e a doença. Neste contexto, as propagandas de empresas colonizadoras sobre "terras férteis, abundantes e baratas" no Paraguai apresentaram uma nova possibilidade de manutenção da condição de pequenos produtores rurais:

"(...) Logo a seguir foram criadas as novas fronteiras agrícolas no norte do País, para onde milhares de sulistas foram levados para estas regiões ao deixarem para trás as suas terras já incorporadas pelas grandes fazendas mecanizadas, pois a nossa presença como mão de obra ou como pequenos produtores já não era mais necessária. E nos atiraram em terras que além da diferença de clima e de culturas de outras lavouras (que desconhecíamos), o total abandono fez com que muitos deixassem estas novas fronteiras e se dispersassem pelas cidades. Mas muitos de nós fomos atraídos pela propaganda (que até hoje existe) das grandes colonizadoras (as mesmas que colonizaram o norte do Paraná e o Mato Grosso do Sul) sobre as terras férteis, abundantes e baratas do Paraguai. (...)" (id. ibid.)

O Paraguai, que fora pensado como "solução", transforma-se em "pesadelo". Nos primeiros anos tiveram facilitado o acesso à propriedade da terra, à contratos de arrendamento e à trabalhos como diaristas, devido à necessidade de abrir a mata, destocar a terra e torná-la apta para o trabalho agrícola. Mas a situação teria se invertido nos últimos tempos. Estaria ocorrendo naquele país o mesmo processo de mecanização da lavoura e destinação das terras à pastagens que já os expulsara do Brasil. Com sérios agravantes: a repressão das autoridade paraguaias, através de "comissários" e "chefes de Governo do Departamentos" (representantes do governo paraguaio nos Departamentos, unidade administrativo que corresponderia aos estados brasileiros), que acumulariam as funções de "juiz, delegado, prefeito e administrador":

"(...) e da mesma maneira como fomos expulsos de nossas terras, estamos sendo atirados gradativamente para fora do Paraguai, com uma diferença, além da total

---

miséria a repressão paraguaia (...)"  
(id. ibid.)

Obrigados a repartir com policiais o resultado de seu trabalho, precisam ainda cuidar-se para não serem acusados de subversivos. Em pleno período ditatorial do governo militar comandado pelo General Alfredo Stroessner, os brasileiros eram proibidos de fazer qualquer tipo de reunião, mesmo religiosa, sem um representante do governo. Percebe-se um sentimento de pânico, conforme o seguinte trecho do documento:

"Convivemos constantemente com o medo e o pavor de acordar com a presença de um policial em nossas casas exigindo 'más alimento para la policia' ou cobrando novas taxas de 'permiso', o documento de autorização para permanecer naquele País. O documento de migrante, a 'libreta', espécie de imposto para a conservação das estradas, escolas, postos fiscais, que foram construídos e são conservados por nós. Os casos de prisão sem motivo, perseguições, espancamentos, torturas e mortes são comuns." (id. ibid.)

Realçando este aspecto de seu cotidiano em território paraguaio, os chamados brasiguaios anexaram ao documento um relato pormenorizado de casos de violência e extorsões contra brasileiros no Paraguai. Extraídos de depoimentos gravados pela jornalista Cácia Cortez, para o MST, contabiliza trinta e uma ocorrências. Existem relatos de prisões por motivos ínfimos. Nas delegacias ou destacamentos militares, os brasileiros sofriam todo tipo de tortura, sendo nominalmente citadas as seguintes: martelar mão sobre chapa de ferro; espancamentos com cabos de aço, mosquetões, cassetetes, mangueiras de gasolina;

---

espancamentos na sola dos pés; palmatória nas mão; agulhadas debaixo das unhas; simulação de fuzilamento; afogamento; trabalhos forçados; manter presos algemados por dias seguidos, ou acorrentados, ou ainda em solitárias. Os brasileiros também sofriam todo tipo de humilhação moral, conforme o documento.

Outros relatos referem-se a trabalhos compulsórios em imóveis de militares paraguaios; confisco de produção; expulsão de posseiros; pressão para a venda de terras; extorsões praticadas por autoridade, na época da safra; incorporação de terras de brasileiros no patrimônio de companhias paraguaias de colonização, com a conivência das mesmas autoridades.

Quando aconteciam conflitos envolvendo brasileiros e paraguaios, os primeiros não tinham direitos garantidos. Nesta parte da narrativa, percebe-se o sofrimento da honra ultrajada, de difícil assimilação para os chamados brasiguaios:

"(...) Foi preso e espancado. Apanhou na sola dos pés e palmatórias nas mãos, permaneceu oito dias preso. Saiu completamente inchado. Motivo: tinha uma vaca e esta escapou e foi na lavoura de um paraguaio." (Relação dos casos de violências ocorridos com os brasiguaios. Janeiro de 1986)

"(...) Morava há 11 anos no Paraguai (...) Teve sua terra inundada e quando foi denunciar apanhou com a bainha do facão do comissário." (id. ibid.)

"Cleusa Duarte de 14 anos e sua mãe, Helena Duarte, foram presas porque um paraguaio quis violentar a menor. Os brasileiros, em

---

defesa da menina, entraram em luta corporal com o paraguaio e seus amigos. Depois da briga o Juíz Sarub e o comissário prenderam a menina. Sua mãe se prontificou a ir junto a fim de proteger a filha. Ambas sofreram humilhações na prisão e foram ameaçadas de morte. Os brasileiros que entraram na briga fugiram para o Brasil." (id. ibid.)

"Os soldados e muitos civis paraguaios costumam invadir as casas de brasileiros para raptar suas filhas. Depois de alguns dias a moça aparece, muitas vezes trazida pelo próprio sequestrador. Não escapam nem as mulheres casadas. Se denunciar, quem vai presa é a mulher, acusada de prostituição. Em função disto as famílias ficam caladas, muito depois do ocorrido fogem para outro local, no Paraguai, ou retornam para o Brasil." (id. ibid.)

"Sua filha Celina, de 12 a 13 anos foi raptada de sua casa por paraguaios no dia 8 de fevereiro passado. Até hoje não se tem notícia da mesma. Sua mulher, Glória de Jesus Molette, com o choque do rapto da filha teve uma crise nervosa e foi levada para o oeste do Paraná completamente inconsciente (teve que ser amarrada na carroceria de uma camionete pois estava fora de si)." (id. ibid.)

Os pequenos produtores rurais brasileiros residentes próximo à fronteira com o Brasil tem de haver-se, ainda, com grupos organizados de tráfico de drogas, roubo de carros e contrabando, no mais das vezes formados também por brasileiros. Testemunhar qualquer movimentação das quadrilhas significa ameaças à vida ou espancamentos:

"Foi espancado no dia 26 de setembro do ano passado. Ele suspeita que a causa foi porque descobriu uma 'roça de uma planta esquisita', lá só os homens do fazendeiro (Valdir Fachine), podia chegar. Depois de ter visto a lavoura foi brutalmente espancado pelos jagunços chamados Raimundo, Bezerra e Gaúcho. Fugiu à noite pelo mato e levou dois dias para passar a fronteira." (id. ibid.)

---

Todas estas menções à atos violentos contra pequenos produtores rurais brasileiros são datadas, trazem o nome dos envolvidos, dados de naturalidade e dados familiares, e o local onde ocorreram. Saindo de um vago "brasileiros no Paraguai", estas informações incorporam à análise um tempo e um espaço mais definidos. A própria carta enviada ao MIRAD, que estamos analisando refere-se a uma permanência de mais de 15 anos no Paraguai, e seus signatários definem-se como "Brasiguaios das seguintes localidades do Paraguai: Colônia Alvorada, La Paloma, Caarapá, Coronel Toledo, Salto Guaira, Maracajú, Porto Adélia, Encruzo Guarani, Corpus Cristi, Santa Clara, Kambiy, Puente Kijá, Guadalupe, Ipejuim, Coronel Sapucaia, Colônia Trinta e Dois - próximo a La Paloma, Passo Itá, Linha Contról - próximo a Corpus Cristi, todos do Departamento de Kanediju e proximidades".

O Departamento "Kanediju" e suas autoridades locais compõe, desta forma, o cenário onde se desenvolvem os fatos narrados pelos chamados brasiguaios.

O problema da comercialização da safra também é lembrado neste documento de abril de 1986. Apenas a soja é financiada pelo governo, e mesmo assim os produtores recebem pelo produto menos do que as empresas exportadoras de Asunción costumam pagar. Existe ainda o preço do frete e um imposto de 2,5%. Correm o risco de não obter lucros nem para pagar o preço da semente, e muito menos os financiamentos. Nesta conjuntura, definida como de

---

"miséria", estariam se obrigando a buscar trabalhos acessórios, como bóias-frias.

As famílias estariam sofrendo com a situação, com fome, carentes de assistência médica e escolar. Neste aspecto, o documento ressalta a dificuldade das crianças em aprender as duas línguas oficiais do país, o guarani e o castelhano. Acostumados com uma vida cheia de dificuldades no Brasil, os chamados brasiguaios recusam-se a permanecer em um país onde não teriam seus direitos mínimos assegurados:

"Sabemos que a fome e as dificuldades também existem no Brasil, mas não podemos continuar vivendo sob o medo, a insegurança, a falta de melhoria para nossos filhos e a falta de liberdade" (Carta ao MIRAD, 01/04/86)

Os signatários buscam caracterizar sua mobilização como etapa de um processo maior de retorno organizado ao Brasil. Recuperam a experiência de 1984, quando muitos deles haviam se juntado às famílias sul-matogrossenses que ocuparam a Gleba Santa Idalina, em Ivinhema(MS); a ida de uma primeira comissão de brasiguaios ao MIRAD, em maio de 1985; e o acampamento de Mundo Novo(MS).

Alegam impossibilidade de retornar antes pelo fato do INCRA ter encerrado muito cedo o cadastramento em Mundo Novo(MS). Outros teriam permanecido no Paraguai a espera da colheita, pensando também que com a saída dos primeiros "as coisas no Paraguai melhorassem".

Apresentando-se agora à nação e às autoridades fundiárias, exacerbam sua condição de "cativos", e

---

"refugiados", buscando na cidadania brasileira os direitos que lhes são negados no Paraguai, num momento político no qual o governo do Estado do Mato Grosso do Sul iniciava o processo de "fechamento" da fronteira:

"Somos brasileiros que já ajudamos o progresso no Sul do Brasil, e outras regiões, mas em função das políticas dos governos anteriores fomos atirados para fora, e hoje somos considerados caso de polícia pelo Governo do Mato Grosso do Sul (...). Temos o direito de retornar à nossa Terra (...) para podermos continuar a ser lavradores e poder dar uma vida mais decente para os nossos filhos. (...) Reivindicamos a garantia de segurança ao retornarmos, pois sabemos que a polícia do Mato Grosso do Sul está pronta para agir sobre nós, assim que atravessarmos a fronteira. (...) Estamos preparados para regressar a nossa Pátria(...) A nossa situação é péssima e pior que a de refugiados, pedimos (e temos o direito) de assistência governamental pois consideramos que somos as principais vítimas do falso milagre brasileiro, no qual nos fizeram acreditar (...)". (id. ibid.) (g.n.)

A leitura destes documentos, pensados como instrumentos fundamentais do ritual político encenado pelos chamados brasiguaios, fornece os componentes da representação coletiva sobre sua história, que passam a surgir também nas entrevistas concedidas à imprensa e nos depoimentos feitos aos órgãos fundiários.

O episódio de mobilização política sob a forma do acampamento erguido em Mundo Novo, em 1985, e a eficácia da ação realizada, sedimentou-se simbolicamente no tempo histórico mais recente, tendo efeitos significativos sobre processos de mudanças subsequentes. A ação realizada configurou-se como sucesso ao estabelecer um conjunto de

---

paradigmas, objetos e incentivos para a luta pela terra. Pode ser entendido também como um drama social (TURNER, 1974), que não só utilizou, como também criou mitos e símbolos.

Barth ressalta como principal feição de um grupo étnico "the fact that ethnic groups are categories of ascription and identification by the actors themselves, and thus have the characteristic of organizing interaction between people" (BARTH, 1969:10). As quase mil famílias de pequenos produtores rurais que em junho de 1985 acamparam no Município de Mundo Novo (MS), na fronteira com o Paraguai, não se definiram por traços culturais que porventura as distingam de paraguaios ou de outros grupos étnicos, mas pela atribuição brasiguaios, que possui forte conotação organizacional, e por formas de mobilização pelo acesso a terra.

Calculou-se oficialmente, na época, em 37.713 o número de brasileiros residindo legalmente no Paraguai(10), sendo a principal concentração populacional a do Departamento Alto Paraná, com 20.450 pessoas. No entanto, o Diretor de Imigração daquele país estimava em cerca de 250.000 o número de brasileiros lá residentes, com situação não regularizada. Os cálculos de organizações não governamentais e dos "acampados", amplamente divulgado pela imprensa, estimavam em 400.000 este número.

Temos dados oficiais que calculam em 1.337 o número de famílias "acampadas" (Cf MIRAD/CCA, Acampamentos, 1986) e

---

um cálculo extra-oficial de que era 10.000 o número dos chamados brasiguaios mobilizados no Estado do Mato Grosso do Sul. No entanto, nem todos os trabalhadores rurais brasileiros que retornaram ao país atualizavam esta identidade. Segundo reportagem publicada no periódico Folha de São Paulo de 22/09/85, existiriam "levas" que cruzam a fronteira e vão se alojar em casa de parentes, ou em favelas, e procuram emprego como bóias-frias. Temos ainda uma diluição da categoria brasiguaios em sem-terra, apontando para novas estratégias políticas.

Segundo nossas observações, feitas a partir da análise dos documentos, os chamados brasiguaios tendem a generalizar a sua condição e a sua identidade a todos os pequenos produtores rurais brasileiros que vivem no Paraguai, numa estratégia que fortalece politicamente sua ação. Como parte desta estratégia, está a reafirmação da nacionalidade brasileira e da condição camponesa e coletiva (a princípio, não existe o brasiguai, e sim os brasiguaios) dos acampados. Pela definição também passa a necessária narrativa das condições de trabalho enfrentadas anteriormente no Brasil e no Paraguai, motivadoras do duplo movimento de cruzamento da fronteira político-administrativa, e a esperança de possibilidade de acesso à terra no Brasil. Pode-se dizer, repito, que a atribuição brasiguaios pressupõe aquela história ou aqueles deslocamentos.

Brasiguaios é uma categoria coletiva, de auto-atribuição - "Nós brasiguaios", "somos brasiguaios" - que,

---

ao surgir em documentos produzidos a nível de movimentos, demonstra o seu caráter organizativo. Os critérios de atribuição referem-se também à nacionalidade e profissão: "Somos de todos os Estados do Brasil" (Carta à População, 21/06/85); "Somos milhares de lavradores brasileiros" (Carta ao MIRAD, 01/04/86); "Somos brasileiros que já ajudamos o progresso no sul do Brasil e de outras regiões" (Carta ao MIRAD, 01/04/86).

Os chamados brasiguaios possuem em comum uma trajetória de deslocamentos, com momentos coincidentes, dentro de uma mesma lógica de manutenção da condição camponesa. Desta forma, a passagem pelo Paraguai é tão importante como elemento definitivo quanto os critérios anteriores.

Os relatos das perspectivas iniciais de deslocamento também podem ser pensados, como já vimos para a ocupação do Estado do Paraná, como difusão de uma ideologia de fronteira. Utilizando-se do conceito de "entrepreneur" de Barth, Oliveira (1979) destaca a importância do conjunto de agentes que preparam, coordenam e procedem à transferência espacial de uma massa humana, nas análises de formação de fronteiras. No caso analisando, estes agentes seriam as empresas colonizadoras e seus corretores, que aparecem também nos relatos dos chamados brasiguaios "acampados" no município de Sete Quedas (MS), em agosto de 1985. É explicitamente denunciada a "Colonizadora Norte do Paraná", com sede em Londrina (PR), a qual teria atraído 800

---

famílias de brasileiros para a propriedade denominada "Três Mil Alqueires", localizada em "Nova Dela", "Departamento Guadalupe". Tais famílias afirmam ter vivido "uma infernal escravidão".

Outras 105 famílias, que se identificam como ex-arrendatários da "Colônia Ype-jhú", relatam ter sido contratadas no Estado do Paraná por representante do proprietário de uma fazenda localizada no Paraguai, para ali trabalharem como arrendatários, com diária de Cr\$ 30.000 e alimentação. Todos assinaram um contrato datilografado em "espanhol", que alegam não ter entendido. Ao chegar no Paraguai, souberam que nele estava escrito que o arrendamento era apenas por três anos, sem auxílio de espécie alguma. O proprietário desta fazenda seria o senhor Egon Pudell, apontado como ex-prefeito de Toledo(PR) e ex-deputado no mesmo estado. Note-se que não apenas os pequenos produtores rurais eram brasileiros, mas também segmento significativo dos proprietários de empresas colonizadoras, e dos indivíduos que exploram sua força de trabalho: grandes proprietários de terras e de silos de armazenamento.

Na condição de "entrepreneur" estão também aqueles indivíduos ou empreiteiros de mão de obra, denominados de "gatos" na região Norte do Brasil. Estes encarregam-se de recrutar, selecionar e transportar peões, bóias-frias e outros trabalhadores rurais ilegalmente aliciados à locais

---

distantes, onde, no mais das vezes, controlam suas atividades produtivas.

O Sr. Flávio Antônio Beirnfeld, ex-arrendatário da Fazenda Três Mil Alqueires, afirma em tais circunstâncias: "posso dizer que eu era escravo naquela fazenda(..), ninguém ganha salário, apenas trabalho, e quem reclama vai pro pau(..), um mourão no meio do terreno da sede, onde a gente fica amarrado com correntes, sem comida, sem água, e tem que aguentar o sol no lombo o dia inteiro."(Cf. O Globo,11/08/85). Este tipo de situação conforma-se inclusive às chamadas ocorrências de "trabalho escravo", onde se registram mecanismos de coerção e violência disciplinando as relações de trabalho.

\* \* \* \*

**"O Paraguai é a mesma carestia(..) e tem a perseguição do documento"**

(Depoimento à CCA/MIRAD, em 17/06/86)

Já instalados no Paraguai, enfrentam a exigência, por parte de autoridades paraguaias, de inúmeros e dispendiosos documentos. A validade destes documentos é fonte de problemas, parecendo não haver uniformidade de critério em relação à mesma, que costuma ser, conforme as denúncias, a do tempo de serviço do funcionário encarregado de cobrar a taxa. O grande desacerto de informações por parte dos trabalhadores acerca do nome, finalidade, preço e prazos de validade dos documentos exigidos, talvez seja um

---

indício do tipo de tensão resultante da relação  
Estado-campesinato:

**-PERMISO**

"Documento que se renova de 4 em 4 meses, e custa Cr\$ 150,00 de criança de escola pra cima" (Depoimento a CCA/MIRAD, 17/06/86).

"Vale 90 dias, e custa Cr\$ 24.000 por pessoa maior de 14 anos" (Relatório CCS/MIRAD, 25/06/85).

"É conhecido como Residente Zafral, sendo válido para 120 dias de permanência, custando Cr\$ 45.000" (CBR, 10/09/85).

"Documento de autorização para permanecer naquele país" (Carta ao MIRAD, 01/04/86).

**-LIBRETA**

"É o documento da colheita, onde vem escrito Ministério de Obras Públicas y Comunicaciones- Dirección Gral. de Juntas Viales - Libreta del Servicio de Conscripcion Vial" (Depoimento a CCA/MIRAD, 17/06/86).

"Por uma livreta(livre transito) são pagos Cr\$ 40.000/ano, sempre para cada membro da família acima de 14 anos" (Relatório CCS/MIRAD, 25/06/86).

"Um livrinho um pouco maior que uma caixinha de fósforos sobre as obrigações do migrante, que custa Cr\$ 30.000" (CBR, 10/09/85).

"Espécie de imposto para a conservação das estradas, escolas, postos fiscais, que foram construídos e são conservados por nós"(Carta ao MIRAD, 01/04/86).

**-VISTO DE ADMISSÃO DA DIRECCION GENERAL DE MIGRACION**

"Vale 10 anos e custa Cr\$ 800,00, mas é muito difícil, tem que ir em Asunción fazer"(Depoimento a CCA/MIRAD, 17/06/85)

**-IDENTIDADE**

"A identidade vale 4 anos e custa Cr\$ 90.000" (Relatório CCS/MIRAD, 25/06/85)

**-TARGETA DE DESEMBARGO**

"Custa Cr\$ 30.000 por 30 dias de permanência"(CBR, 10/09/85)

---

Os documentos são caros, e mesmo aqueles que os obtinham estavam sujeitos à sua validade transitória, quase sempre ligada à mudança de oficiais, ou coincidindo com o momento da colheita, quando a terra já pronta e produzindo tornava-se tentadora à fiscalização, apontada como irregular na maior parte das vezes.

Há denúncias de trabalhadores que possuíam documento permanente, mas seus filhos e mulher não. Após períodos de até 10 anos, surgiam os comissários, acompanhados de soldados, e exigiam a documentação do resto da família. Sem condições de pagá-la, estes trabalhadores, amedrontados, abandonavam as terras e fugiam para o Brasil. Outros relatos referem-se a trabalhadores que, tendo ido à cidade fazer compras para a família sem levar documentos, eram presos e torturados por vários dias, o mesmo ocorrendo com quem não tinha dinheiro para refazer os documentos (muitas vezes o espancamento era no próprio posto de migração). Finalmente, são inúmeras as denúncias referentes à obrigatoriedade de se refazer os documentos conforme a vontade dos comissários.

Nenhuma denúncia refere-se à expulsão do país por ausência de documentos, o que faz supor que o cumprimento da lei era relativizado segundo os critérios dos comissários e soldados, no mais das vezes preocupados em extorquir os brasileiros.

Comercializar a produção (soja, arroz, feijão, café, algodão, milho e hortelã, entre outros) é outra das

---

dificuldades destacadas nos documentos. Os chamados brasiguaios reclamam da inexistência de política agrícola que garanta o preço mínimo dos produtos e de financiamento para plantios (com exceção da soja). Tal situação conduziria a um barateamento dos produtos na época de colheita. Como agravante, denunciam a ameaça permanente representada pela fiscalização das autoridades paraguaias aos documentos, justificando no mais das vezes despejos e confiscos de produção.

O mercado de terras, segundo as denúncias, não possui critérios de legalidade. O Instituto de Bienestar Rural (IBR) é citado como "colonizadora oficial do governo". Neste aspecto, a fronteira leste paraguaia parece caracterizar-se por tensões ligadas à expropriações de camponeses, sob a forma de despejos, de cobranças de documentos e títulos de propriedade realizadas mais de uma vez, o Exército paraguaio sendo apontado como autor dos despejos.

Algumas situações relatadas nos documentos permitem concluir que, muitas vezes, as terras são griladas pelos próprios militares, outras vezes estes agem apenas como intermediários para grandes proprietários e empresas colonizadoras brasileiras e paraguaias:

"O resto [das terras], já bem formado e com documentação em ordem, eu perdi pra um oficial de polícia que chegou lá e disse: 'o documento é seu, mas a terra é minha'." (Depoimento de Manoel F. da Silva à FSP, 22/09/85)

No quadro abaixo, algumas das empresas de colonização denunciadas no material secundário consultado:

Quadro 3 - Empresas colonizadoras denunciadas, atuantes no Paraguai

Nome	Área(ha)	Proprietário	Fonte
Kaarapá SRL	100.000	N.I.	COOJORNAL (1978)
Copagro	100.000	N.I.	COOJORNAL (1978)
Companhia Americana	100.000	Ex-chanceler Mario Gibson Barbosa	COOJORNAL (1978)
Col. Norte do Paraná	N.I.	Dr. Perques ou Perkis (SP)	MST (1986)
Col. Geminis	N.I.	N.I.	MST (1986)

Conforme se percebe nos relatos anteriores, a relação dos pequenos produtores rurais que se identificam como brasiguaios com o governo paraguaio parece ser caracterizada por constante tensão. Os representantes deste governo são mencionados nas denúncias como: polícia, comissários, juizes, militares, soldados, coronéis, oficial de policia. Percebe-se que todos os citados configuram-se como membros da burocracia estatal, gerando tensões específicas segundo sua área de competência.(11)

---

Muitas denúncias afirmam que os produtores não tem a quem recorrer em caso de problemas, apontando para os laços de amizade e relações de corrupção que unem os grandes proprietários com os militares e os membros do judiciário. Em depoimento ao periódico O Globo (11/08/85), o trabalhador Flavio Antonio Beirnfeld afirma que " o juiz é muito brabo, chama a gente de brasileiro burro, cavalo de paraguaio".

As reclamações contra a convocação dos rapazes para o Serviço Militar Paraguaio no mais das vezes parte das mães, que consideram que seus filhos "são apenas garotos analfabetos, que só conheceram o trabalho da roça, engrossando as fileiras de soldados descalços, que não fazem outra coisa a não ser a lavoura na fazenda dos coronéis"(O Globo,11/08/85).

Existem, finalmente, denúncias da obrigatoriedade dos pequenos produtores rurais brasileiros participarem de festas cívicas e de comícios do partido oficial (Partido Colorado), sob ameaças de prisão e prestação de dias de serviço para o Exército. Há um relato dos trabalhadores aos Jornal do Movimento Sem Terra de dezembro de 1985, no qual estes narram que um grupo de lavradores brasileiros foi preso e obrigado a repetir em praça pública que o Governo Paraguaio era bom e que aqueles que abandonaram o Paraguai eram ladrões e bandidos.

A soma das dificuldades acima relatadas, mais a esperança de obter terras no Brasil, são apontadas como motivos de volta ao Brasil, de forma organizada. No entanto,

---

esta volta é colocada na forma de dois processos diferentes, a expulsão e a fuga.

A expulsão como motivo de saída do Paraguai e retorno para o Brasil aparece tanto a nível de documentos, num sentido político, quanto no relato de casos concretos de despejos de famílias. Existem mesmo denúncias feitas sobre grandes proprietários que, ao constatar casos de doença em algumas famílias, as transportam até a fronteira com o Brasil, onde são abandonadas. A análise feita no documento Carta ao MIRAD (01/04/86) vê na chegada da mecanização e da criação de gado no país vizinho o motivo para expulsão, uma vez que o trabalho de limpeza de terras não se torna mais necessário.

A fuga é apontada na maior parte dos relatos e depoimentos individuais como motivadora da saída do Paraguai. São situações de trabalhadores brasileiros que estavam empregados em regime de imobilização da mão de obra, de arrendatários que não poderiam sair antes de formar as lavouras ou pastagens dos proprietários das terras, e ainda de pessoas que se sentiam ameaçadas pelos oficiais paraguaios. Muitos fogem a pé, com as famílias, deixando tudo para trás, chegando aos acampamentos do Estado do Mato Grosso do Sul em estado de miséria e sem saúde.

O momento da organização da volta ao Brasil é o momento onde a identidade brasiguaios assume a plenitude de sua significação: são camponeses que exigem da sociedade e do governo brasileiro que reconheça sua condição de

---

brasileiros, beneficiários potenciais da reforma agrária em curso. Se colocam a nível nacional, definindo sua condição e seus limites.

A aceitação da atribuição brasiguaios, com todas suas implicações, a nível nacional, pode ser observada na imprensa periódica. Note-se que as únicas exceções constatadas, Diário da Serra de 12/12/85 e O Repórter de 03/10/85, referem-se a jornais locais, de Campo Grande(MS), transmitindo um certo temor e mesmo racismo em relação à volta destes pequenos produtores rurais ao país, notadamente pela sua opção de retornar pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

Quadro 4 - As definições de brasiguaios na imprensa periódica (1986)

Definição de <u>brasiguaios</u>	Fonte
"Colonos brasileiros que se mantem ilegalmente em território paraguaio, passando necessidades"	CBr, 10/09/85
"Lavradores brasileiros que trabalham no Paraguai e tiveram que voltar movidos pela pressão do trabalho quase escravo a que lá estavam submetidos"	O Globo 15/09/85
"Agricultores brasileiros expulsos do Paraguai"	FSP, 20/09/85
"Colonos que trabalhavam no Paraguai e retornaram ao Estado"	UH, 20/09/85
"Os últimos exilados(..) agricultores brasileiros banidos para o Paraguai pela falta de emprego resultante de uma politica de mecanização agrícola e concentração fundiária iniciada nos anos setenta no Oeste dos Estados do Paraná e Santa Catarina(..) lavradores sem terra"	FSP, 22/09/85
"Conseguem driblar a vigilância, colocando em polvorosa a cúpula da sociedade novo-mundense"	O Reporter 03/10/85
"Como são conhecidos na região os brasileiros que vivem em território do país vizinho próximo à fronteira com o Brasil"	UH, 10/10/85
"Nome dado aos brasileiros que, depois de viverem algum tempo no Paraguai como agricultores, resolvem retornar ao Brasil, na condição de sem terra(..) com os membros da Pastoral da Terra, as famílias dos sem terra logo receberiam a denominação de <u>brasiguaios</u> "	Diario da Serra 08/12/85
"Colonos brasileiros vindos do Paraguai"	CBr, 08/12/85

Definição de <u>brasiguaios</u>	Fonte
"O lado feio do programa Globo Repórter"	Diário da Serra 12/12/85
"Colonos brasileiros que vivem explorando agricultura no Paraguai"	O Norte 27/02/86
"Brasileiros que habitam território paraguaio"	UH,05/03/86
"Colonos brasileiros que há mais de 15 anos vivem da agricultura, em províncias paraguaias, que estão atravessando a fronteira"	JB,21/03/86
"Agricultores brasileiros que são no Paraguai meeiros, arrendatários e bóias-frias"	GM,02/04/86
"São trabalhadores rurais que trabalhavam no Paraguai e resolveram retornar ao Brasil"	JBr,09/05/86
"Trabalhadores rurais brasileiros que vivem no Paraguai"	FSP,10/06/86
"São agricultores brasileiros no Paraguai, que voltaram ou estão pretendendo voltar para o Brasil, estimulados pelo anúncio da Reforma Agrária"	CBr,27/06/86
"Por definição trabalhadores rurais brasileiros que migraram para o Paraguai nos últimos vinte anos"	Jornal do Estado 09/07/86
"Sem-terra que depois de deixar o Paraguai vieram para a região"	ESP,15/07/86
"Camponeses brasileiros que ocupam área no Paraguai e que já manifestaram seu desejo de regressar"	UH,23/01/86

---

A categoria brasiguaios era até então desconhecida para o cenário político brasileiro. Diversamente, a presença de pequenos produtores rurais brasileiros em território paraguaio vinha sendo observada e refletida por produtores intelectuais, notadamente do Paraguai, Uruguai e Argentina; e por entidades confessionais e conferências episcopais do Brasil e do Paraguai, que vinha discutindo ações pastorais envolvendo esta população desde início da década de 70.

O estado brasileiro, por sua vez, não só planejava ações envolvendo deslocamento e assentamento de população cívil naquela região de fronteira como vinha sendo pressionado a posicionar-se diante dos conflitos que vinham se sucedendo a partir da assinatura do Tratado de Itaipu.

Nos próximos capítulo, analisaremos o papel do Estado e da Igreja na construção da identidade brasiguaios e nas realidades transnacionais que situam sua emergência no tempo histórico.

---

## CAPITULO IV: A ATUAÇÃO DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Buscando identificar a visão oficial sobre a presença de camponeses brasileiros em território paraguaio, e sobre o retorno organizado iniciado em junho de 1985, realizamos a análise de diversos documentos produzidos por órgãos públicos à nível federal (MEAF, MIRAD/INCRA, Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, Polícia Federal), estadual (Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Coordenação Estadual de Defesa Civil, Diretoria Regional do INCRA, Terrasul) e municipal (Prefeituras e Câmaras Municipais), que discutem entre si as ações de controle e resolução de conflitos. Pudemos identificar neste material o que Foucault(1979) chama de matriz militar, isto é, a forma como a resolução de um problema social vai sendo gradativamente militarizada, tratada com expressões e atos característicos das chamadas "campanhas militares".

### 4.1. BRASILEIROS NO PARAGUAI: A VISIBILIDADE VIA CONFLITO

Em relação à uma possível atuação planejada do governo brasileiro na ocupação da fronteira leste paraguaia, coligimos diversas denúncias de projeções geopolíticas do Brasil, com utilização de população civil, feitas por intelectuais paraguaios, argentinos e uruguaios.

---

Wettstein(1975), geógrafo uruguaio, no artigo La soja brasileña salta las fronteras - agricultura y geopolítica en la cuenca del Plata, denuncia a opção brasileira de desenvolvimento via a modernização agrícola e a exportação, em detrimento da realização da reforma agrária. Esta opção estaria ligada a interesses e pressões multinacionais. Em 1970, o autor contabilizou 8 milhões de hectares de soja cultivados nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Um hectare de terra estaria custando 2.500 dólares no oeste do Estado do Paraná, e 1.000 dólares no noroeste do Rio Grande do Sul. Este mesmo hectare poderia ser comprado por 200 a 400 dólares, no Uruguai. O cultivo da soja estaria causando o deslocamento de milhares de proprietários minifundiários para as regiões transfronteiriças:

"Em síntesis, la modernización agrícola brasileña se centra en la zona del alto Uruguay, Iguazu y oeste del estado do Paraná y se basa en la monocultura mecanizada de la soja. Afecta, pues, necesariamente las zonas fronterizas con Paraguay y Argentina"  
(WETTSTEIN, 1975:04)

Wettstein denuncia ainda a União de Empresas Brasileiras, presidida pelo General Sá Tavares, de ter adquirido, nos anos setenta, 200.000 hectares no Paraguai, através do Instituto de Bienestar Rural. Este "expansionismo brasileiro" seria preocupante diante de dados estatísticos que apontavam uma densidade demográfica de menos de 10

hab/km2 na zona leste paraguaia (Departamentos de Caaguazú, Amambay e Alto Paraná).

Ugo Scarone(1975) denuncia, por sua vez, no artigo Brasil: el vecino armado, o desenvolvimento armamentista brasileiro, através de minuciosa compilação de dados sobre a aquisição por parte do governo militar brasileiro de um poderoso arsenal de mísseis. Afirma que o Brasil tem demonstrado um "impulso nato" para expandir seu espaço geoeconômico e sua "fronteira de recursos", a qual englobou, de 1852 a 1904, 834.000 km2 dos países vizinhos, conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - Áreas (KM2) de países limítrofes anexadas ao território brasileiro de 1852 a 1904

País	Tratado/Data	Área/Km2
Uruguai(Misiones Orient.)	Tratado de 1852	43.000
Venezuela	Tratado de 1859	150.000
Bolívia (Acre)	Tratado de 1867	160.000
Paraguai	Tratado de 1871	60.000
Argentina(Misiones Orient.)	Laudo Cleveland de 1885	30.000
Guiana	Laudo Hauser de 1901	60.000
Bolívia	Tratado de Teresópolis de 1903	191.000
Colômbia	Tratado de 1903	127.000
Guiana Britânica	Laudo do Rei da Itália de 1904	13.570
<b>TOTAL</b>		<b>834.000</b>

Fonte: Scarone, 1975:11

---

Scarone alerta para o fenômeno de "penetração civil brasileira", ou "invasão pacífica", na Bolívia, Paraguai e Uruguai. Considera alarmante a união de dois fatores: a grande quantidade de superfície de terra destes países em mãos de brasileiros e o fato do Brasil estar concedendo empréstimos e créditos a países limítrofes para indústrias e obras viárias. Tal situação seria de conveniência geo-econômica e política para o Brasil, configurando-se como uma "marcha hacia el oeste":

"En los últimos tiempos se ha dado un fenómeno de importante penetración civil brasileña en los países limítrofes, principalmente Bolívia, Paraguay y Uruguay, que por sus características constituye casi una 'invasión pacífica' (...) Brasil concede préstamos y créditos a países limítrofes para industrias y obras viales de acuerdo a un claro sentido de conveniencia geoeconómica y política (...)"  
(SCARONE, 1975:11)

Castro(1985) acredita numa coincidência entre as medidas repressivas do Governo Paraguaio que liquidaram com as chamadas ligas agrárias que organizaram segmentos do campesinato daquele país, entre 1971 e 1975, e o projeto de expansão brasileira na região leste. Através de mecanismos de despejos, saques e prisões, o governo teria se apropriado das terras daqueles camponeses (principalmente nas zonas de Itaipu, Alto Paraná, Caaguazú e Canindeyu) para redistribuí-las entre setores do próprio governo e empresas estrangeiras, além de auspiciar a instalação de milhares de colonos brasileiros.

---

Sem acesso ao discurso oficial sobre o assunto, o que se pode refletir, a partir das colocações acima, é de que forma as políticas públicas de um Estado-Nação têm efeitos sobre as populações camponesas de outro Estado-Nação, vizinho. Transcendendo as fronteiras político-administrativas, tem-se relações entre Estado-Nação e segmentos da população camponesa vividos diferentemente, assim como tem-se reciprocidade positiva entre latifundiários brasileiros e colonizadores e militares paraguaios.

Conforme já víamos esboçado no Plano Nacional de Fronteiras, de 1929, a ocupação com população civil do território nacional localizado em regiões de fronteira com Paraguai e Argentina era desde então uma preocupação para o governo brasileiro.

Em 1952, o general Golbery do Couto e Silva, do Exército brasileiro, defende uma "manobra geopolítica para a integração do território nacional" (SILVA,1967:48), que consistia em ligar o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; impulsionar o avanço da colonização para o noroeste, para integrar o centro-oeste; e na integração da Hiléia amazônica. Paraguai e Bolívia são apresentados como "prisioneiros geopolíticos" da Argentina, e aquelas regiões de fronteira são caracterizadas como "indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, quer queiram quer não, os interesses brasileiros e argentinos" (SILVA,1967:50). O autor relembra a tradição de choques e

---

conflitos, que vêm desde o passado colonial, entre Brasil e Argentina, "centros de força potencialmente antagônicas"(id.ibid.), responsáveis pela existência do que ele considera a única verdadeira fronteira viva do Brasil.

A ação direta do governo militar sobre aqueles territórios fronteiriços, considerados área de segurança nacional, foi intensa, atingindo, entre 1972 e 1975, 167.034 hectares, 89.034 no Estado do Mato Grosso do Sul e 78.000 no Estado do Paraná.

No início dos anos 70, o Governo Federal criou o Projeto Integrado de Colonização de Iguatemi e o Projeto Integrado de Colonização Sete Quedas, objetivando "resolver problemas de tensão social envolvendo agricultores, bem como de propiciar a ocupação racional de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional"(MEAF,1984(a):06), quais sejam, os territórios localizados na faixa de fronteira com a República do Paraguai, ao sul do Estado do Mato Grosso do Sul.

O PIC Iguatemi foi criado em 1972, abrangendo 73.034 hectares, desapropriados pelos Decretos 60.310/67, 63.631/68 e 67.870/70. Foram projetadas 1.266 parcelas rurais de 30 a 100 hectares, 45 lotes para-rurais e 4.548 lotes urbanos. Conforme dados oficiais, tinha "o objetivo estratégico de ocupar as terras do extremo sul do antigo Estado do Mato Grosso, situadas na fronteira com a República do Paraguai [com] famílias de agricultores migrantes das regiões Sul e Centro-Sul do País."A execução do projeto coube ao INCRA, e

---

sua emancipação ocorreu em outubro de 1982, dando origem ao município de Mundo Novo.

O PIC Sete Quedas foi criado em outubro de 1973, abrangendo 16.000 hectares desapropriados pelo Decreto nº. 70.356/72, com "o mesmo objetivo estratégico de ocupar a fronteira com a República do Paraguai [com] famílias de agricultores procedentes das regiões sul e centro-sul do país"(MEAF,1984(a):08). Possuía originalmente 284 lotes rurais de 30 a 100 hectares, 20 para-rurais e 1.838 urbanos, que deram origem ao município de Sete Quedas, após a emancipação do projeto, no ano de 1982, sua execução tendo sido também realizada pelo INCRA.

O reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu , com 170 km de comprimento, alagou 1.350 Km<sup>2</sup>, sendo 780 do lado brasileiro e 570 do lado paraguaio. Conforme GERMANI(1982(a)), o lado brasileiro estava ocupado por 42.444 pessoas, destas, 38.445 na zona rural. Havia 6.263 propriedades com um tamanho médio de 15 hectares, e também inúmeros registros de situações de posse, de superposição de título e outras irregularidades. O processo de desapropriação necessário para dar início às obras teria "colocado à nú todo o caos fundiário do Extremo Oeste do Paraná"(GERMANI,1982(a):15). Germani se preocupa em demonstrar que "o que estava em jogo na realidade não era apenas o potencial hidrelétrico do rio, mas também e principalmente, o que está do outro lado do rio, isto é, o Paraguai, e o que ele representa"(GERMANI,19829(a):20). A

---

construção da usina estaria ligada à uma disputa entre a Argentina e o Brasil pelo domínio do Paraguai, objetivando a hegemonia no chamado "cone sul".

A situação de tensão provocada por este projeto resultou em uma série de manifestações e mobilizações dos chamados "atingidos" por indenizações justas, inclusive para os posseiros. Entre os tantos documentos enviados aos órgãos públicos, alguns se referem à preocupação com os brasileiros que estavam sendo "atingidos" no lado paraguaio. Comitivas destes participavam das assembléias principais, reforçando a pressão.

O documento intitulado Documento da situação e das reivindicações dos lavradores da área de Itaipu, aprovado na Assembléia realizada a 16 de outubro de 1978 em Santa Helena(PR), endereçado ao então presidente da república, General Ernesto Geisel, tinha entre suas reivindicações "despesas de transporte de nossa mudança, das máquinas e dos animais, sejam pagas pela Itaipu Binacional, inclusive sejam concedidas guias livres de imposto ou alfândega, no caso de migrantes ao Paraguai; convênio entre os governos do Brasil e do Paraguai, para maior segurança das famílias que migrarem de um país ao outro. Um grupo de indenizados paraguaios também pede terras no Estado do Paraná" (g.n.).

Percebe-se que o Paraguai se apresentava então como uma opção àqueles pequenos produtores rurais que arrendavam terras na área atingida pela construção da barragem, no Estado do Paraná. Aqueles pequenos proprietários de terra,

---

brasileiros, que teriam suas propriedades alagadas, no lado paraguaio, passam a reivindicar terras no Brasil, num esforço de retorno ao país, via mobilização.

O documento Terras no Paraná e indenização justa, resultante de Assembléia realizada em Santa Helena(PR) em 7 de abril de 1979, foi enviado ao Presidente da República, aos Ministros do Interior, Fazenda, Agricultura, Minas e Energia, Providência e Assistência Social, ao Governador do Estado do Paraná, aos Presidentes do INCRA, da Itaipu Binacional, do Banco do Brasil e da CNBB. Seu parágrafo final é o seguinte "decidimos reconhecer a justa causa e apoiar as reivindicações da população urbana, pontos comerciais e outros grupos prejudicados e, com especial atenção, os agricultores atingidos em terras paraguaias" (g.n.)

Diante da pressão oficial para que os "atingidos" comprassem terras na Amazônia, inclusive com o credenciamento das companhias colonizadoras CAMPO ALEGRE, CONDEMAT, INDECO, MUTUM-ELDORADO, SINOP, SOMECO e VISTA ALEGRE para este fim, os camponeses, que reivindicavam terras no Estado do Paraná, divulgam o documento Ao Povo, ao Governo e à Itaipu, em julho de 1980, onde reclamam do baixo valor das indenizações, insuficientes para a compra de terras no Estado e denunciam "querem nos expulsar para o Paraguai ou para a Amazônia".

Não havia se passado nem uma década da criação dos PICs Iguatemi e Sete Quedas, e o Estado do Mato Grosso do

---

Sul não é mais apresentado como solução para neutralizar a tensão social no sul do país. A construção das barragens de Porto Primavera e Ilha Solteira, no rio Paraná, e as consequentes enchentes que aconteceram no início dos anos 80, atingiram 2.087 famílias de chamados ilhéus e ribeirinhos do rio Paraná, nos seguintes municípios sul-matogrossenses: Três Lagoas, Brasilândia, Bataguáçu, Anaurilândia, Bataiaporã, Taquaruçu, Jateí, Naviraí, Itaquirá, Eldorado e Mundo Novo.

A Amazônia, cada vez mais, é apontada como solução por membros dos aparelhos governamentais. Durante o X Encontro Regional de Migrações Internas, promovido pelo MEAF/INCRA, o coordenador regional daquele órgão, no Mato Grosso do Sul defendeu o direcionamento do "fluxo social" no Estado:

"Até o ano de 1983, foram transferidas para o Projeto de Assentamento Dirigido Quixadá, em Basiléia-AC, 186 famílias; e para o Projeto de Assentamento Dirigido Sta. Luzia, em Cruzeiro do Sul-AC, 40 famílias, totalizando 741 famílias de agricultores (...) Atualmente não existem vagas em Projetos do INCRA localizados nos Estados do Acre e Território de Roraima (...) o que faz sugerir o direcionamento do fluxo migratório."

(MEAF/TERRASUL, 1984(b):06)

Questionado por nós sobre a temporalidade do problema dos chamados brasiguaios, um antigo funcionário da Coordenadoria Regional do INCRA/MS lembrou que desde 1981/1982, quando de visitas oficiais do General Figueiredo ao Paraguai, muitos brasileiros realizavam manifestações. O Presidente da República chegou a receber em Mundo Novo (MS)

---

uma comissão de trabalhadores, acompanhados por uma religiosa, os quais teriam levado suas próprias camisas, mostrando marcas de chicotadas e denunciaram que, para vender 5 sacos de cereais, precisavam dar 2 às autoridades paraguaias. Em 1982, prossegue, "os brasiguaios já nos procuravam, a tal irmã ia relacionando os nomes, eram mais de 500 famílias. Foram levados ao Projeto Braço Sul, no Mato Grosso, em Chapada dos Guimarães, outra parte foi pro vale do São Francisco, na Bahia. Muitos foram dizimados pela malária, e acabaram se afastando."

Em outubro de 1979, no entanto, a grande imprensa já denunciava a situação de tensão social envolvendo posseiros brasileiros no Paraguai e parceiros do PIC Sete Quedas, nos arredores de Amambaí, então distrito de Paranhos(MS). Naquele ano, pretensos proprietários ameaçavam famílias de posseiros através da presença ostensiva de pistoleiros. Funcionários do INCRA/MS foram denunciados por favorecimento a estes fazendeiros, e se constatou que das 2.340 famílias assentadas originalmente, apenas 345 resistiam ainda à pressão. Dentro do mesmo projeto, 19.000 famílias aguardavam a regularização das terras, e outras 750 famílias, não atendidas pelo INCRA, cultivavam em terras paraguaias (cf. JB, 27/10/79).

Em abril de 1982, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mundo Novo(MS) declarou à imprensa que tinha em mãos uma lista de 500 famílias de camponeses brasileiros residentes no Paraguai, pedindo ajuda para

---

retornarem ao Brasil. Procurado pelos repórteres, o Coordenador Regional do INCRA/MS, confirmou estar ciente da situação, e declarou ter já "repatriado" 500 famílias para projetos de assentamento no Mato Grosso (cf. ESP, 04/04/82).

Quando da grande mobilização ocorrida em abril de 1984, envolvendo camponeses em situações de conflito no Mato Grosso do Sul e brasileiros provenientes do Paraguai, e que resultou na ocupação, por 800 famílias, da Gleba Santa Idalina, em Ivinhema (MS), autoridades do Estado e representantes dos órgãos fundiários, se esmeraram em denunciar "organizações orquestradas", "atos subversivos", e até "operações de guerrilha", justificando uma estratégia de expulsão sumária dos ocupantes do imóvel. Jornais locais estampavam manchetes alarmistas, como "Até paraguaios invadem as terras de Ivinhema" (Diário da Serra, 08/05/84). O governo estadual se preocupa em identificar culpados, como se o conflito viesse de fora do movimento social. Aponta a Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra, como incitadora do conflito. Em relatório ao então governador Wilson Martins, o Secretário de Segurança Pública afirmava que "o grande número de posseiros agiu em ação bem coordenada, o que nos dá a certeza de terem recebido orientação de entidade com abrangência de ação em mais de um município, possivelmente a Pastoral da Terra, como garante grande número deles." (cf. Diário da Serra, 09/06/84).

---

A Coordenadoria Regional do INCRA confirma esta denúncia, apresentado um novo agente, "o chamado movimento dos sem terra":

"Durante esses anos, inúmeros outros problemas de tensão social surgiram no Estado, em função da liberação de mão-de-obra, decorrente da não renovação de contratos de arrendamento ou de prestação de serviços no campo, e, também, em consequência da destinação de áreas tradicionalmente exploradas com agricultura à formação de pastagens. Todos esses problemas envolvem atualmente cerca de 7.100 famílias (...) que integram o chamado movimento dos sem terra, patrocinado por Sindicatos de Trabalhadores Rurais e pela Comissão Pastoral da Terra, utilizados para pressionar soluções sobre a posse e uso da terra." (Relatório sobre os problemas de invasão de terras em MS. CR/INCRA/MS, maio de 1984) (g.n.)

O ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários, General Danilo Venturini, mantém o tom acusatório e policial, mas se abstém de intervir, alegando que a jurisdição do INCRA no Estado se refere apenas à Faixa de Fronteira(12), e o município de Ivinhema está fora dela. O movimento social parece ter aprendido a lição, conquistando o mesmo imóvel, um ano depois, a partir de um acampamento exatamente na faixa de fronteira:

"As informações dão conta de um sincronismo de fatos, com a participação ativa de elementos estranhos à comunidade de agricultores e de diversas origens regionais (...) Localizada fora da faixa de fronteira, a referida questão fundiária é de competência estadual, bem como os problemas relacionados com a manutenção da ordem, preservação do patrimônio e segurança pessoal"  
(Telex enviado pelo MEAF ao Governador do Estado, cf. Correio do Estado, 08/05/84)

---

Todas as situações de conflito apontados pressionavam o governo a se posicionar diante do problema de tensão social envolvendo pequenos produtores rurais brasileiros que transitavam pelas regiões de fronteira com o Paraguai. Em 1982, os governos dos dois países se reúnem para discutir seus problemas fronteiriços, no Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai criado, segundo o embaixador Vítor Silveira, como "foro para lidar com assuntos as vezes delicados, objetivando evitar que os mesmos pudessem transformar-se em problemas de política externa e dificultar a relação entre os dois países" (MIRAD, 1985(b)).

Mas é apenas em 1985 que a pressão do movimento social vai obrigar o governo brasileiro a assumir a gravidade do problema e tomar medidas específicas para sua resolução, a desapropriação de terras para o assentamento dos que retornavam ao país.

#### 4.2. A VISÃO OFICIAL

O material pesquisado apresenta uma coincidência entre discurso e prática, uma vez que os documentos governamentais são de circulação interna ao próprio governo. Não tivemos acesso a documentos oficiais à nível municipal, no entanto a imprensa periódica traz algumas declarações dos prefeitos dos municípios de Mundo Novo, Sete Quedas, Naviraí e Ivinhema. Estes caracterizam-se grosso modo pela

---

dificuldade em apreender o movimento dos chamados brasiguaios à nível nacional , ou mesmo internacional. Vivenciam-no numa relação face-a-face, e mais, como um problema inesperado e incômodo para suas perspectivas de administração pública. Conforme FSP de 22/09/85, o então prefeito de Mundo Novo, Ademar Antônio da Silva, teria declarado: "Com tanta cidade melhor nesta fronteira, eu ainda não entendi porque esse pessoal resolveu vir parar aqui em Mundo Novo." Há uma preocupação em buscar nomes de prováveis responsáveis pelo movimento, e de denunciá-los aos órgãos competentes. O MST/MS acusou alguns prefeitos de perseguição política, tentativas de denegrir moralmente os acampados e de organização de atentados contra as lideranças dos acampamentos (cf. Carta ao MIRAD, 01/04/86).

O discurso dos prefeitos baseia-se no trinômio segurança, saúde pública e cadastramento, demonstrativo de sua preocupação com o controle social. Anunciaram em diversas ocasiões que existiriam 400.000 brasiguaios prestes a invadir seus municípios e a saquear suas lojas. Consideravam a população de brasiguaios acampados um grave perigo à saúde pública. Há casos de ameaça, por parte de prefeitos, de abandonar os cargos e fechar as prefeituras. Sua posição é de acionar o Serviço Nacional de Informações, o Exército e a Polícia Federal. Em março de 1986 foram em comitiva à Brasília(DF), onde mantiveram encontros com o Ministro do Interior, o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e com o chefe do Gabinete Militar da

---

Presidência da República. Ao MIRAD solicitaram agilização no processo desapropriatório, alegando que as prefeituras estariam administrando um problema agrário que não era de sua competência(cf. CBr,11/03/86).

À nível estadual, a Coordenação de Defesa Civil-CEDEC foi encarregada pelo então governador Wilson B. Martins de administrar a verba oriunda de convênio INCRA/Governo do Mato Grosso do Sul -firmado em julho de 1985, liberando 3 bilhões para a manutenção dos acampamentos- assim como da mediação entre os acampamentos de Mundo Novo e Naviraí e o governo estadual. Uma das primeiras atitudes do coordenador do CEDEC, Tenete Coronel Soares, constituiu-se na elaboração da chamada "Operação Regresso", no sentido de transferir os dois acampamentos para "área mais salubre"(cf. OF/MS/AE, 13/09/85). Tal operação foi percebida pelos acampados como desperdício de gastos, tentativa de desmobilização e desrespeito à organização interna dos acampamentos, uma vez que o "acampamento provisório" é previsto como "um verdadeiro quartel para abrigar os acampados, que seriam comandados por soldados da PM e do Corpo de Bombeiros"(cfe. Carta ao MIRAD, 13/09/85).

Em relatório enviado à Presidência da República, o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul considera a situação preocupante, principalmente por "tratar-se de ação inteligente, articulada, programática(..) que levará a uma colisão com as instituições"(cf. Of.MS/AE, 13/09/85).

---

Credita a organização do acampamento exclusivamente aos religiosos, denunciando que "Toda a orientação vem da Pastoral da Terra. E essa orientação, essencialmente no que diz respeito à postura política dos grupos, tem sido agressiva às nossas instituições. Foram os primeiros a instigarem os brasiguaios a acamparem nos municípios deste Estado. Conseguindo isto continuam incentivando passeatas nas ruas, com distribuição de panfletos, numa provocação que gera intranquilidade" (Of. MS/AE, 13/09/85).

O governo estadual acredita que assentar as famílias acampadas não resolverá o problema, pois uma vez estas assentadas outras tomariam o seu lugar:

"Esse problema não se resolve nem se esgota com a solução do que ele tem à mostra, exposto em Naviraí, Mundo Novo e Sete Quedas. Ele não cessará com a distribuição de terras às famílias ali acampadas. O problema, tal qual se apresenta, é apenas uma pálida amostragem de sua real dimensão. É apenas o dedo do gigante. Em verdade o seu verdadeiro corpo ainda está em território paraguaio. A Imprensa tem noticiado que ali se encontram milhares de famílias, estimadas em 250 a 300 mil pessoas. Os acampamentos de Naviraí, Mundo Novo e Sete Quedas são postos avançados, conquistas que encontrarão forte resistência para sua desmobilização. Tão logo sejam assentados, outros virão para ocupar os seus lugares. Esta é a disposição de seus líderes, com o apoio de forças outras, conforme já declaradas abertamente na imprensa." (Of. MS/AE, 13/09/85) (g.n.)

O discurso oficial deixa transparecer uma visão dos chamados brasiguaios como verdadeiros invasores do território nacional, como se estrangeiros fossem, considerados perigosos por estarem sendo coordenados pela

Igreja , ou por "elementos subversivos" ligados ela. Os acampamentos são definidos como postos avançados e conquistas. A situação é tratada como questão de segurança, as medidas sugeridas referindo-se ao acionamento do Serviço Nacional de Informações, do Exército e da Polícia Federal, no sentido de manter a ordem, identificar os responsáveis e impedir a formação de novos acampamentos.

As relações entre os aparelhos de poder , percebidas como ameaçadas pela pressão direta do movimento social em Brasília, são chamadas a fortalecer-se. Aconselha-se a formação de uma comissão formada por um representante do governo estadual, um representante do INCRA e um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul, para intermediar a questão e racionalizar a ação oficial:

"Os representantes dos brasiguaios têm acesso à Brasília e ao Ministério da Reforma Agrária, através da Pastoral da Terra, sem a interveniência do INCRA local ou do governo estadual. Acionam altas dignidades da Igreja e mandam notícias para a BBC de Londres. No governo estadual pressionam Secretarias e outros órgãos, provocando ações paralelas e até conflitantes, mercê um tráfico de informações manipuladas. Com essa comissão o governo terá um só tipo de comportamento nesse episódio, o que racionalizará a ação oficial e vedará o tráfico nocivo de influências."  
(Of. MS/AE, 13/09/85) (g.n.)

Na verdade, tratava-se de impedir o acesso direto dos chamados brasiguaios ao Governo Federal, mediando a relação com o Estado através do próprio Estado, negando ao

---

movimento social a execução deste papel, interpondo-se entre o Estado e o Indivíduo.

A necessidade de individualizar os acampados está presente nas sugestões e relatos referentes à saúde e cadastramento, tratadas geralmente em conjunto. Criticam a promiscuidade da vida nos acampamentos, "os grupos são hostis aos padrões normais de atendimento, dificultando sobremaneira uma ação racional dos governos estadual e municipais", e a resistência ao cadastramento, "orientada pelo esquema fechado que com mão forte, dirige a vida nos acampamentos".(id.ibid.)

O INCRA, ao fazer o cadastramento, desclassificara 160 famílias do acampamento de Mundo Novo e 30 famílias do acampamento de Naviraí. A justificativa para a desclassificação sendo a constatação de que alguns já haviam sido beneficiados anteriormente pelo INCRA e outros não teriam vocação agrícola. A desclassificação destas 190 famílias não é aceita pelas restantes, e os acampados, ao analisar posteriormente o cadastro, percebem que muitas famílias foram desclassificadas por não compreenderem as perguntas, as vezes mal formuladas pelos funcionários do INCRA.

Ao estudar o poder, Michel Foucault busca apreender os diferentes modos de objetivação pelos quais seres humanos são transformados em sujeitos. A prática do inquérito, que ele exemplifica como "the objectivizing of the productive subject, the subject who labors, in the analysis of wealth

---

and of economics"(FOUCAULT;1983:208) se coaduna com as práticas de controle, através de cadastramentos, realizadas com os chamados brasiguaios, tão logo esses retornam ao Brasil. Tais práticas são consideradas essenciais nos três níveis de governo -municipal, estadual e federal - e, no mais das vezes, são apontadas como formas de solucionar o problema, como as propostas surgidas de cadastramento dos camponeses no Paraguai.

Outra forma de objetivização do sujeito Foucault chama de "dividing practices", na qual "the subject is either divided inside himself or divided from others"(FOUCAULT,1983:208). Esta prática de divisão por parte de órgãos públicos aparece durante todo o processo de mobilização dos chamados brasiguaios, ao diferenciarem as pessoas envolvidas em classificados/desclassificados, com aptidão agrícola/sem aptidão agrícola, desordeiros ou arruaceiros/verdadeiros trabalhadores, brasiguaios/sem terra.

As reflexões de Foucault(1979:153-165) sobre a geografia, introduzindo a questão do espaço, da vigilância, da matriz militar, também trabalhada em Vigiar e Punir(1984), unem-se às tratadas acima, e nos fornecem um quadro teórico que vai desde a definição de território como "noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder"(FOUCAULT,1979:157) às relações existentes entre poder e saber. Segundo o autor, se pudermos analisar o saber em termos de domínio, deslocamento,

---

fronteira, poderemos apreender o processo pelo qual o saber funciona como poder e reproduz os seus efeitos.

O cadastro pode ser entendido como um dos saberes práticos produzidos pelas disciplinas. Por disciplina Foucault entende uma técnica de exercício de poder, cujos mecanismos são antigos mas aperfeiçoaram-se como nova técnica de gestão dos homens, de controlar suas multiplicidades. Ou seja, uma arte de distribuição espacial dos indivíduos. A disciplina também implica em vigilância perpétua e constante dos indivíduos, e em registro contínuo: "É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder."(FOUCAULT,1979:107).

Finalmente, Foucault aponta para a utilização de termos político-estratégicos como indicadora de "como o militar e o administrativo se inscrevem em um solo ou em formas de discurso"(FOUCAULT,1979:158). E ainda "cada vez mais me parece que a formação dos discursos (...) deve ser analisada a partir(...) das táticas e estratégias do poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica". (FOUCAULT,1979:165).

---

Estas reflexões estão implícitas na análise dos discursos e práticas dos órgãos governamentais, fundados no exame (cadastro, saúde pública), na vigilância (segurança pública), no controle do espaço (proibição de acampamentos, vistos como postos avançados; fechamento de estradas; fechamento da fronteira político-administrativa; transferência da população acampada) e na preocupação diante da possibilidade de que a luta levada pelos camponeses, sob a identidade comum de brasiguaios funcionasse como dissolvente da sujeição, quebrando a relação direta entre o Estado e o indivíduo, o que leva o primeiro a tentar tirar da categoria seu sentido coletivo e organizacional, individualizando estatisticamente seus membros.

A partir da divulgação do resultado do cadastramento, os trabalhadores são distinguidos pelos órgãos governamentais entre classificados e desclassificados. A totalidade dos acampados sendo tratada como "população flutuante". A série de reivindicações e protestos enviados pelos chamados brasiguaios ao Governo Federal, em resistência ao cadastramento, configura-se também ao que Foucault chama de "anti-authority struggles", na medida em que os envolvidos na mobilização resistem à tentativa de individualizá-los, opondo-se a "everything which separates the individual, break his links with others, splits up community life" (FOUCAULT, 1982:211). Tratam-se de lutas contra o "governo da individualização". Seguindo o raciocínio de Foucault, estas lutas se opõem aos efeitos do

---

poder que estão ligados ao conhecimento, competência e qualidade, isto é, no caso dos chamados brasiguaios, a oposição aos critérios de classificação e desclassificação, cujo conteúdo não é explicitado aos trabalhadores.

O tratamento da mobilização dos camponeses pela terra enquanto questão de segurança, exigindo identificação, vigilância, controle do espaço e remoção, caracteriza igualmente o discurso do Governo Federal. Concentramos nossa análise nos relatórios feitos pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, referentes às Reuniões de Coordenação da Seção Brasileira (30/07/85 e 15/08/85) preparatórias ao 2º Encontro do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai (29-30/10/85), no qual seria tratado o problema dos brasileiros que retornam do Paraguai.

Das reuniões participaram o Departamento de Assuntos Consulares do Itamaraty, a Polícia Federal, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. O Embaixador Vitor Silveira transmitiu a posição do Governo Paraguaio, qual seja, a de que os brasileiros permanecessem no Paraguai, por estarem gerando riquezas ao país, a baixo custo. O MIRAD foi instado a posicionar-se diante do que o Itamaraty considerava um tráfico de pessoas brasileiras que estavam organizando os agricultores na defesa de seus direitos, ao que se respondeu com a garantia de assistência aos chamados brasiguaios que retornassem ao país, cujo

---

problema de acesso à terra seria solucionado com a implantação do plano Nacional de Reforma Agrária.

O MIRAD também propôs que se entrasse em entendimento com o Governo Paraguaio no sentido do estabelecimento de um acordo de migração, segundo o qual aquele governo legalizaria a situação dos brasileiros lá residentes, permitindo-lhes o acesso à propriedade da terra e o exercício de atividades produtivas e comerciais como se paraguaios fossem, e que ficasse regulamentada a entrada de novos brasileiros que se dispusessem a migrar para o país vizinho. A lógica do órgão fundiário era de que, em troca, os brasileiros gerariam riquezas para o Paraguai e mais, poderiam retornar ao Brasil com um nível de renda que lhes permitisse adquirir propriedades agrícolas, e não como beneficiários potenciais da Reforma Agrária.

A proposta de um acordo de migração não é aceita pelo Itamaraty, justificando-se pela experiência anterior com o Governo Paraguaio, a qual indica que "seguramente aquele governo irá solicitar compensações financeiras" (MIRAD, 1985(c)). Outrossim, alegando limites de competência afirma que o Governo Brasileiro só poderia pressionar o Governo Paraguaio na medida em que os problemas vividos pelos brasileiros no país vizinho fossem oriundos da ação ou omissão das autoridades daquele país, e não da violência perpetrada por brasileiros proprietários de terras no Paraguai.

---

A Polícia Federal preocupou-se em contabilizar o número de famílias que estariam cruzando a fronteira e com a identificação de nomes dos possíveis líderes do movimento.

A resolução das duas reuniões configurou-se na execução de um cadastramento em território paraguaio, no qual se tentaria levantar as razões que motivam o retorno dos brasileiros, além de uma relação de nove detalhados inquéritos estatísticos sobre esta população, e a sugestão do acréscimo aos Censos Nacionais Agropecuários dos dois países dos ítems "nacionalidade do produtor, por forma de posse da propriedade" e "nacionalidade do produtor, por tamanho de propriedade".

O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário voltou a propor, em reunião realizada no mês de setembro de 1985, com os Ministros Chefes do SNI, Gal. Ivan Mendes, e do Gabinete Militar, e Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, Gal. Bayma Denys, que se buscasse um acordo com o Governo Paraguaio para garantir o retorno gradual dos "brasileiros em situação ilegal no país vizinho" (CBr10/09/85). Neste mesmo mês uma comitiva do Conselho de Segurança Nacional viaja ao Estado do Mato Grosso do Sul, onde visitou 17 municípios de área de segurança nacional, mas evitou passar por Mundo Novo. O presidente da comitiva, Athos Costa de Faria, declara não ter sido verificada nenhuma área de tensão (Correio do Estado, 22/09/85).

---

A posição do Governo Paraguaio é de negar perseguições ou discriminações aos brasileiros naquele país. O Embaixador do Paraguai no Brasil, General Adolfo Samaniego, afirma serem os brasileiros muito admirados "por serem muito trabalhadores e por estarem ensinando muito aos paraguaios sobre agricultura e estrutura da produção e comercialização dos produtos agrícolas"(FSP,22/09/85). Também o Ministro do Interior daquele país, Sabino Augusto Montanaro, elogiou os brasileiros e garantiu, num prazo inferior a cinco anos, a execução de projetos de assentamento para os brasileiros em terras paraguaias(UH,10/10/85). O Governador de Salto del Guaira(sic), Bernardino Caballero, declarou-se preocupado com a evasão dos brasileiros, o que poderia trazer grande prejuízo à economia agrícola do Paraguai(Diário da Serra,12/10/85).

A Segunda Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai foi realizada em Brasília, nos dias 29 e 30 de outubro de 1985, no Palácio do Itamaraty. Conforme relatório técnico do representante do MIRAD ao encontro, "a razão de ser da reunião foi o tratamento do problema dos 'brasiguaios'"(MIRAD,1985(d)). Em conversa informal, antes da reunião, uma autoridade policial paraguaia teria revelado estar o Paraguai muito preocupado com a saída dos brasileiros, atraídos pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, uma vez que ao governo daquele país interessava a sua permanência. Estas afirmativas, levadas ao conhecimento

---

da Delegação Brasileira, foi entendida como possibilitadora de uma posição vantajosa no sentido de exigir melhor tratamento aos brasileiros radicados no Paraguai.

Diante da constatação de que o governo paraguaio não teria informações confiáveis a respeito do número de brasileiros residentes naquele país, uma vez que os dados apresentados (Censo de 1982, pouco mais de 86.000 pessoas) foram considerados muito inferiores à realidade, ficou entendido que as autoridades paraguaias procederiam à um censo, na área da fronteira, da população brasileira ali residente. Os cônsules brasileiros presentes reunião calculavam entre 400 a 450 mil o número de brasileiros no Paraguai.

Diante das denúncias de violências e maustratos sofridos por camponeses brasileiros, a Delegação Paraguaia reconheceu a possibilidade de que "autoridades menores" poderiam estar envolvidas, especialmente nas exigências de documentação. Culparam as autoridades consulares brasileiras por não demonstrarem interesse na resolução dos problemas, que deveriam ser relatados às autoridades consulares paraguaias. Eximiu-se da responsabilidade nos inúmeros casos de conflitos entre camponeses e latifundiários brasileiros em território paraguaio.

A Delegação Brasileira chegou ao consenso de que "a raiz dos problemas dos 'brasiguaios' é a documentação pessoal dos imigrantes; uma vez resolvido este problema abre-se caminho para a solução dos demais"(id.ibid.). A

---

Delegação Paraguaia garantiu que a única documentação exigida por lei é o Carnet de Imigrante, cuja posse garante todos os direitos, seja no sentido da radicação, seja na locomoção, trabalho, aquisição de bens, inclusive terras, ou de acesso a crédito. A Delegação Brasileira propôs então que fossem reduzidas as taxas cobradas pelo dito documento, que era então de 12.000 guaraní para adultos e 1.000 guaraní para crianças. As autoridades consulares brasileiras no Paraguai ficaram encarregadas de atuar como mediadoras na resolução de conflitos decorrentes de documentação, assim como de informar corretamente aos brasileiros as disposições paraguaias a que estão sujeitos naquele país.

Um terceiro ponto destacado na Reunião tratou da garantia da propriedade da terra e de assegurar os direitos daqueles arrendatários ou parceiros, tanto em imóveis de paraguaios como de brasileiros. A Delegação Paraguaia garantiu que todos os imigrantes brasileiros portadores do carnet de imigração podem, sem restrição, ser proprietários de terras, com títulos respeitados e garantidos, e também podem reivindicar a propriedade de terras públicas, ou fiscais. As repartições consulares foram encarregadas de manter livros para registro de títulos de propriedade de terra e de contratos de arrendamento ou parceria dos camponeses brasileiros, o que lhes permitiria defender os direitos dos mesmos diante das autoridades paraguaias.

Nos dias 30-31 de julho e 1 de agosto de 1986 realizou-se em Assunção, capital da República do Paraguai, a

---

Terceira reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai. Na agenda de trabalho, estavam o exame dos requisitos legais vigentes, para registro dos nacionais de cada país no território do outro; censo dos cidadãos brasileiros residentes em áreas rurais no Paraguai e de cidadãos paraguaios residentes no Brasil; formação de recursos humanos na área aduaneira e na área policial, e a instalação de Comitês de Fronteira em Guaíra(PR)-Saltos del Guaira(Canindeyu) e em Ponta Porã(MS)-Pedro Juan Caballero(Amambay). Todos ítems voltados para o controle e a vigilância. Foram acertadas reuniões entre técnicos do FIBGE e da Dirección General de Estadística y Censos, para agilizar a realização dos censos programados. Não foi publicado ainda o resultado deste trabalho. Informalmente, funcionários do FIBGE nos forneceram, em 1990, uma listagem considerada "não confiável", elaborada pelo governo paraguaio, o que parece demonstrar a ineficácia deste tipo de proposta de controle. Como veremos no capítulo X, os novos acordos de integração econômica entre os dois países contém cláusulas que suprimem a necessidade de documentação nos deslocamentos transfronteiriços, o que aponta para formas mais sofisticadas de controle, sem a necessidade de resolução de problemas fundiários.

---

## CAPÍTULO V - O CARÁTER TRANSNACIONAL DA IGREJA: MEDIAÇÃO ECLESIAÍSTICA E IDENTIDADE

Observamos, no capítulo anterior, referências à atuação da Comissão Pastoral da Terra - organismo ligado à Linha 6 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - junto aos chamados brasiguaios que retornaram ao Brasil em 1985. A importância inegável desta entidade no êxito da mobilização camponesa e na formulação e fixação dos elementos componentes da identidade brasiguaios não obscurece, no entanto, o trabalho de outros segmentos da Igreja junto aos pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai. Identificar estes segmentos, nomeá-los e analisar sua atuação e os documentos que têm produzido sobre o tema ampliará o conhecimento acerca de realidades diferenciadas desta população. Este procedimento contribuirá para o mapeamento de terras e territórios por ela ocupados e que, não necessariamente, coincidem com aquela realidade e com aqueles territórios ocupados pelos chamados brasiguaios que acamparam em Mundo Novo (MS).

Pode-se dizer que as similitudes e as diferenciações existentes entre a totalidade da população de pequenos produtores rurais brasileiros no Paraguai e aqueles chamados brasiguaios, assim como a expansão daquela população e a intensificação de seus problemas, estiveram sempre presentes, a partir da década de setenta, não apenas nas reflexões de entidades confessionais como a Comissão Pastoral da Terra e na atuação das mesmas como mediadoras

---

políticas, mas também nas reflexões de congregações religiosas que traduzem ideologias missionárias e desenvolvem teorias sobre a migração. Políticas constitucionais face as minorias étnicas ou sociais propostas pelas conferências episcopais do Brasil e do Paraguai tem igualmente incluindo em suas preocupações esta questão.

### 5.1. IDEOLOGIA MISSIONÁRIA E TEORIA DA MIGRAÇÃO

É preciso distinguir a chamada ação missionária da Igreja Católica esboçada e discutida durante a realização do Concílio Vaticano II, no ano de 1964, daquela ação missionária tradicionalmente percebida no âmbito da expansão colonial europeia, a partir do século XVI, e vista como parte da tradição colonizadora ocidental.

Embora a idéia de missão permaneça aparentemente inalterada, consoante concepção secular da Igreja Católica, destaca-se que a missão tradicional sofreu um deslocamento a partir do final do século XIX, quando membros da instituição passaram a reivindicar uma ação missionária que acompanhasse os emigrantes europeus para a América, e não mais voltada apenas para a conversão e evangelização das populações nativas dos territórios anexados ao ocidente.

No ano de 1887, monsenhor G. B. Scalabrini fundava na Itália a Congregazione dei Missionari di S. Carlo, com o carisma específico de acompanhamento pastoral às populações

---

italianas emigrantes. No dia 12 de julho de 1888, em decorrência, partiram os primeiros missionários para os Estados Unidos e o Brasil. (CMSC, 1990:10-11)

Os deslocamentos populacionais causados por pressões econômicas, sociais e políticas passam a ser discutidos internamente à Igreja, exigindo da mesma reformulações pastorais que se adequassem às novas conjunturas. Esta preocupação começa a formalizar-se nos níveis superiores da hierarquia quando, em agosto de 1952, o Papa Pio XII promulga o documento Exsul Familia. Apresentado e criticado em novembro de 1964, durante a realização de uma das sessões do Concílio Vaticano II, é modificado em novembro de 1968. Das discussões, surge uma nova carta pastoral, a Pastoralis Migratorum Cura, promulgada pelo Papa Paulo VI em 15 de agosto de 1969, e que entra em vigor em 1º de dezembro do mesmo ano. Seria uma resposta da Igreja Católica à realidades que a cada dia a pressiona a tomar posições mais comprometidas com os problemas sociais do mundo contemporâneo.

Este deslocamento na ação missionária tem reflexos na Congregação dos Missionários de São Carlos, criada como "congregazione dei missionari per gli emigrati italiani" (CMSC, 1990:10) e que vinha acompanhando os processos de estabelecimento destes e de seus descendentes nas chamadas zonas coloniais ou colonias do Estado do Rio Grande do Sul. Seguindo a tendência das posições superiores da hierarquia, que consideram "compreendidos no conceito de

---

migrante todos aqueles que, por qualquer motivo, vivem fora da pátria ou da própria comunidade étnica, e necessitam verdadeiramente de assistência particular"(cf. Pastoralis Migratorum Cura in CEM,1970), a congregação amplia seu universo de atuação e seu aparato conceitual, passando a preocupar-se com o estudo do "fenômeno das migrações", o que leva à aproximações com noções operacionais e conceitos pertinentes às ciências sociais e à psicologia.

No documento Identidade e Psicologia do Migrante, parte integrante do Curso de Pastoral Migratória (CUPAM)(13) realizado a partir de 1975 pela congregação, aparece a preocupação com a conceituação e tipologias de migrante, baseada num esquema de mobilidade tomado de empréstimo à "moderna sociologia", conforme o quadro abaixo:

Quadro 6 - Tipologia do migrante, conforme a mobilidade

Classe	Sub-classe	Tipo		Relação	Motivação
		Conservativo	Inovador		
Primária		Êxodo Nomadismo	Repúdio do Rural	Homem e Ambiente Natural	Pressão ecológica
Imposta	Forçada	deportação	trabalhos forçados	Homem  e	Política
	Provocada	prófugos de guerra	tráfico dos semi-livres	Poder	
		exilados	refugiados		
Tradicio- nal		ciganos		Homem e cultura	Étnico- social
Sócio Econômica  (de trabalho)	De necessi- dade	colonização agrícola	corrida à cidade	Estrutura  Social	Impulso  social
	Espontânea	Familiares	de promoção		
		Profissio- nais	de livre escolha		
Cultural e Recreativa			para estudo	Comportamento	Instrução e lazer
			turismo	coletivo	

Fonte: (BORTOLAZZO, s/d (a) : 01)

---

O documento identifica o chamado migrante como objeto da atuação preferencial da Congregação dos Missionários de São Carlos, e o define, em consonância com a carta pastoral de 1969, como os que "por qualquer que seja o motivo- se encontram fora da própria pátria ou comunidade étnica e por real necessidade estão necessitando de uma assistência pastoral específica"(id.ibid,p.2). Coerente à realidade brasileira, há um desdobramento no significado da categoria: "exercemos outrossim nossa missão em prol daqueles que, em vista de diferenças étnicas e sócio-culturais devidas às migrações internas vivem em situações análogas."(id.ibid.)(g.a.). Permeia a ação pastoral a hipótese de que quem emigra é um "pobre" sem defesa contra a exploração, pobreza ou constrangimentos; mas também um "forte" e um "corajoso", que tem asseguradas pelas políticas eclesiais o apoio ao seu direito de deixar o país de origem por diversos motivos como também a ele voltar, na busca de melhores condições de vida.

Na preocupação maior com as chamadas migrações de trabalho, que seriam as que envolvem diretamente os pequenos produtores rurais das chamadas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, o documento detem-se nas questões do desenraizamento e da integração do chamado migrante. A partir de bibliografia sociológica explicitamente referida (Ware, Reid, Taft e Robbins, Handlin e Thomas, Dieulefait, Bunle, Manco, Eisenstadt, Zubrzycki, Greeley, entre outros), o documento apresenta parte do debate conceitual acerca das

---

noções de assimilação, absorção e integração. É feita uma opção pelo conceito de integração para o estudo da realidade brasileira (notadamente no sul do país), a partir da sua utilização por sociólogos que analisam situações de sobrevivência cultural, social e política de grupos étnicos, mesmo após muitos anos de seu estabelecimento em novos países ou regiões.

Esta discussão é importante para analisarmos a atuação dos chamados padres carlistas junto aos produtores rurais brasileiros no Paraguai. Aposta-se na integração como "uniformidade no fazer e diversidade no ser"(id.ibid.p8) e, mais do que isso, na convivência, conceito também adquirido da sociologia, mas baseado numa fraternidade humana: "o problema não está na diversidade de língua, nação, cultura e raça, cor ou credo, mas na capacidade de superar barreiras e de estender a mão e apertar aquela do outro, quem quer que seja (...) num gesto de fé: 'Eu era migrante e me (ou e não me) acolhestes'."(id.ibid.p.9).

A Congregação dos Missionários de São Carlos, apoiada neste ideário, subdivide-se em três províncias, no chamado Cone Sul. A Província da Argentina abrange também o Chile; A Província de São Paulo engloba atualmente os Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Distrito Federal, Rondônia e Acre; enquanto que a Província de São Pedro circunscreve os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, parte do Paraná e, desde 1974, a República do Paraguai.

---

A circunscrição eclesiástica não se sobrepõe exatamente às divisões político-administrativas. Enquanto estruturas transnacionais, as ordens religiosas estabelecem redes de relações e de informações que ultrapassam as fronteiras físicas, mesmo as internacionais.

O Seminário Maior da congregação, Seminário João XXIII, e também sede da Província de São Paulo, estabeleceu, em 1966, a Equipe Scalabriniana de Migrações (ESMI), que tencionava incentivar e coordenar atividades apostólicas nos locais onde estariam ocorrendo "situações de migração". Com este fim, foram programados estágios pastorais ao norte e nordeste do Estado de Minas Gerais, em 1968; ao sudoeste de São Paulo e norte do Paraná, em 1969; e ao Paraguai, nos anos de 1971-72. Os resultados destas viagens de reconhecimento passam a ser divulgados, a partir de 1970, pelo Centro de Estudos Migratórios (CEM), organismo criado pela Província de São Paulo para a formação e capacitação de agentes que atuassem junto aos chamados migrantes.

A principal atividade desenvolvida pelos membros do ESMI que participaram do primeiro estágio pastoral ao Paraguai, entre 20 e 31 de janeiro de 1971, foi a realização de uma enquete (14) entre 234 chefes de família das chamadas colônias de Paraguasil e Mbaracayu, localizadas no Departamento Alto do Paraná, e Santa Tereza, localizada no Departamento Caaguazú. Os clérigos calculavam então entre 20 e 30 mil o número de brasileiros residentes no Paraguai, distribuídos entre 13 colônias, conforme quadro abaixo:

Quadro 7 - Colônias de Brasileiros no Paraguai (1971)

Colônia	Fundação	Nº Fam. (prop.)
Departamento Alto Paraná		
1. Presidente Stroessner	-	100
2. Modêlo	1969	030(em formação)
3. Paraguasil	1963	1200
4. Mbaracayu	1967	800
5. Puerto Indio e Puerto Sauce	-	100
6. Puerto Marangatu	1962	120
7. Saltos del Gauira *	1964	700
8. Km 32 *	1966	200(em conjunto)
9. Km 41 *	1966	
10. Corpus Christi *	1966	400
11. San Alfredo	1968	067 (em formação)
* A partir de 1973 pertencentes ao Departamento Canindeyu, desmembrado do Dep. Alto Paraná.		
Departamento Caaguazú		
12. Santa Tereza	1968	780
Departamento de Amambay (15)		
13. Pedro Juan Caballero	?	?

Fonte: CEM, 1971:03

Propondo-se a conhecer a situação "sócio-demográfico-econômico-religiosa" da população brasileira no Paraguai, os pesquisadores estenderam os resultados da enquete à totalidade desta população, numa estratégia de abrangência que pode ter desprezado especificidades e

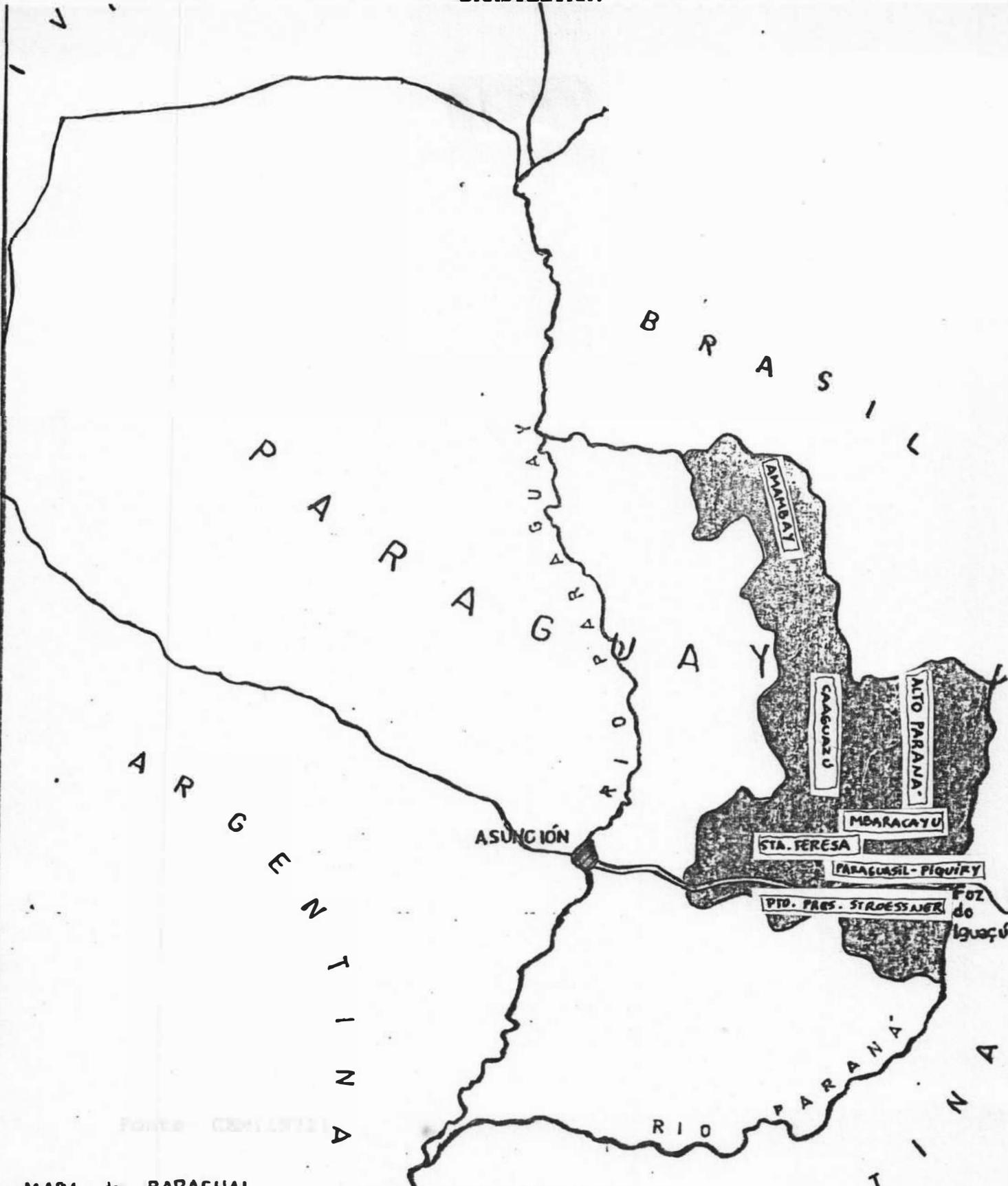
---

diferenciações que se tornariam importantes no decorrer da atuação mediadora da congregação em território paraguaio.

A hipótese que o documento coloca em discussão é a seguinte: a presença de pequenos produtores rurais brasileiros no Paraguai representaria uma extensão da fronteira agrícola brasileira, uma vez que o Departamento Alto Paraná seria quase uma continuação em termos geográficos e geológicos das terras do oeste dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Os religiosos acreditavam ainda que, como não fora inaugurada a Rodovia Transamazônica, os pequenos produtores brasileiros só teriam tido contato com companhias colonizadoras mais próximas, interessadas em vender terras no Paraguai. A opção da Amazônia, sobretudo Rondônia e Mato Grosso, como área de frente de expansão ainda não se colocava premente para tais segmentos camponeses.

O trabalho apresenta dois mapas, tentativas de localização dos Departamentos com registro de população brasileira (Mapa 5), e, dentro destes, das colônias e estradas utilizadas pela mesma (Mapa 6). Mais do que simples representações gráficas, estes mapas dão conta de uma etapa necessária para os estudos e sondagens de uma congregação religiosa que, tendo o acompanhamento à migrantes como carisma específico, iniciava um deslocamento transfronteiriço acompanhando as chamadas frentes de expansão dos pequenos produtores rurais do sul do país. Faz parte desta estratégia, igualmente, a identificação das

Mapa 5 - DEPARTAMENTOS PARAGUAIOS COM REGISTRO DE POPULAÇÃO BRASILEIRA.

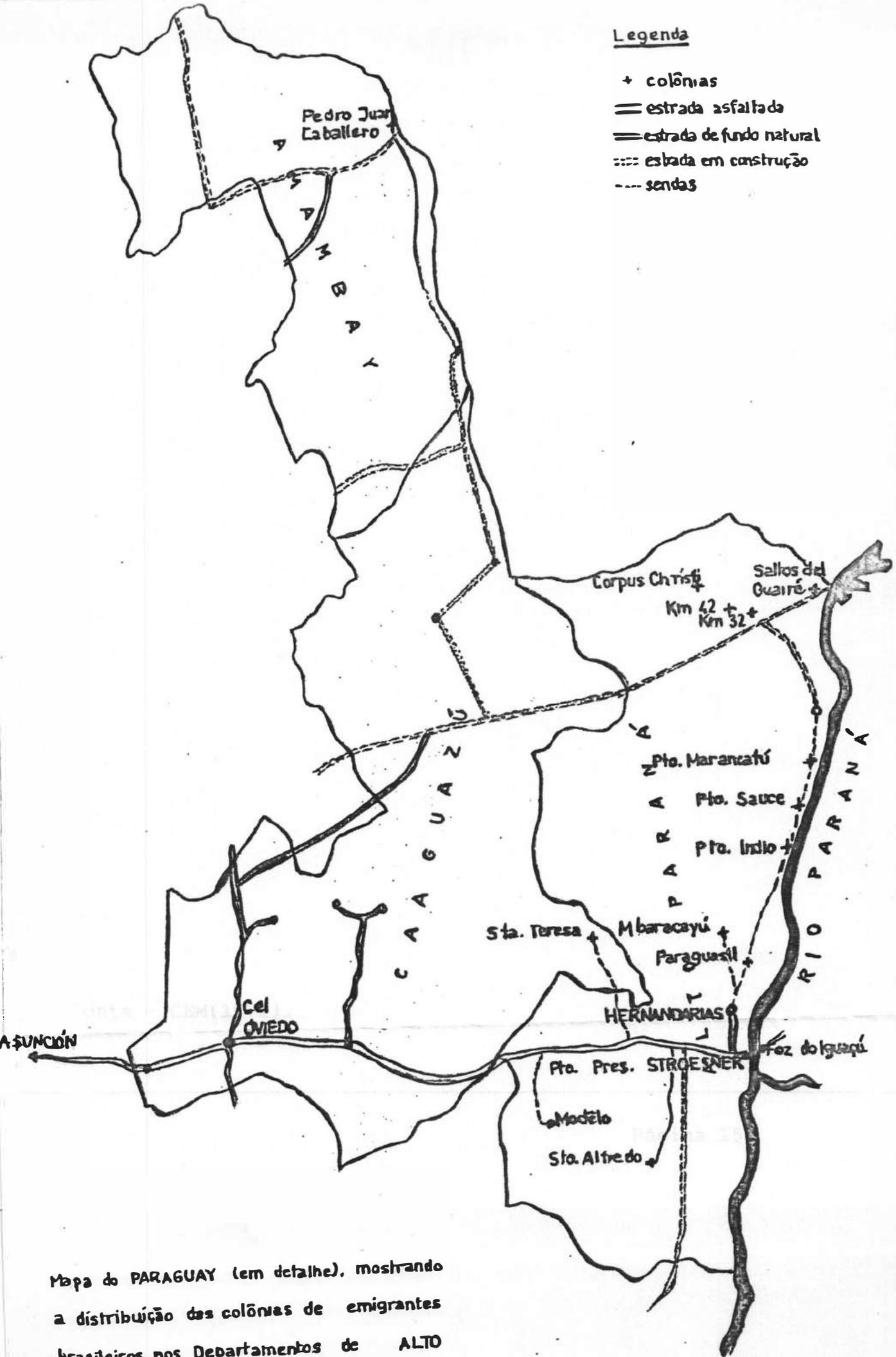


Fonte - CEM 1971

MAPA do PARAGUAI

Em destaque os três Departamentos para onde afluiu a emigração brasileira

Mapa 6 - COLÔNIAS E ESTRADAS UTILIZADAS POR EMIGRANTES BRASILEIROS NOS DEPARTAMENTOS ALTO PARANÁ, CAAGUAZÚ E AMAMBAY.



Mapa do PARAGUAY (em detalhe), mostrando a distribuição das colônias de emigrantes brasileiros nos Departamentos de ALTO PARANÁ, CAAGUAZÚ, AMAMBAY.

---

necessidades urgentes nas áreas de infra-estrutura básica e assistência social, jurídica, médica, escolar e religiosa. O documento caracteriza a atuação dos religiosos como de prestação de serviço, o que se coaduna com uma visão da missão como acumuladora de funções que na sociedade nacional se encontram especializadas em outras instituições, notadamente no Estado (cf. MOURÃO, 1973:06). A missão, em certa medida, compete com os aparelhos do poder. Buscando acompanhar a expansão territorial de seus membros, a Igreja instala-se em locais onde as instituições de Estado-Nação são frágeis ou inexistentes, e ali desenvolve atividades nos campos da educação, da assistência médica e, mais tarde, na mediação política das populações que busca representar.

Os relatórios resultantes dos estágios pastorais efetivados em 1972 reafirmam estas assertivas, posto que se preocupam fundamentalmente com a identificação do grau de religiosidade entre os pequenos produtores rurais brasileiros residentes nas colônias de Santa Tereza (Departamento Caaguazú), Mbaracayu e Paraguasil (Departamento Alto Paraná), e Corpus Cristi (atual Departamento Canindeyu), apostando no desdobramento da ação missionária em território paraguaio. A seguir, o resultado das observações, no tocante à data de fundação, área, número de habitantes, localização e nome do colonizador das localidades visitadas.

Quadro 8 - Colônias de brasileiros no Paraguai (1972)

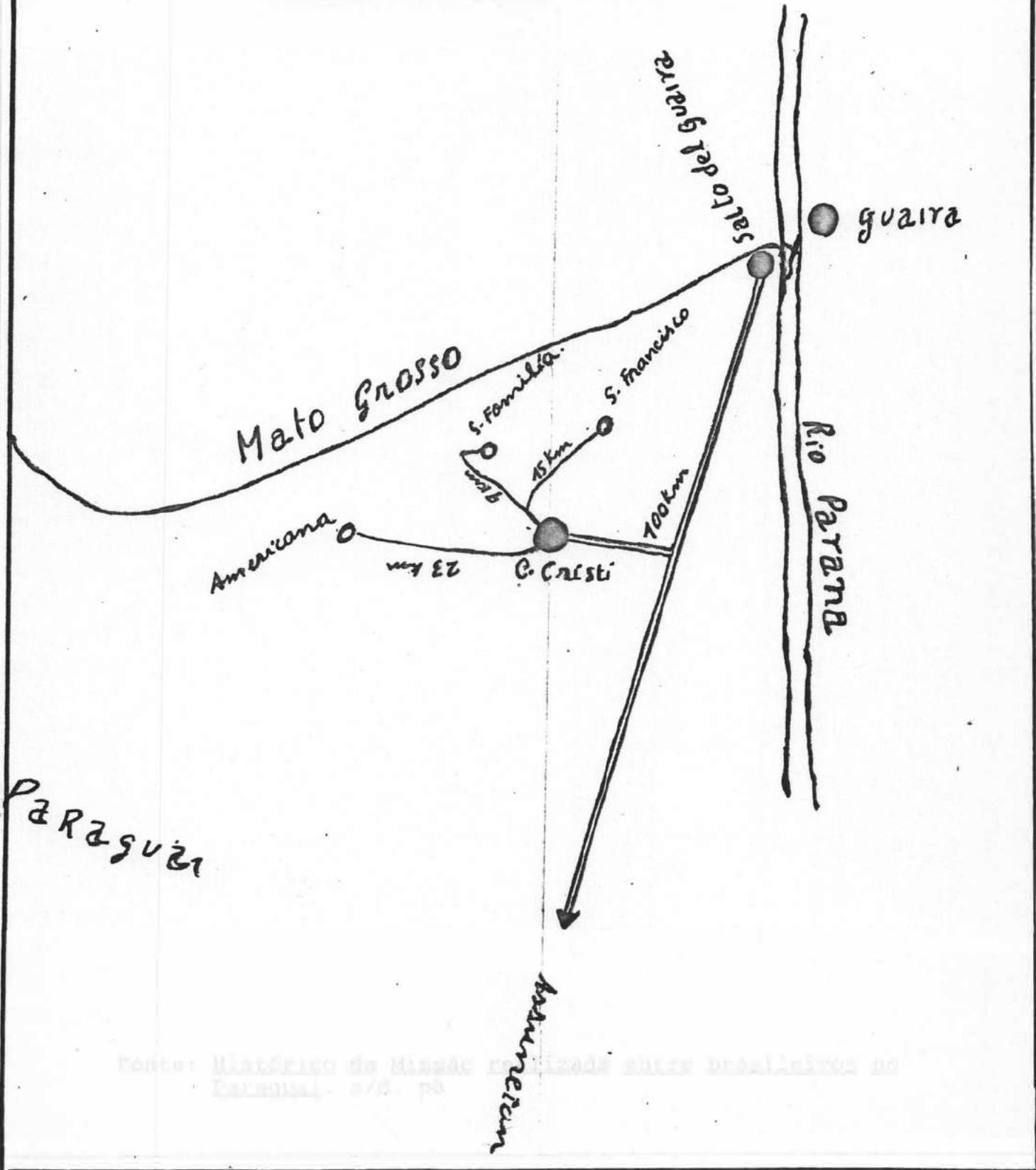
Colônia	Área	Nº hab.	Início	Localização	Colonizador
Departamento Caaguazu					
Santa Tereza		7.000	1968	74 Km de P. Stroessner	"Timio"
Departamento Alto Paraná					
Mbaracayu	1200 Km <sup>2</sup>	15.000	1969		"administrada por capitão do exército paraguaio"
Paraguasil (Piquiri)		6 a 7.000		61 Km de P. Stroessner	
Corpus Cristi	50.000 alqueires	3.500	1970	100 Km de S. del Gaurá	Carapá

A maior especificidade nas informações, e a anexação de um mapa mais detalhado da região de fronteira seca com o Estado do Mato Grosso do Sul (Mapa 7) revelam também um maior investimento, traduzido em conhecimento localizado.

Além de reafirmar a necessidade de resolução de problemas de infra-estrutura básica nas colônias visitadas, os relatórios produzidos traduzem um certo otimismo dos pequenos produtores rurais brasileiros recém-chegados ao Paraguai, muitos ainda em fase de derrubada da mata. Diferentemente do resultado do estágio pastoral de 1971,

Mapa 7 - REGIÃO DE CORPUS CRISTI (DEPARTAMENTO CANINDEYU)

# Mapa



---

feito sob a forma de uma pesquisa, os relatórios de 1972 se baseiam em impressões, frutos de observação direta, o que permite uma maior minúcia na narrativa, inclusive quanto ao processo de contato inicial da população brasileira ali residente com as instituições e a cultura paraguaia:

"Em termos gerais poderíamos dizer que estão vivendo as consequências de um momento da vida em que tudo está para se fazer. Mas num futuro não muito distante, estarão em melhores situações. Possuem capital. Restalhes fazer a terra produzir. (...) Algumas crianças já falam perfeitamente o castelhano. As professoras estão animadas. Mas o trabalho delas é atrapalhado porque na convivência com a família, falam somente português, alemão, etc. Sentem-se de certa forma envergonhadas de falar castelhano. Por outro lado, a maioria dos pais não dão o exemplo e não incentivam o filho a se aperfeiçoar na língua da nova nação."  
(Relatório da Colônia Santa Tereza, s/d, pp. 3 e 5).

"As terras da colônia são fertilíssimas, garantindo uma economia de subsistência e a colocação no mercado de certos produtos, assim como o óleo de hortelã. (...) A colonização desta área é favorecida pelo Governo Paraguaio e visa o povoamento e o desenvolvimento econômico dessa região, até ultimamente desabitada."  
(Relatório da Missões na Colônia Mbaracayu, 11/08/72, p.1).

Enquanto estágio pastoral que buscava reconhecer "realidades migratórias", foi acrescentada à análise a receptividade do chamados colonos brasileiros às atividades religiosas que eram anunciadas assim que os clérigos chegavam às localidades percorridas. Em função desta receptividade foi se delineando uma clivagem étnica que diferenciava os descendentes de imigrantes alemães e

---

italianos, procedentes do Rio Grande do Sul, identificados como gaúchos; daqueles outros pequenos produtores rurais brasileiros qualificados como nordestinos, mineiros ou ainda afro-brasileiros. Os primeiros seriam os mais receptivos à ação missionária proposta pelos religiosos, enquanto que os demais estariam desinteressados, em sua maioria, nesta possibilidade.

"Os católicos, especialmente os de origem alemã, permanecem convictos e firmes em sua fé(..) O que lhes falta, e eles sabem isso, é a liderança de um Sacerdote.(..) Sendo na sua maioria gente saída do Rio Grande, assemelha-se na mentalidade e modo de viver às nossas paróquias do sul. São famílias tradicionais, bem constituídas, e com muita disposição para vencer na vida. Recordam os imigrantes pioneiros no sul."

(Relatório da Colônia Santa Tereza, s/d, pp2,3)

"Os moradores são em grande parte de descendência alemã, vindo posteriormente os poloneses, e, em menor número, italianos e afro-brasileiros"

(Relatório da Missões na Colônia Mbaracayu, 11/08/72, p.1)

"Onde predomina a descendência alemã e italiana constata-se uma prática religiosa mais viva e genuína"

(Relatório da Missão dos Padres Missionários de São Carlos Scalabrinianos 15/08/72, pp.1,6)

Neste ano de 1972 ocorreu um primeiro reconhecimento localizado da região de Corpus Cristi, no Departamento Canindeyu, de onde veio a quase totalidade dos chamados brasiguaios que retornaram organizadamente ao Brasil em 1985. O relatório dos religiosos refere-se à uma porcentagem alta de nordestinos (70%) entre a população brasileira

---

residente em Corpus Cristi, Fazenda Americana, Sagrada Família e São Francisco, a maior parte famílias empregadas em fazendas. A região é caracterizada como "lugar mais frio em matéria de religião", o que provavelmente contribuiu para que a instalação da primeira missão naquele Departamento apenas acontecesse doze anos após este contato inicial, ou seja, em 1984, na localidade Katuetê.

"Os empregados das fazendas são quase todos nordestinos e demonstram muito pouco entusiasmo em progredir. O consumo de pinga entre eles é muito elevado.(...) Deve-se considerar porém que essas famílias são de origem nordestina e que a instrução religiosa é muito precária."(Histórico da Missão realizada entre os brasileiros no Paraguai. s/d, pp.2 e 5)

O Departamento Canindeyu ficaria assim, não obstante o trabalho pastoral de religiosos pertencentes a outras ordens, fora do raio de atuação da Congregação dos Missionários de São Carlos e carente, em geral, de mediadores eclesiais mais estruturados em território paraguaio. Evidencia-se assim a articulação preferencial da ordem religiosa com certas etnias.

Neste mesmo ano de 1972, proveniente do Rio Grande do Sul, um membro da Província de São Pedro da Congregação dos Missionários de São Carlos, Pe. Giuseppe Corradin, percorre a região de Piquiri (ou Piquiry), no Departamento Alto Paraná. O clérigo percebe uma realidade que, aos seus olhos, muito se assemelhava com aquela vivida, a menos de um século, pelos italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul, e se empolgou com a possibilidade da efetivação de uma ação

---

missionária que, embasada na experiência positiva nas chamadas regiões coloniais do sul do país, apoiasse estes "pioneiros" nos momentos iniciais no Paraguai.

Muitos dos membros da congregação são filhos e netos de imigrantes italianos, e a distribuição espacial dos seminários sugere o desdobramento dos deslocamentos dos pequenos produtores rurais pelo Estado de Santa Catarina, oeste do Estado do Paraná e, finalmente, no Paraguai. A Província de São Pedro conta com um Seminário de Filosofia em Passo Fundo (RS); três seminários de 1º grau nos municípios de Campos Novos (SC), Casca (RS) e São Miguel do Iguazu (PR), e uma seminário de 2º grau em Guaporé (RS), além de um noviciado em Sarandi (RS). Suas paróquias acompanham os deslocamentos dos descendentes de imigrantes italianos pelos municípios de Guaporé, Serafina Correa, Nova Bassano, Casca, Nova Prata, Encantado, Passo Fundo, Sarandi, Rodeio Bonito e Rondinha, no Estado do Rio Grande do Sul; Anita Garibaldi e Campos Novos, no Estado de Santa Catarina; e Cascavel, São Miguel do Iguazu e Foz do Iguazu no Estado do Paraná. Existe ainda uma comunidade das Vocações Adultas, em Caxias do Sul (RS), e uma paróquia em Candiota (RS), próxima à fronteira com o Uruguai.

Os deslocamentos destes camponeses permite a reprodução da ação missionária tradicional, na ocupação de novos territórios, e na competição com o Estado no campo da educação, da saúde e de outros serviços públicos. Assim, temos que a Província de São Pedro possui escolas (em Nova

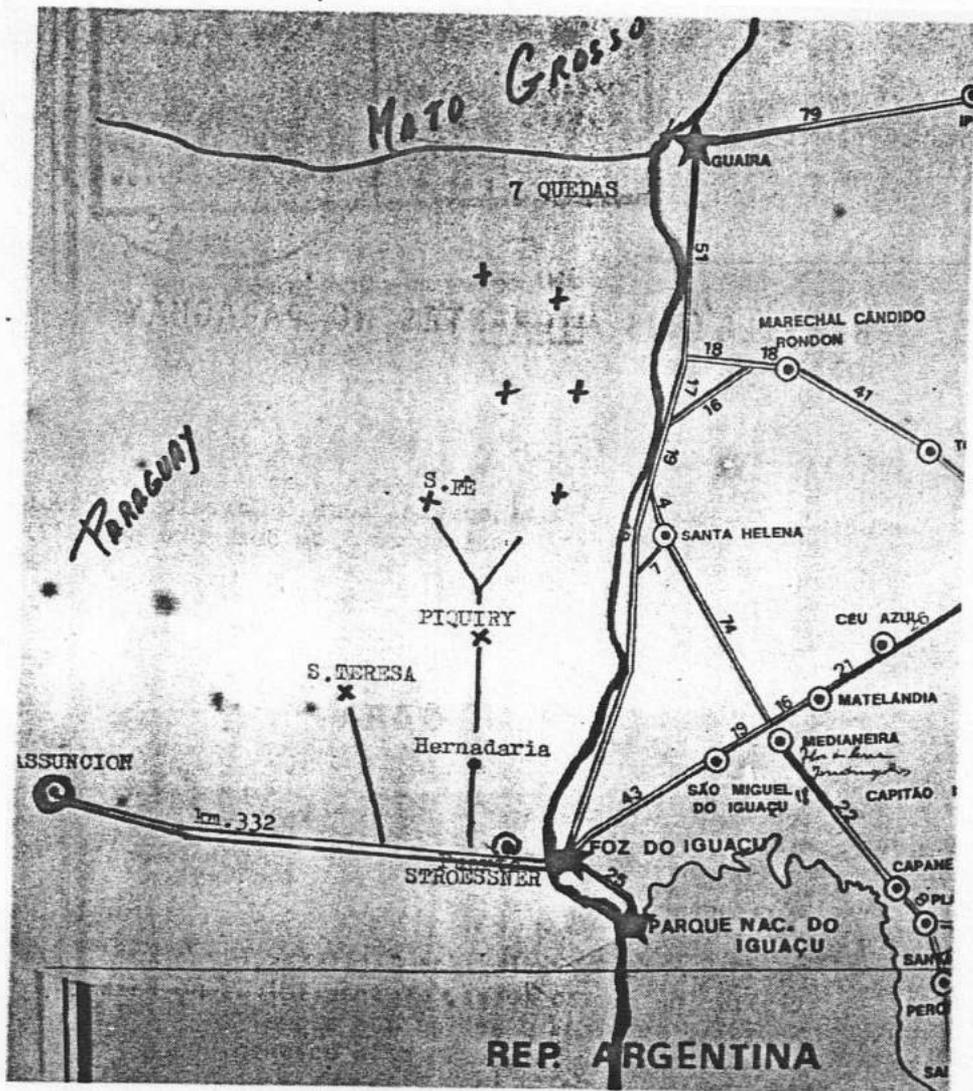
---

Bassano/RS; Rondinha/RS; Sarandi/RS e Campos Novos/SC); hospitais (em Nova Bassano/RS; Rodeio Bonito/RS e Anita Garibaldi/SC); rádios (em Guaporé/RS; Sarandi/RS; e Campos Novos/SC); além de outras atividades que bem demonstram uma firme integração entre seus membros e as comunidades referidas. Note-se que este mesmo procedimento pastoral de acompanhamento dos descendentes de imigrantes europeus pode ser observado na ampliação de missões, seminários e centros de estudo da Província de São Paulo, que atualmente tem paróquias em Ji-Paraná e Alta Floresta, a oeste no Estado de Rondônia; em Cuiabá, no Estado do Mato Grosso; e no município de Extrema, no Estado do Acre, tendo já sido realizados estudos sobre a população de seringueiros brasileiros que se adentram em território boliviano em busca de novas plantações. (CEPAMI, 1991).

Ao retornar ao Rio Grande do Sul, Pe. Corradin escreveu um artigo que seria publicado no periódico Correio do Povo (03/12/72), de ampla circulação na capital portoalegrense, e que se configurou num dos primeiros registros da situação de pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai a ser divulgado à opinião pública nacional, inclusive com uma tentativa de mapeamento de sua localização naquele país (Mapa 8).

Conforme as impressões do religioso, percebe-se como se dá, concomitantemente com a reprodução física dos camponeses descendentes de imigrantes europeus, a reprodução

Mapa 8 - GLEBAS DOS BRASILEIROS



*A cruzinha indica as glebas dos Brasileiros.*

Fonte - CORRADIN, 1972:02

da própria ação missionária, que se desenvolve em frentes, criando instituições onde elas são inexistentes:

"Olhando a história com olhos otimistas, também reconhecemos que houve muitos aspectos negativos, trágicos até nas migrações que trouxeram ao Rio Grande o novo sangue europeu contudo esta epopéia levou a terra gaúcha à glória de um maravilhoso progresso. Não faz ainda um século, e vem acontecendo para os netos daquela raça algo semelhante: numa aventura renovada, milhares de famílias, habituadas ao clima e às estradas do sul, lançam-se para a Transamazônica ou para as colônias do Paraguai. Lógico, espera-se o triunfo dos pioneiros".  
(Corradin, 1972:04)

Coerente com a crença da reprodução, no Paraguai, daquelas condições iniciais encontradas pelos camponeses italianos no sul do Brasil, o documento naturaliza as situações de exploração dos pequenos produtores rurais brasileiros observadas no Paraguai, e incentiva nos mesmos o espírito de cidadania, estimulando entre outros aspectos o pagamento de impostos:

"Será tarefa especial dos Sacerdotes Missionários fazer entender que um imposto serve para unir esforços e assim a comunidade possua escola e mestres, igreja e hospital. Dá pena vê-los sofrer agora; vão despertar, como já vem despertando nossa colônia do Rio Grande, mas quando! Devido a grande simplicidade daqueles imigrantes, acontece por lá o que já houve na colonização do Rio Grande, a exploração dos mais fortes que deixam de cumprir certas promessas(..). O Paraguai acolhe os nossos colonos de braços abertos, pois trazem movimento de riqueza no meio de um povo lento no trabalho e sabe que dentro de poucas dezenas de anos aquela região poderá apresentar os mesmos progressos que nós aqui hoje desfrutamos."  
(CORRADIN, 1972:06). (g.n.)

---

A alternância entre a utilização dos vocábulos pioneiros e colonos no texto revela como os primeiros aparecem ligados a idéia de deslocamentos com o objetivo de desbravamento de novas terras, enquanto o colono seria o responsável pela consolidação da posse destes territórios.

A ação missionária é pensada como intrínseca a esta passagem, que compreende múltiplos movimentos, como o de uma posição à margem da vida política e do mercado de bens agrícolas, para uma condição de cidadão e de "produtor". De certo modo a passagem de "pioneiro" para "colono" encerra também a situação de outro segmento camponês, marginal, numa situação de frente de expansão. Ao revelar expropriações, violências e dificuldades, atinge um nível de politização que o constitui em campesinato de massas, capaz de reivindicar e de colocar na mesa de negociação com os aparelhos de poder (no Brasil ou no Paraguai) seus direitos, notadamente à cidadania e à terra.

A ação missionária é vivida pelos sacerdotes como se fortalecendo nesta passagem multifacetada, em que a congregação aumenta sua capacidade de prestação de serviços e bens nas regiões em que os colonos vão se colocando como uma força social.

Vejamos, a seguir, como as missões e paróquias criadas pela congregação no Paraguai acompanham a penetração dos camponeses brasileiros naquele país. A primeira missão scalabriniana no Paraguai foi criada no ano de 1974, em Santa Tereza, Departamento Caaguazú, por membros da

---

Província de São Pedro, que a partir daí será a encarregada de administrar e nortear a ação missionária dos padres carlistas no Paraguai. Em 1976 é criada a Paróquia Santa Rosa, Em Santa Rosa del Monday(16), Departamento Alto Paraná. Neste mesmo Departamento é criada, em 1979, a Missão Nossa Senhora Aparecida, em Los Cedrales(17), e a Missão Santa Catarina, em 1980, na localidade Naranjal(18). Em 1984 é fundado o primeiro seminário menor (primeiro grau) daquela congregação no Paraguai, a Casa Apostólica Scalabrini, em Santa Rosa del Monday; e a Missão Sagrado Coração de Jesus e Corpus Christi, em Katuetê (19), Departamento Canindeyu. Finalmente, em 1988, começa a funcionar em Ciudad del Este, capital do Departamento Alto Paraná, o Seminário N. Señora de Caacupé, de segundo grau.

Em abril de 1979, religiosos da Província de São Paulo, ligados ao Centro de Estudos Migratórios, retomam seus trabalhos de investigação no Paraguai, percorrendo durante sete dias as localidades de Santa Tereza (Departamento Caaguazú), que já então vivia graves problemas de tensão social decorrentes da atuação inescrupulosa do colonizador da área, o senhor Eutimio Ioannidis; Piquiri e Santa Rosa (Departamento Alto Paraná); objetivando um contato direto com a população de pequenos produtores rurais brasileiros ali residentes. Foram entrevistados 56 "líderes de comunidades", sendo que destes 45 ainda não tinham obtido a escritura das terras que ocupavam e 10 eram posseiros. Através das entrevistas, os religiosos pretendiam

---

identificar os motivos de saída destes camponeses do Brasil, a situação legal de suas terras em território paraguaio, os principais problemas em relação à documentação, assistência médica e escolar, e de integração com a sociedade paraguaia. Finalmente, o estudo objetivou um levantamento do atendimento que a Igreja estava prestando na região.

Ao considerar as irregularidades na titulação das terras, o abuso das autoridades, a falta de escolas e hospitais, a carência nos transportes e as dificuldades na obtenção de documentação pessoal como os principais problemas encontrados, o documento se assemelha àqueles produzidos durante a mobilização dos chamados brasiguaios, em 1985, e reafirma a necessidade de ação missionária naqueles interstícios, onde o Estado estaria falhando:

**"A terra que está nas mãos de poucos deve ser repartida entre todos, principalmente no Paraná, donde sai a maior parte dos brasileiros para o Paraguai. A migração forçada é causada pela política de concentração de capital do atual sistema. Falta informações sobre a real situação dos brasileiros no Paraguai. Os brasileiros foram para o Paraguai não porque lá esta tudo bem, mas porque são expulsos da terra do Brasil. Para o brasileiro existe terra no Brasil; é preciso uma reforma agráriaa."**  
**(BASSEGIO et alii, 1979:07)**

Produzido três anos após a criação da Comissão Pastoral da Terra, o documento transparece uma visão de problema agrário como problema pastoral, e cobra aos membros da congregação a realização de um trabalho de base que

---

organizasse e conscientizasse os brasileiros em seus direitos, objetivando sua fixação à terra. Outras cobranças e sugestões são feitas aos governos dos dois países, para que se posicionassem frente à situação exposta; à Comissão Pastoral da Terra e à Comissão Justiça e Paz do Paraná, para que realizassem um minucioso levantamento sobre o problema da terra e o abuso de autoridades paraguaias; às Igrejas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul para que alertassem a população sobre a situação dos brasileiros no Paraguai. Finalmente, solicitava a divulgação desta mesma situação na imprensa nacional(20). A página de rosto deste documento reproduz um mapa localizando a distribuição das colônias no Paraguai (Mapa 9), que foi reproduzido pela imprensa periódica nacional, no mesmo ano (Mapa 10).

O trabalho realizado pelas duas províncias da Congregação dos Missionários de São Carlos em território paraguaio, da forma como o estamos analisando, enriquece nossa percepção sobre diferenciações internas entre os pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai. Os chamados brasiguaios que retornaram ao Brasil em 1985, de forma organizada, são apenas uma pequena porcentagem desta população total de brasileiros. Existem grandes concentrações no Departamento Alto Paraná sobre os quais só obtive informações através da imprensa brasileira ou dos relatos de religiosos, que hora analisamos.

---

Mapa 9 - BRASILEIROS NO PARAGUAI

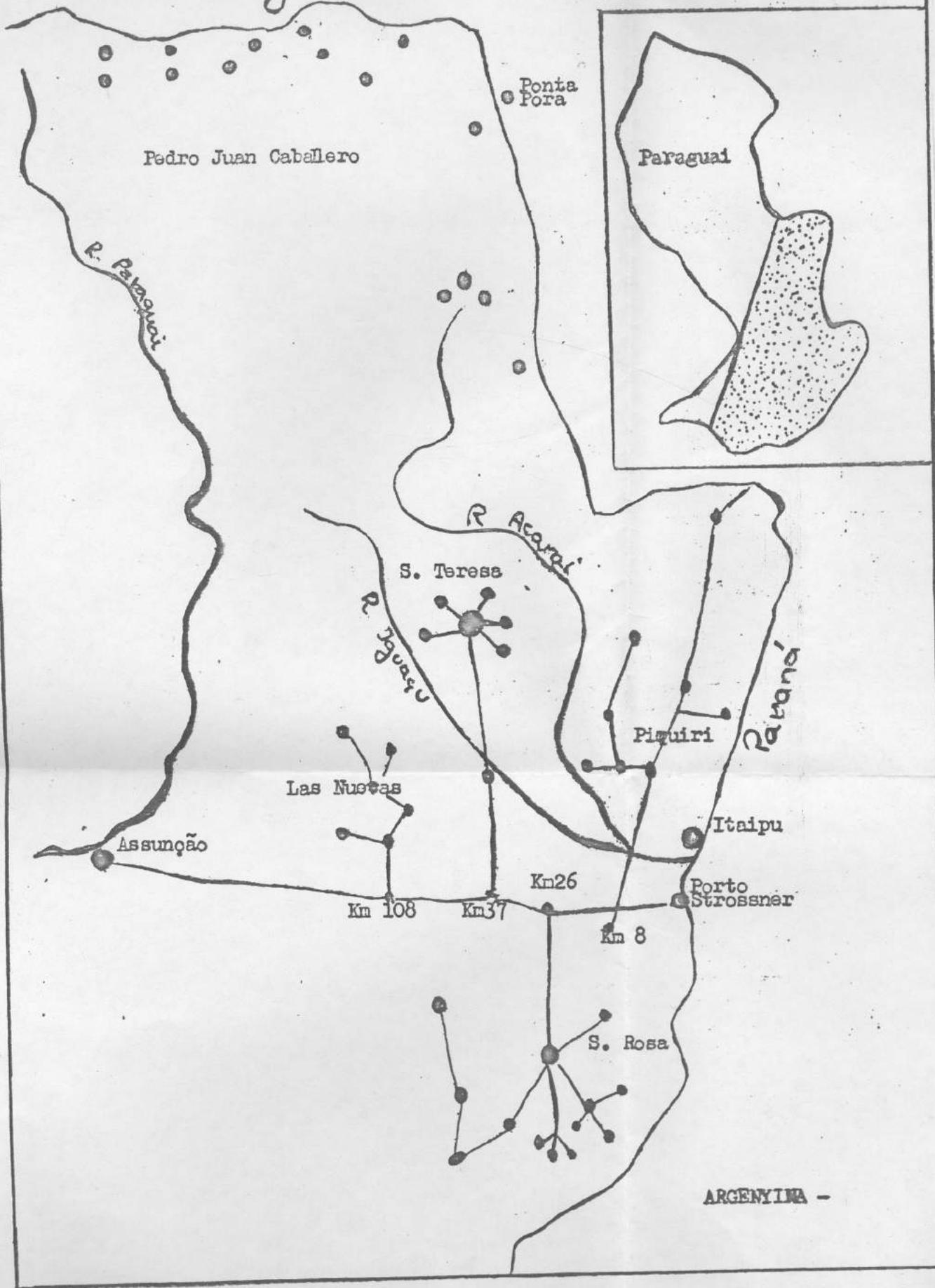
Fonte: (BASSEGIO Et alii, 1979:capa)

# Brasileiros

no

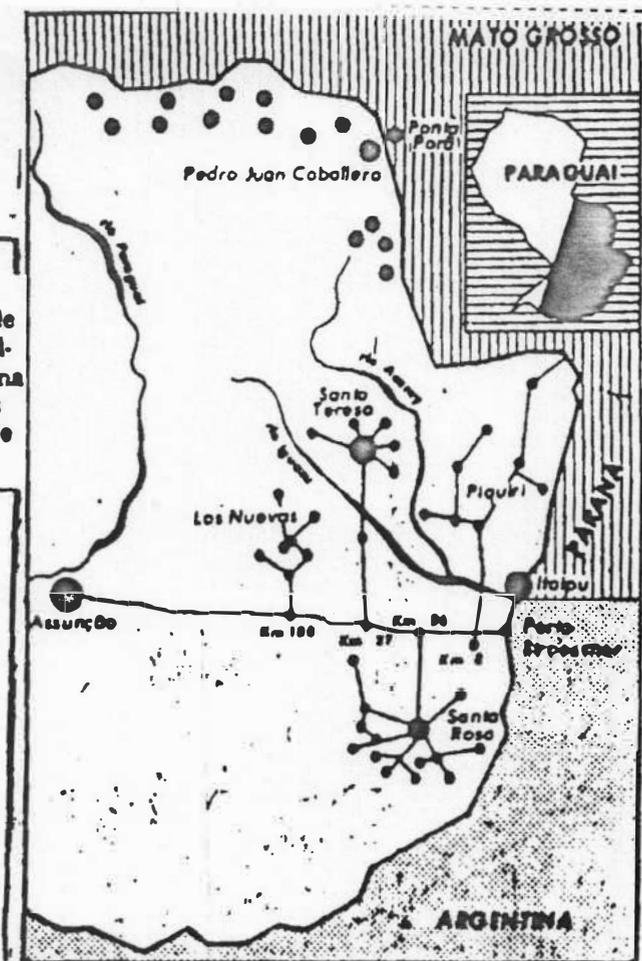
# Paraguai

MATO GROSSO



Mapa 10- PIQUIRI, SANTA ROSA, SANTA TEREZA E LAS NUEVAS

Piquiri, Santa Rosa, Santa Teres e Las Nuevas são os quatro núcleos de população brasileira no Paraguai, onde colonos atraídos por promessas de fornecimento de escrituras — até hoje não cumpridas —, começam a sofrer uma ação de despejo em benefício de empresários brasileiros e paraguaios, com a conivência do Instituto Paraguai de Bien-Estar Rural e a omissão do consulado do Brasil.



Fonte: FSP, 22/04/79

---

Proprietários de terra, brasileiros, que tivemos a oportunidade de conhecer na comunidade Caacupé, em Santa Tereza (Departamento Caaguazú), não obstante o nível de conforto em que vivem, insistiam em afirmar que "aquilo não era nada" perto das "ótimas colônias" do Alto Paraná, que possuiriam sinais considerados inquestionáveis de prosperidade, como prédios e casas de alvenaria, ruas pavimentadas, "churrascaria com música ao vivo", "hotel de três estrelas" e "chafariz na praça". Um outro parâmetro de progresso apontado é a realização das chamadas "Festas da Soja", com desfile e benção das máquinas agrícolas, escolha de "rainhas" e "princesas" da soja, missas e churrascos campais, bailes animados por conjuntos musicais vindos do Rio Grande do Sul, entre outras atividades que consagram as festas como rituais de consolidação da presença daqueles produtores brasileiros, notadamente os provenientes dos estados sulistas, no Paraguai. São, outrossim, rituais de confirmação da ampliação das áreas de plantio, índice de fortalecimento das comunidades.

Esta diferenciação não é, no entanto, geográfica. Registram-se situações de enriquecimento e de estabilidade também entre pequenos produtores brasileiros residentes em localidades pertencentes aos Departamentos Caaguazú e Canindeyu; e segmentos camponeses insatisfeitos com sua atual situação que residem nas "colônias ótimas" do departamento Alto Paraná. Para estes últimos parece ter se voltado preferencialmente a atenção da Província de São

---

Paulo da Congregação dos Missionários de São Carlos, como também da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através do Setor Migrações e Turismo, ligado à sua linha 6, e que em 1978 foi assumido pelo Padre Jacyr F. Braido, membro da congregação.

Não podemos, no entanto, esquecer que os religiosos da província de São Pedro, que direcionam a integração dos pequenos produtores rurais brasileiros residentes no Paraguai no sentido da aceitação de algumas situações consideradas injustas, não se abstiveram de bater-se pessoalmente contra autoridades paraguaias para defender os direitos de camponeses presos ilegalmente ou com sérios problemas de titulação de suas terras. O trabalho realizado pela Província de São Pedro, neste sentido, não apenas avançou em extensão dentro do Paraguai, mas também avançou de maneira intensiva, com a criação de seminários que buscam formar lideranças religiosas entre filhos de brasileiros residentes no Paraguai, e mesmo aceitando jovens paraguaios, o que pressupõe um alargamento dos horizontes pastorais e um fortalecimento da mediação eclesial internamente às chamadas colônias de brasileiros no Paraguai.

## 5.2. AS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS FACE ÀS MINORIAS ÉTNICAS E SOCIAIS.

A partir de julho de 1979, as conferências episcopais do Brasil (Conferência Nacional dos Bispos do

---

Brasil/CNBB) e do Paraguai (Conferencia Episcopal Paraguaya/CEP) realizam um esforço conjunto para o reconhecimento das realidades enfrentadas por trabalhadores rurais ou urbanos que transitavam entre a fronteira politico-administrativa dos dois países. A iniciativa partiu de hierarquias mais baixas, a nível de dioceses limítrofes do Brasil, Paraguai e Argentina. A primeira reunião acontece em Foz do Iguaçu(PR), e intitulou-se Encontro de Pastoral das Migrações Limítrofes.

Os bispos brasileiros, entre eles Dom José Gomes, de Chapecó (SC), denunciaram "êxodos" de pequenos produtores rurais procedentes do Estado do Rio Grande do Sul, que estariam dirigindo-se para Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Rondônia; e também daqueles procedentes dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em processo de deslocamento para a República da Argentina. Além destes, destacaram o "êxodo" de camponeses procedentes dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para a República do Paraguai. O documento final do encontro aponta algumas causas consideradas para estes deslocamentos: "a alta densidade demográfica nas áreas de minifúndio, o espírito de busca de novas terras por parte de descendentes de europeus, a mecanização da lavoura, a progressiva absorção e concentração das pequenas propriedades, a frustração de duas safras consecutivas na monocultura da soja e as desapropriações decorrentes da construção de Itaipu".(BRAIDO,1983:09).

---

Entre as conclusões da reunião, está a promoção de "encontros de alto nível" entre as conferências episcopais do Brasil, Paraguai e Argentina, tendo como tema as chamadas migrações limítrofes. Grupos de trabalho entre as dioceses limítrofes de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo(PR), e Alto Paraná e Concepción, paraguaias, foram estabelecidos. Firmaram-se compromettimentos mútuos de atenção pastoral e de assessoria jurídica aos migrantes de um país à outro. Solicitou-se especificamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que pressionasse o governo brasileiro pela execução de uma reforma agrária, entendida como uma solução para o problema que significava para a Argentina e o Paraguai o ingresso de milhares de pequenos produtores rurais provenientes do Brasil em suas regiões fronteiriças, situação que potencialmente vinha agravando as tensões sociais no chamado Cone Sul.

A Igreja Católica se coloca então como força política que se sobrepõe à delimitações de fronteiras politico-administrativas internacionais, capaz de transitar sobre as mesmas com outros critérios administrativos e hierárquicos que não necessariamente se coadunam com aqueles dos governos dos Estados - Nação em jogo:

"O tema das migrações limítrofes não deve colocar os cristãos em campos antagônicos determinados pelo conceito de fronteira de Estados, em que os conacionais devem ser privilegiados como irmãos e os que são de outra nacionalidade considerados como estrangeiros. À luz da Bíblia descobrimos uma pedagogia divina que conduz a um universalismo baseado na Fé e não em

conceitos (ou preconceitos) humanos."  
(BRAIDO,1983:11).

Em julho de 1980(21) realizou-se em Asunción, capital paraguaia, o Primeiro Encontro das Presidências das Conferências Episcopais de Brasil e Paraguai, onde foram confirmados acordos mútuos de assistência pastoral e jurídica aos cidadãos dos dois países que tivessem optado pelo cruzamento da fronteira internacional. Mais uma vez é sugerida à Conferência Nacional do Bispos do Brasil que procurasse estudar e identificar as causas do "problema migratório brasileiro". A partir daí se formaliza a ponte entre a missão e os conselhos episcopais. A generalização dos conflitos em torno da migração faz com que, em determinado momento, a ação missionária se aproxime da ação episcopal e da atuação da Comissão Pastoral da Terra. A seguir, um trecho do documento final do encontro:

"De hecho, la migración al Paraguay por parte de brasileños depende en gran medida de la política agraria brasileña actual, que privilegia el modelo de latifundio y la explotación, con monocultivos de productos de exportación y ganadería destinada al mismo efecto. Esto impulsó el capital brasileño hacia inversiones lucrativas en el Paraguay, relegando a un segundo plano la condición humana y social de pequeños campesinos, provocando el exodo de muchos de ellos, mas allá de la frontera del país."(BRAIDO,1983:17).

O aparato eclesial percebe a necessidade do acompanhamento regular da questão, promovendo encontros semestrais de organismos pastorais de migração do Brasil e do Paraguai. De março de 1982 a março de 1983 três encontros são realizados(22), nos municípios de Puerto Presidente

---

Stroessner (APR) e Foz do Iguçu (PR). Neles se percebe uma crescente preocupação com o processo de retorno ao Brasil de famílias brasileiras que estavam no Paraguai, movimento configurado como de reemigração, que pressiona uma posição pastoral das entidades reunidas: "se sugere observar en las comunidades si el fenómeno de la reemigración existe, como se observó, en que proporción continua hacia el Brasil y si es posible ayudar pastoralmente" (BRAIDO, 1983:23). Note-se que neste período já estavam sendo registrados retornos de pequenos produtores rurais brasileiros provenientes de Canindeyu e que, junto com camponeses sul-matogrossenses, vinham ocupando imóveis improdutivos naquela unidade da federação.

Os encontros aproximam institucionalmente entidades confessionais do Brasil e do Paraguai, como a Comissão Justiça e Paz do Paraná (23), o Centro de Estudos Migratórios de São Paulo, a Igreja Evangélica da Confissão Luterana dos dois países, a Comissão Pastoral da Terra do Paraná, o Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE), e o Programa de Ayuda Cristiana (PAC), que estabelecem a realização de estudos detalhados sobre a situação sócio-econômica dos chamados migrantes brasileiros nos Departamentos Alto Paraná e Canindeyu.

Em novembro de 1980, em Presidente Stroessner, realizou-se o Encuentro sobre migración brasileña, estructura y fuerza de trabajo en Alto Paraná, promovido pelo Departamento de Estudios do Comité de Iglesias, com a

---

participação de agentes pastorais do Departamento Alto Paraná, do Bispado de Foz do Iguaçu (PR) e da Comissão Justiça e Paz do Paraná.

O documento final constata que, em relação à colonização e à estrutura produtiva, "los campesinos migrantes a la región de Alto Paraná son en su gran mayoría pobres, aunque existen algunos en buena situación", e, brasileiros ou paraguaios, são afetados pelos mesmos tipos de problemas. Reconhece, outrossim, que as autoridades tendem a "aprovecharse más la indefensión de los migrantes brasileños". É feita uma análise sobre o choque entre a colonização "espontânea e tradicional" de camponeses brasileiros e paraguaios, que se instalam como posseiros e o novo padrão de colonização privada que se instalou na região notadamente através de empresas colonizadoras brasileiras. O documento constata ainda uma tendência à deteriorização da capacidade produtiva do pequeno agricultor, onde "los que están en buena situación se vayan constituyendo en pequeñas o grandes empresas y los que están en mala situación se conviertan solo en asalariados". Esta deteriorização aparece ligada à exclusividade no plantio de cultivos de renda. Os agentes pastorais paraguaios percebem uma exportação de tensões sociais do Brasil para o seu país, e consideram que o que está acontecendo no Alto Paraná "es casi una cópia de lo que 20 años atrás ocurría en el Estado de Paraná, Brasil. Nos han exportado su problema".

---

Se verificou também o processo de expulsão de camponeses sem terra em decorrência do encarecimento e da mecanização das terras, associado à instalação de grandes empresas de caráter transnacional na região; a existência de problemas de administração da justiça, ante abusos das autoridades; e a ineficácia e venalidade da justiça. Toda esta situação estaria levando a que parte dos migrantes brasileiros estivesse retornando ao Brasil, aliada à fracassos de produção, problemas com a titulação das terras, falências de empresas que compram sua produção e o vencimento de "contratos de aparcería".

O encontro debateu longamente a questão da integração entre brasileiros e paraguaios. Numa concepção que ultrapassa os marcos das fronteiras internacionais, e revela a transnacionalidade do aparato religioso, se concluiu que "la frontera principal no es el río, sino la que existe entre los que ejercem la dominación e los dominados". São feitas referências à conflitos decorrentes das formas de ocupação da terra e do abuso de autoridades. Outros fatores de conflito aparecem associados à formas distintas de dominação: de um lado a econômica e cultural exercida por segmentos da população de origem brasileira; e do outro a social e política exercida pelas autoridades paraguaias. Foram apontados fatores que dificultam a integração: o sectarismo de grupos religiosos, a predominância total de brasileiros em algumas localidades, a imagem que cada grupo nacional faz um do outro, o

---

trilinguismo, e "un resentimiento latente por antecedentes históricos provenientes de la Guerra de la Triple Alianza".

Concretamente, os agentes patorais paraguaios se propõe a estimular a organização de camponeses paraguaios e brasileiros na região, criando instrumentos de apoio para esta organização, através de sua presença institucional e da disposição de religiosos e entidades confessionais. Há um comprometimento quanto à oferta de assessoria jurídica, acompanhada de tarefas de organização. Em relação aos pequenos produtores rurais brasileiros que estariam voltando ao Brasil, o documento sugere "hacer un trabajo de mentalización, organizando el regreso" (CIPAE, 1980a) (g.n.).

As organizações do Brasil fizeram algumas propostas, anexadas ao documento. O Bispado de Foz do Iguaçu (PR) comprometeu-se a levar as informações do Encontro para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e sugeriu uma segunda reunião dos bispos das regiões limítrofes de Brasil, Paraguai e Argentina. A Comissão Justiça e Paz reivindicou uma maior integração com o Comité de Iglesias, e a aproximação da Comissão Pastoral da Terra, regional do Paraná, aos eventos; propôs ainda que denúncias concretas e documentadas sobre arbitrariedades na região fossem remetidas ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e utilizadas em denúncias públicas.

Quando da realização deste encontro, o Comité de Iglesias já tinha em mãos os dados brutos obtidos em

---

trabalho de campo realizado entre julho e novembro de 1979, que atingira 533 famílias de pequenos produtores rurais brasileiros (339) e paraguaios (194), além de 121 entrevistas com "informantes qualificados". Este trabalho, que iniciara em maio de 1979, fora solicitado pela Congregación Evangélica del Rio de la Plata e pela Diócesis Católica del Alto Paraná, "con el proposito inicial de conocer la magnitud de la migración brasilera a la región, y los problemas tanto de tipo económicos, sociales como de integración a la cultura paraguaya que la aquejaba"(CIPAE, 1981b:01)

O interesse pela questão já levava a publicação dos estudos Estructura productiva, fuerza de trabajo y formas de producción (el caso de la migración brasileña en Alto Paraná y su incidencia en la pastoral), em 1980; e Migración brasileña al Alto Paraná: canales de integración, em 1981. Em novembro deste mesmo ano o CIPAE publica Formas de organización productiva campesina. El caso de la migración brasileña al Alto Paraná y su impacto economico y social, trabalho de referência para estudos posteriores sobre a situação fundiária daquela região de fronteira, redigido por Tomás Palau, Daniel Campos, Quintín Riquelme e Dario Ortíz. A partir de uma tipologia das chamadas colônias, segundo os grupos beneficiários (paraguaios, brasileiros, "mistos") e o agente colonizador (colonização oficial, privada ou "espontânea"), o estudo nos fornece quadros precisos sobre as relações existentes entre os diversos segmentos de

---

população brasileira (pequenos e médios produtores, empresas rurais, colonizadores, pretensos proprietários, madeireiros, militares, empresas financeiras, pistoleiros) e da população paraguaia (campesinos, indígenas, funcionários de aparelhos fundiários, juizes, policiais, militares, pretensos proprietários, colonizadores, soldados, entre outros).

Uma das informações mais interessantes refere-se à formas como os pequenos produtores rurais brasileiros penetram nas colônias públicas administradas pelo IBR, com a autorização direta de seus funcionários ou através da "compra de direitos" aos chamados campesinos paraguaios. Mesmo aqueles brasileiros de poucos recursos tendem a chegar ao país mais monetarizados que os paraguaios, e terminam por ocupar suas terras após o pagamento em espécie. Outra forma de penetração é aquela violenta, que - perpetrada por grandes proprietários das adjacências - se apossa das áreas de assentamento público, expulsando os campesinos, no mais das vezes com a conivência de autoridades paraguaias.

A seguir transcrevemos alguns dos quadros elaborados pelos autores do trabalho, relativos à colonização e aos agentes colonizadores envolvidos na organização e transferência de populações camponesas paraguaias e brasileiras para os Departamentos Alto Paraná e Canindeyu:



Quadro 10 - Agentes colonizadores brasileiros em colonias de poblamiento eminentemente brasileiro.

Colonia	Año Fund.	Colonizador Compañía	Localización
Paraguasil	1963	Manuel O. Teixeira	Hernandarias
C. Coronel	1970	Antonio Martins	Itakyry
Katueté	1971	James Watt Longo	Saltos del Gauira
Santa Rosa	1971	João Muxfeld	D. M. de Irala
Los Cedrales	1972	Paulo Bois	D. M. de Irala
La Paloma	1973	João Borba	Saltos del Gauira
Formosa	1973	Pitincur	D.M. de Irala
San Luis	1973	Leopoldo Pilye	D. M. de Irala
Carro Largo	1973	João Muxfeld	D. M. de Irala
Naranjito	1973	João Muxfeld	D. M. de Irala
Procopio	1974		Pto. Indio
Limo'y	1975	Virgilio Gomes de Barro	Pto. Indio
Naranjal	1976	Willy Ludecke	D. M. de Irala
Corpus Cristi		Karapá S.R.L. (A. A. Figueredo)	Saltos del Gauira

Fonte: (CIPAE, 1981 (b) : 29)

Quadro 11 - Agentes colonizadores paraguayos en colonias de poblamiento eminentemente brasilero.

Colonia	Año Fund	Colonizador Compañía	Propietario	Localización
General Díaz	1977	Vda. de Ocampo	Vda. de Ocampo	Hernandarias
General Díaz		Colonizadora Sacil S.A.	Barrioconal	Pikyry
General Díaz		Inmueble Paraguay	Falabella	Pikyry
Campo Limpio		Johannsen	Gral. Gerardo Johannsen	Pikyry

Fonte: (CIPAE, 1981 (b) : 30)

Quadro 12 - Agentes colonizadores mixtos en colonias de poblamiento eminentemente brasileiro.

Colonia	Año Fund.	Colonizador Compañía	Propietario	Nacionalidad	Localización
Sta. Teresa	1962	Lino Marchetti Mauro Laterza	M. Laterza	Brasileiro	J.L.Mallorquin
E. Estigarribia	1968	Industrial Mbaracayú S.A.	Alberto Fernandez Luis Lanus	Paraguayo	Hernandarias Pikyry
Raúl Peña	1977	Plínio Klemann. Pampliega. Dominguez D. Brizuela.	P. Klemann Pampliega Dominguez Brizuela	Brasileiro  Paraguayos	D. M. Irala
Puente Kihá	1971	Albino Abreu Figueiredo	A. Abreu Figueiredo	Brasileiro, Paraguayos	Salto del Gaurá
Alborada		Albino Abreu Figueiredo	A. Abreu Figueiredo	Brasileiro, Paraguayos	Salto del Gaurá

Fonte: (CIPAE, 1981 (b) : 31)

Estes quadros bem demonstram o aprofundamento do conhecimento localizado dos organismos e entidades eclesiais do Brasil e do Paraguai, e a intensificação de sua ação mediadora.

Neste mesmo período o Bispado do Alto Paraná criou um programa específico para a prestação de assistência jurídica a camponeses, paraguaios ou brasileiros, envolvidos em situações de conflito pela posse da terra, chamado Programa de Ayuda Cristiana (PAC), que durante uma década

---

(1980-1990) esteve diretamente envolvido naquelas questões. Mesmo que nos adiantemos um pouco na cronologia que apresentamos sobre os encontros das conferências episcopais dos dois países, transcrevemos adiante os acompanhamentos realizados pelo PAC junto a pequenos produtores rurais brasileiros, e também aqueles onde o pretense proprietário é desta nacionalidade. Não serão incluídos aqueles registros de conflito entre os chamados campesinos e oficiais ou pretensos proprietários paraguaios ou de outra nacionalidade, que não brasileira. Note-se, outrossim que em inúmeras destas últimas situações, os pequenos produtores rurais paraguaios são expulsos de suas terras sob a alegação de que "los brasileños le pagarán mejor"(PAC, s/d :19). O trabalho do PAC realizou-se sob intensa pressão de autoridades militares, judiciárias e pretensos proprietários. Um dos advogados da entidade, Dr. Heriberto Alegre, passou 10 meses preso, entre setembro de 1984 e junho de 1985, acusado de instigar grupos de camponeses paraguaios para que ocupassem terras no Alto Paraná.

**Quadro 13 - Atendimentos realizados pelo PAC envolvendo cidadãos brasileiros**

Local Data	Brasileiros envolvidos	Situação de conflito	Encaminhamento
Porto Saue  (1981)	"10 colonos"	Proibição, pela empresa "Monitor", de cultivo das terras, a serem inundadas por Itaipu, no ciclo agrícola de 1982.	Acordo do PAC com executivos da empresa p/ que os colonos pudessem plantar, para colher em abril de 1982. Em janeiro, tendo sido indenizados, e temendo a inundação, grande parte muda-se para a Colonia Alborada, em Canindeyu.
Pozuelo 1984	"um grupo de colonos"	Compraram as terras em 1974, e até então não haviam recebido as escrituras.	Acordo do PAC com proprietário para que assinasse contratos de venda. Em 1986, vende parte das terras para outra pessoa. Os advogados entram com uma ação e o caso passa para o CIPAE.
Porto Marangatu	Prop. Hugo Zampieri 30% dos ocupantes	Em jan.84, 50 fam. de camp. paraguaios ocupam terras de Zampieri. 28.000 has., às margens do rio Paraná. Quando o PAC e IBR chegam, 110 famílias, 70% paraguaias. Filho de chefe de polícia de Asuncion compra parte do imóvel (título falso) e, em agosto de 84, os policiais tomam posse das terras. Mulheres violentadas.	Ver PAC, s/d,(b).

Local / Data	Brasileiros envolvidos	Situação de conflito	Encaminhamento
Virgem de Fátima - La Paloma (1981)	Prop. Jose de Assunção e Argemiro Assunção Sobrinho	Em 1971, camp. paraguaios instalam-se no local. Em 73 o pret. prop. (978has) entra com ação. Em 75, o juiz de Villarrica condena os ocupantes a desocuparem o imóvel. Nos anos seguintes, vários são presos na Delegación del Gobierno de Saltos del Guará. Em 78, o IBR reconhece a Comisión Vecinal(24). Em agosto de 79, conseguem a expropriação de 500 has (Decreto 8.959 do Poder Ejecutivo de La Nación). As pressões continuam e o PAC é acionado em 1982.	Reuniões com o IBR e prop., acordo de permuta.
Mbaracayugleba	4.000 famílias	A colonizadora Mbaracayugleba vendeu as terras, e a maioria das famílias a pagou totalmente. A sociedade se dissolveu e os sócios entram em disputa judicial, tornando-se legalmente impossível a entrega de escrituras.	Intervenção do Bispo evitando o arremate das terras.
Laura (1984)	"colonos"	2.500 has de La Industrial Paraguaya, vendidos pela Inmobiliaria Paranaense S. A.LIPSA recupera terras e vende 860 has. a general paraguaio, e exige novos pagamentos dos colonos. Invasão de domicílios por soldados armados.	Com auxílio do PAC, camponeses conseguem títulos

Local / Data	Brasileiros envolvidos	Situação de conflito	Encaminhamento
Santa Tereza (Fracción Laterza)	prop. Lino Marchetti; 17 famílias da comunidade San Rafael "100 famílias"	Colonização iniciada em 68 por Lino Marchetti, que vende além de seus 15.000 has, outros 30.000 dos arredores, e abandona o país. A colonizadora Greco-Paraguaya, de Eutimio Ioannidis assume, e exige novo pagamento. Em 72, um militar paraguaio, Mario Laterza, se apresenta como proprietário. tenta expulsar os <u>colonos</u> . Acompanhado de 29 soldados realiza várias prisões	Continua o problema.
Sociogo (Distrito Domingo M. de Irala)	Pret. prop. Angelin Fernandez	Ocupada a partir de 79 por camponeses paraguayos. Em 82, 45 famílias ocupavam 450 has. A.Ferdinandez possui 250 has, mas como se limita com terras fiscais, tenta se apossar de toda área. Coloca tratores, destrói benfeitorias, fraciona a terra entre 'prestanombres'. Em março de 84, 12 camponeses são presos, 12 casas queimada e os poços envenenados. "Las acciones depredadoras estaban a cargo de brasileños, quienes armados con revólveres y escopetas, llegaban apoyados por fuerzas policiales de la Delegación del Gobierno, amenazando a los pobladores. Angelin Fernandez tiene dinero" (PAC, s/d: 23)	As famílias foram transferidas pelo IBR em 84, para a Colonia Itaypytá, ao norte de Hernandarias.

Fonte: (PAC, s/d (a) pp 1-25)

---

O Programa de Ayuda Cristiana produziu ainda dois relatórios sobre conflito que atingiam (ou atingem) diretamente pequenos produtores rurais brasileiros. Um deles refere-se à pressões do proprietário da companhia colonizadora "La Greco-Paraguaya", Eutimio Ioannidis, sobre colonos paraguaios e brasileiros da localidade de Santa Tereza, a mesma percorrida pelos padres carlistas em 1972, e onde se instalou a primeira missão da Congregação dos Missionários de São Carlos em território paraguaio, no ano de 1974. O outro relatório do PAC denuncia tentativas de expulsão de dezenas de famílias de camponeses paraguaios e brasileiros das terras que foram de Primo Zampieri, no Departamento Canindeyu.

O documento Memorandum sobre Colonia Santa Tereza (Reserva Paraguaya), de dezembro de 1986, assinado pelo advogado Heriberto Alegre, relata como as ameaças do Sr. Ioannidis contra os pequenos produtores rurais brasileiros que já haviam pago suas terras à Lino Marchetti (ver quadro anterior) levaram a que cerca de mil famílias deixassem a área, no decorrer dos anos 70. Os colonos paraguaios são obrigados a pagar preços exorbitantes, numa estratégia do colonizador para expulsá-los das terras. Por duas vezes, a partir de 1979, o Instituto de Bienestar Rural (IBR), intervém na colônia, mas denúncias dos camponeses afirmam que, informalmente, os interventores aconselhavam-nos a pagar o que o colonizador estava exigindo. Em 19 de julho de 1982 o padre carlista Beniamino Basso, pároco de Santa

---

Tereza, com advogados do PAC, dirige-se ao IBR, em Asunción, denunciando que a maioria dos colonos já tinha pago pelas terras, sem obter os títulos concernentes. Registram-se a seguir inúmeras tentativas de acordo, manifestações públicas, o reconhecimento da Comision Vecinal, pagamentos em juízo, sem que se tenha uma solução para o problema. Em dezembro de 1989 o novo pároco de Santa Tereza, padre Julio Soster, da Congregação dos Pobres Servos, sofre um atentado à bala. No mês seguinte, ocorre uma grande manifestação na sede da colônia, com a presença do Delegado de Gobierno, altas autoridades fundiárias, religiosos, camponeses paraguaios e brasileiros, representantes da Seccional Colorada local e sindicalistas da Asociación de Agricultores del Alto Paraná (ASAGRAPA). Quando de "survey" realizado em maio de 1990, em Santa Tereza, a situação permanecia tensa.

O outro documento, Caso Zampieri, provavelmente de 1988, é um histórico dos conflitos que atingem as localidades de San Sebastian, Cristo Rey, Aparecida e Pozuelo, no Departamento Canindeyu. Trata-se de 17.000 hectares de terra totalmente ocupados por pequenos produtores rurais paraguaios e brasileiros. As terras pertenciam ao brasileiro Primo Zampieri, que teve sua assinatura falsificada pelo Juiz de Paz de Ipejhú. A falcatrua permitiu a "venda" das terras a 17 paraguaios. Os sucessores de Primo Zampieri demandam a nulidade destes títulos na justiça, enquanto seus detentores iniciam processo de pressão contra os ocupantes, pelo pagamento das

---

terras. Os que se recusaram foram processados e presos. O PAC intervém em 1984. Foram constituídas Comisiones Vecinales e negociações passam a ser feitas com o Delegado de Gobierno de Canindeyu. Diante da permanência das pressões, uma comissão de camponeses vai à Assunción, sendo recebida no Instituto de Bienestar Rural, no Ministério da Agricultura, em diversas redações dos principais periódicos do país e na Câmara de Senadores. Um advogado dos ocupantes das áreas vai à Brasília, acompanhado do deputado Sergio Spada (PMDB/PR), e denuncia a situação no Ministério das Relações Exteriores, na Câmara e no Senado. Até a data da publicação do relatório, 1988, ainda não havia sido encontrada uma solução. Note-se que entre os parceleiros do Projeto de Assentamento Novo Horizonte (Ivinhema-MS), onde estão assentados os chamados brasiguaios que retornaram ao Brasil em 1985, identificamos algumas famílias provenientes destas áreas. Também registramos outras famílias, arrendatárias no mesmo projeto, que haviam sido colonos em Santa Tereza.

O Programa de Ayuda Cristiana ainda publicou, em dezembro de 1982, uma Cartilla para el Migrante, destinada a orientar os pequenos produtores rurais brasileiros quanto às exigências do governo paraguaio em relação à migração, e apresentando a legislação sobre propriedade privada, posse de terra, despejos, contratos de trabalho, entre outras questões que lhes atingem diretamente.

---

Em dezembro de 1983 aconteceu em Foz do Iguaçu(PR) o Segundo Encontro das Conferências Episcopais do Brasil e do Paraguai, onde foi lançado um documento crítico ao endurecimento da legislação que regula a migração nos dois países. Dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB declarou na ocasião que estava se verificando uma sensível "diminuição migratória" para o Paraguai e um retorno de pequenos produtores rurais ao Brasil, sem condições de reintegração convenientes. As duas conferências episcopais analisaram ainda a atuação da Comissão Pastoral da Terra e de entidades pastorais congêneres do Paraguai, concluindo que "a ação constante e pacífica da Igreja contribuiu em Itaipu para uma sensível melhora nas indenizações devidas aos que tiveram que deixar suas terras" e pedem que "em projetos semelhantes, conceda-se prioridade à dignidade da pessoa humana e aos aspectos sociais que daí decorrem".(cf. O Globo, 08/01/84).

No ano de 1984, religiosos e sociólogos ligados ao Programa de Ayuda Cristiana(PAC) e ao Centro de Estudos Migratórios(CEM), reuniram-se para realizar um trabalho de investigação que atualizasse as informações obtidas nos estudos anteriores feitos pelo Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia, pelo Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos(CPES) e pelo Centro Latino Americano de Demografia (CELADE) conjuntamente com a Secretaria Técnica de Planificación de la Presidencia da República. O trabalho de campo realizou-se nos meses de fevereiro, março e abril

---

de 1984, em 22 colônias dos Departamentos Alto Paraná e Canindeyu, tendo sido entrevistados 484 chefes de família (181 paraguaios e 303 brasileiros). As colônias visitadas foram: Yoyuy'y; San Miguel; Moreira Cué; Dori Cué; General Diaz; Felix de Azara/San Antonio; Itaipú; Itaipyte; Santa Rosa del Monday; Naranjal; Katueté; J.E.Estigarribia/Gleba 4; Pte. Stroessner/Minga Guazú; Malvinas; Descanso; Fortuna; Barro Blanco; Barro Negro; Corpus Cristi; La Paloma e Reserva Paraguaya/Sta Tereza.

O resultado deste trabalho só veio a público em agosto de 1984, com o título Campesinos y agricultura en zona de frontera agrícola (problemas vinculados a la migración productiva y a la acción de la Iglesia en el Alto Paraná). Antes disto, o Centro de Estudos Migratórios adiantara algumas de suas conclusões ao periódico O São Paulo (31/01/85). Apontam para uma maior incidência de problemas ligados à titulação e mensuração das terras nas colônias paraguaias. Entre as colônias brasileiras que enfrentavam maior dificuldade nesta questão foram apontadas La Paloma e Corpus Cristi (Departamento Canindeyu) e Naranjal e Santa Rosa (Departamento Alto Paraná).

Individualmente, a Conferencia Episcopal Paraguaya dera a conhecer, em 12 de junho de 1983, a Carta Pastoral Coletiva El Campesino Paraguayo y la Tierra. Trata-se de retomada de posição diante da situação dos pequenos produtores rurais paraguaios. Quebrava o silêncio que se seguiu ao período marcado por perseguições políticas a

---

segmentos daquela instituição, notadamente nos anos setenta, em função do apoio dado às chamadas Ligas Agrárias Cristianas(25). A nova carta pastoral incentiva investigações científicas que auxiliem a ação pastoral. Estes estudos são delegados ao Equipo Nacional de Pastoral Social, que, a partir de 1984, passa a produzir cuadernos de pastoral social. Dois deles referem-se detidamente à presença de camponeses brasileiros no Paraguai, percebida como um "impacto" sobre a estrutura produtiva tradicional, tendo como consequências a valorização comercial das terras agrícolas e novas formas de concentração fundiária: Tierra y sociedad (problemática de la tierra urbana, rural e indígena en el Paraguay, de 22 de agosto de 1984; e El fenomeno migratório en el Paraguay, de 1985.

Apesar deste grau cada vez maior de detalhamento e de abrangência nos estudos realizados, apontando para uma intensidade na mediação eclesial, os acontecimentos de junho de 1985, quando cerca de mil famílias de pequenos produtores rurais brasileiros deixam organizadamente no mínimo 12 localidades do Departamento Canindeyu, aparentemente estiveram fora da esfera de atuação de entidades confessionais paraguaias, tendo sido relacionados diretamente a atuação da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Mato Grosso do Sul. Como veremos a seguir, a CPT nunca esteve distanciada das questões envolvendo camponeses brasileiros no Paraguai, tendo atuado sempre que estes lhe procuravam, e, em outro nível, junto aos demais programas,

---

comitês, comissões e centros de estudo do Brasil e do Paraguai que, como vimos, acompanhavam pastoralmente aquela população desde o início da década de 70.

Entre aqueles chamados brasiguaios que viviam nas localidades de La Paloma e Puente Kyjhá, no Departamento Canindeyu, e que hoje estão assentados em Ivinhema (MS), registramos algumas referências aos padres "Patrício" e "Estanislau", e "ao de Catuetê", o que aponta para a existência de uma relação destes camponeses também com a igreja local. Alguns destes religiosos teriam apoiado o desejo de retornar ao Brasil destes camponeses; conforme os relatos abaixo. O primeiro, da esposa de um posseiro da localidade Mbaracayu, e o segundo, da esposa de um arrendatário de La Paloma:

"A Igreja ficava a 14 quilômetros, mas vinha padre sempre. Ele era de Paloma. Tinha o padre Estanislau, tinha o Padre Patrício. O Patrício acompanhou muito nós nos barraco, né. Ali mesmo, em Mundo Novo, ele foi pra lá. E lá ele foi pra Medianeira, parece que tá lá."

"Onde nós morava a igreja chamava Santa Luzia. Meu filho foi feita a primeira comunhão lá. O padre era paraguaio, o nome dele era Estalishau, foi ele que fez meu casamento na Igreja. Só que agora ele não está mais lá. Eu não sei se ele era paraguaio ou boliviano. Ele falava bem. Ele era brabo, aquele padre. Agora dizem que ele tá no Mundo Novo, eu não sei".

Infelizmente, não obtivemos maiores informações sobre o Padre Estanislau. Padre Patrício, no entanto, chama-se Patrício Roani, missionário irlandês que, durante

---

cerca de dez anos, de meados de 1970 a meados de 1980, foi vigário de Saltos del Guaira, capital do Departamento. Foi ele quem recebeu os padres carlistas que realizaram um estágio pastoral em Corpus Cristi, em 1972. Hoje em Medianeira, no Paraná, é lembrado como tendo muitas vezes se colocado contra autoridades paraguaias, como o juiz de paz Sarub, na defesa dos direitos de pequenos produtores rurais brasileiros. Uma liderança, que vivia em Puente Kyjha, também lembra do apoio de religiosos locais:

"Tinha igreja católica e igreja crente, todas as religião. O padre era de origem, não me recordo o nome dele. (...) Nós tivemos em São Paulo, a pouco tempo, numa reunião junto(...). Tava dois padres que vivia lá, tava de Catuetê e tava de Punte Kyjhá.(...) Eles entenderam, deram o maior apoio! Só que era tudo debaixo, ninguém podia saber nada, né".

O paroco de Catuetê, na época, era da Congregação dos Missionários de São Carlos, Pe. Angêlo Ravanello, e seu apoio aos chamados brasiguaios lhe valeu ameaças de morte, tendo sido transferido para Extrema, no Estado do Acre, onde atualmente é o vigário. O fato do trabalhador ter reencontrado estes religiosos num "encontro migratório" em São Paulo bem demonstra que as atuações diferenciadas dos diversos segmentos da Igreja, no Brasil ou no Paraguai, diante da emergência de um problema da gravidade como é o dos deslocamentos transfonteiriços de pequenos produtores rurais, interseccionam-se e concretizam as afinidades, mesmo que com conteúdos conflitivos.

---

Em entrevista com um representante da Comissão Pastoral da Terra do Mato Grosso do Sul, este lembrou que nunca haviam sido feitos contatos entre a entidade e a Igreja paraguaia, naquela região de fronteira:

"Eu pessoalmente não tive contato. Não verdade eu não tenho conhecimento de nenhuma organização da Igreja do Paraguai, ao menos aí nesse trecho de Mundo Novo, que apoia essa organização dos trabalhadores brasileiros que queriam voltar para o país de origem. É possível, como já havíamos falado, que os carlistas tenham dados, também porque naquela região de Foz do Iguaçu tem desenvolvido um outro trabalho também, diferente".

Não obstante esta constatação, temos que a Comissão Pastoral da Terra do Estado do Paraná vivia de outra forma esta relação, como veremos a seguir.

### 5.3. A IGREJA E A MEDIAÇÃO POLÍTICA: CPT E MST

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi idealizada a partir de um encontro realizado em junho de 1975, em Goiânia(GO). Representantes das Igrejas atuantes na Amazônia, diante de situações de violências, despejos e assassinatos em conflitos pela posse da terra em suas dioceses ou paróquias, se comprometeram e articular-se com instituições e organismos sociais que trabalhassem pela aplicação do Estatuto da Terra, em prol da execução de um processo global de reforma agrária. Foi então criada uma "Comissão de Terras", ligada à linha missionária da

---

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que teria o objetivo de "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais" (CPT, 1983:92).

Um ano depois, em 1976, é fundada a Comissão Pastoral da Terra do Estado do Paraná, embora esta só passe a existir oficialmente em 1978, e apenas no oeste do Estado. De 1978 a 1982 a entidade esteve diretamente comprometida com a luta dos chamados atingidos pela construção das hidrelétricas de Itaipú e Ilha Grande. Conforme documento interno à entidade, daí teria surgido formalmente a expressão "trabalhadores rurais sem terra" (CARVALHO, 1990:03). Neste período, são feitos contatos com os pequenos produtores rurais brasileiros que teriam suas propriedades ou áreas de arrendamento em território paraguaio atingidas pelas águas. Para além de representá-los nas negociações, as experiências destes camponeses passam a ser incorporadas e divulgadas em documentos da entidade.

O Mausoléu do Faraó - a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná, documento de outubro de 1978, baseado em Laino(1977), aponta para uma transferência de 39 mil brasileiros para o Paraguai, após a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973. Em junho de 1979, a CPT-PR organizou em Cascavel(PR) um "Simpósio sobre Migrações", que contou com a presença do Secretariado Nacional da Entidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da CPT do Estado do Mato Grosso do Sul, e, vindos do Paraguai, do Comité de

---

Iglesias para Ayudas de Emergencia e da Paróquia de Santa Teresa (Departamento Caaguazú). No documento final do simpósio, intitulado Sem Terra e Sem Rumor, a questão dos "imigrantes brasileiros no Paraguai" mereceu um extenso histórico, além de análises de sua situação jurídica e de um mapa das "comunidades de emigrantes brasileiros no Paraguai" (Mapa 11).

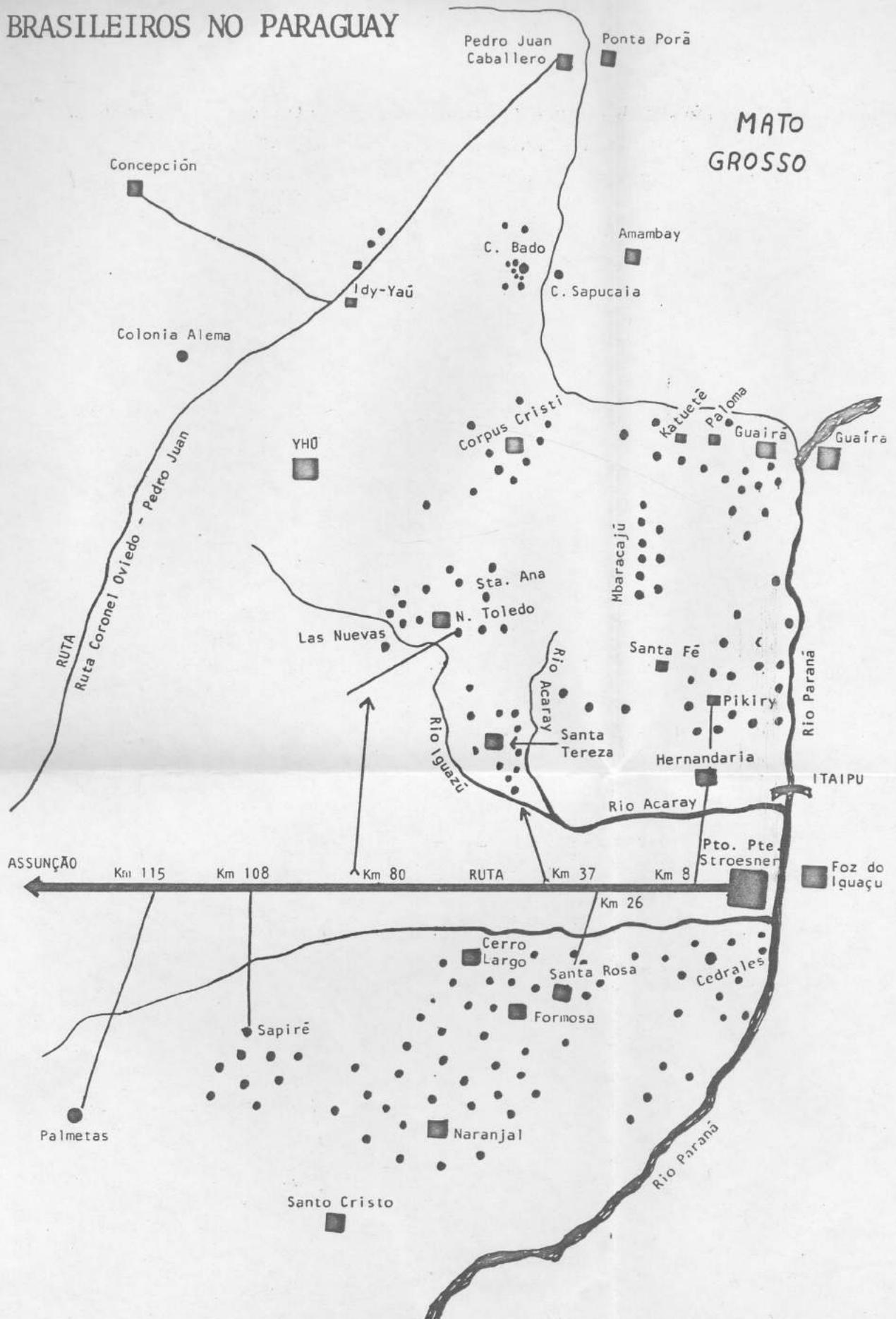
O documento Sem Terra e Sem Rumor reproduz elementos de análise que já haviam aparecido nos relatórios dos missionários brasileiros no Paraguai. Define-se o aprimoramento de um certo padrão explicativo para a presença brasileira naquele país, que se cristalizaria nos documentos produzidos a partir daí pela Igreja e pelo movimento social dos trabalhadores rurais. É parte constitutiva deste padrão explicativo a afirmativa de que a "migração" de brasileiros para o Paraguai seria decorrente de processos de concentração fundiária, de inovações tecnológicas e de incentivos à monocultura da soja, do trigo e do café nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, visando mercados internacionais. Observa-se, ainda, neste mesmo esquema explicativo, argumentos alusivos a possibilidade de retorno destes brasileiros, pela identificação do início deste mesmo processo em terra paraguaias, com a formação de latifúndios e o surgimento de conflitos pela posse de terra:

---

Mapa 11 - COMUNIDADES DE EMIGRANTES BRASILEIROS NO PARAGUAY

FONTE: (CPT/PR, 1979:09)

# COMUNIDADES DE EMIGRANTES BRASILEIROS NO PARAGUAY



---

"Há uma estreita relação da migração brasileira ao Paraguai com a crescente concentração de terras nas mãos de grandes proprietários no Paraná e no Rio Grande do Sul. Entre as causas desta concentração encontramos a mecanização da agricultura, a falta de incentivo oficial ao pequeno produtor e a oscilação do preço das terras (geadas, secas, desmatamentos, mudança de culturas). Em contrapartida tem-se grande incentivo às monoculturas exportadoras (trigo, soja, café), facilidade de financiamento e isenção de impostos para os grandes proprietários.(...) O mesmo processo já começa a se implantar no Paraguai. Já se fazem sentir também no vizinho país as mais variadas formas de pressão contra os pequenos (força policial, judicial, privilégios fiscais, etc.) em favor da minoria que detém os meios de produção e de comercialização".(Sem Terra e Sem Rumo, 1979:11).

Os documentos dos chamados brasiguaios, produzidos com o auxílio de pessoas ligadas à CPT-MS e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mantém esta mesma linha de análise, demonstrando, entre outras coisas, uma relação concreta entre a atuação da CPT e o surgimento do MST. No Paraná, onde esta relação se iniciou, a CPT esteve presente na criação do "Movimento Justiça e Paz", unindo os chamados atingidos, e, posteriormente, na criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), que era formado por mais de seis mil pequenos produtores rurais de municípios do oeste paranaense, como Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu. Conforme Grzybowski (1985:263), a proposta do MASTRO incorporava de modo orgânico sindicatos e grupos de base da Igreja, e ampliava a

---

autonomia da organização camponesa em relação ao Estado e à própria estrutura sindical, representada localmente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cujo primeiro congresso nacional aconteceu em janeiro de 1985, em Curitiba (PR), procedido de um encontro nacional em janeiro de 1984, em Cascavel (PR), data sua origem em ocorrências de conflito pela posse da terra acontecidos no sul do país a partir de 1979. Muitas delas contaram com a participação direta, através da mediação política, de membros da Comissão Pastoral da Terra. São nominalmente citadas "as lutas das fazendas Macali e Brilhante, relacionadas com a reserva indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul (...) a luta dos agricultores que perderam a terra com a construção da Barragem de Itaipu", as ocupações das fazendas Burro Branco, em Campo Erê (SC) e Primavera, em Andradina (SP), em 1980; e "a imensa luta pela resistência da terra, por milhares de arrendatários que trabalhavam nas fazendas dos municípios de Naviraí, Glória de Dourados, etc" (MST, 1986:42-43). Também é lembrado o acampamento formado na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), como exemplo de "lutas isoladas" no sul do país que provocaram a articulação entre os camponeses que delas participavam. Em junho de 1982 realizou-se em Medianeira (PR) um encontro de trabalhadores sem terra dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Em setembro do mesmo ano

---

aconteceu um primeiro encontro de caráter nacional, com a participação de representantes de 16 Estados, em Goiânia (GO).

Não coincidentemente, o ano de 1982 é um marco na periodização histórica da CPT do Paraná, como ano de transição onde a entidade "começa a abandonar os seus compromissos diretos de luta junto com os trabalhadores rurais (ação direta) para assessorar, direta e indiretamente, as iniciativas de fundação de sindicatos, das oposições sindicais, da organização do partido, do movimento dos sem-terra (...) ou seja, começa a dar prioridade às lutas mediadas pelas instituições oficialmente legalizadas"(CARVALHO, 1990:02).

Este padrão de relação entre CPT e MST repete-se no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra contava com apenas algumas comissões municipais naquele Estado, mas a CPT estava em expansão, tendo permanecido à frente na organização de trabalhadores envolvidos nos diversos conflitos pela posse da terra registrados no Mato Grosso do Sul. É desta forma que a entidade tem contato com os pequenos produtores rurais brasileiros que viviam situações difíceis no Paraguai, e passa a reunir-se com os mesmos. Para além dos relatos pessoais, as análises são ampliadas pela anexação daqueles padrões explicativos para a presença brasileira no Paraguai que vinham sendo divulgados desde o início dos anos 70 por entidades confessionais dos dois países.

---

Dada a fragilidade institucional do MST no Estado do Mato Grosso do Sul e sua maior consolidação no Estado do Paraná, há um questionamento do porque dos chamados brasiguaios, provenientes em sua maior parte do Paraná, não terem retornado por seu território ao país. A versão mais comumente citada refere-se à dificuldade que representaria um deslocamento massivo de pessoas através do rio Paraná, o que exigiria uma organização bastante sofisticada, que incluiria balsas e botes, em áreas patrulhadas pela Polícia Federal. Já a fronteira seca com o Estado do Mato Grosso do Sul não representaria nenhum obstáculo ao acesso das famílias. Tal versão enfatiza os acidentes naturais que configuram a fronteira física, associado à capacidade operacional do movimento. Uma outra versão enfatiza a política interna deste mesmo movimento, referindo-se a uma sobrecarga de trabalho que a recepção aos chamados brasiguaios representaria para o MST do Paraná, que já estava envolvido na mobilização de milhares de camponeses daquele Estado, os quais formaram, a partir de julho de 1985, 44 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, a maior parte no oeste, em municípios localizados próximos à fronteira com o Paraguai (cf. MIRAD, 1986:53-60).

Não obstante os dados de realidade que embasam estas afirmativas, o retorno pelo Estado do Mato Grosso do Sul parece ser uma das consequências do estabelecimento de relações políticas entre os chamados brasiguaios e entidades confessionais daquele Estado, em função de outras relações -

---

Sociais, econômicas e religiosas - que eram desenvolvidas em municípios sul-matogrossenses por segmentos consideráveis daqueles camponeses. Ou seja, a mediação se deu pela pressão do movimento social sobre imóveis rurais ali localizados, e que vinha se acentuando, desde o início dos anos 70. No entanto, algumas famílias de pequenos produtores rurais brasileiros residentes notadamente no Departamento Alto Paraná juntaram-se à acampamentos dos denominados sem terra do oeste paranaense, mas o fizeram sob esta mesma designação de sem terra, e não como brasiguaios.

Como já ocorrera no Estado do Paraná, a CPT do Mato Grosso do Sul teve sua mediação eclesiástica limitada pelo desdobramento das questões de terra fora de sua ação institucional. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Mato Grosso do Sul assume a frente das negociações, embora com quadros técnicos oriundos da CPT, e se fortalece enquanto entidade representativa, acompanhando a mobilização dos chamados brasiguaios e dos ex-arrendatários de Naviraí(MS). Os camponeses envolvidos nestes conflitos assinam os documentos da entidade, que os representa formalmente nas negociações e os apoia à nível nacional. Se o documento Carta à População, de 21 de junho de 1985, é assinado apenas pelos "Brasiguaios acampados em Mundo Novo", o Relatório(...) de 18 de julho de 1985 é assinado por "Comissão de Brasiguaios de Mundo Novo e ex-arrendatários de Naviraí" e "Comissão dos Movimentos dos Sem Terra do MS". Um novo documento, de 17 de agosto,

---

acrescenta aos signatários acima, "Brasiguaios de Sete Quedas". No dia 27 de agosto, os representantes dos acampamentos de Mundo Novo, Naviraí e Sete Quedas, que assinam "Comissão dos Acampamentos", divulgam o denominado Documento dos Acampamentos, cujo cabeçalho é "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MS". Na carta enviada pela "Comissão dos Acampados" ao MIRAD, em 13 de setembro de 1985, tem-se como um dos signatários um representante da "Comissão Estadual do Movimento dos Sem Terra".

A partir de janeiro de 1986, os documentos enviados às autoridades fundiárias pelos chamados brasiguaios que permaneciam acampados em Sete Quedas(MS) tem como cabeçalho "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra". Em 20 de janeiro a Executiva Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Mato Grosso do Sul enviou um documento ao MIRAD não mais se referindo à demandas localizadas, mas englobando as diversas categorias em conflito: brasiguaios, sem terra, arrendatários, bóias-frias e parceleiros em projetos de assentamento no Estado. O documento é uma resposta à divulgação do Plano Regional de Reforma Agrária do Estado do Mato Grosso do Sul(PRRA/MS), que previa para o ano de 1986 o assentamento de 4.400 famílias. O MST contabilizava então a existência de 22.000 famílias de sem terra no Estado, além das 1.500 famílias de bóias-frias identificadas em Mundo Novo. O documento alerta para um possível retorno do Paraguai de mais de 6.000 famílias dos chamados brasiguaios, sugerindo que estes fossem assentados

---

em projetos específicos, independentes do PRRA. Os denominados brasiguaios são assim definidos:

"Brasileiros, lavradores tradicionais que foram obrigados a deixar o país em função da má política agrícola dos governos da ditadura. E ao deixar o Brasil (no final da década de 60 e início de 70), numa situação de repressão e desespero, encontraram outra ditadura, mais velha e por isso mais instrumentalizada, onde serviram apenas para desbravar aquelas terras. Expoliados aqui e lá no Paraguai, agora estas famílias querem e tem o direito de retornar à sua pátria, de onde nunca deveriam ter saído; e ainda não foram aceitos aqui, pelo contrário, estão sendo tratados como caso de polícia." (CARTA AO MIRAD, 20/01/86)

A categoria brasiguaios aparece também em documento interno do Secretariado Nacional do MST, como "brasileiros que buscam, no Paraguai, o pedaço de terra que, aqui, lhes é negado pela estrutura fundiária capitalista" (MST, 1986:07).

Sedimenta-se para o movimento social de trabalhadores rurais uma representação de brasiguaios que veio sendo construída através de relatórios e documentos resultantes de "estágios pastorais", "pesquisas", "encontros", "seminários", com a participação de membros de congregações religiosas, conferências episcopais e entidades confessionais que atuam no Brasil e no Paraguai. Estes se enquadram no que Romano(1979) chama de "vanguardas intelectuais", formadas pela Igreja a partir da década de 70, para a elaboração de um discurso político com características próprias. Também se verificou neste período o auxílio intelectual de leigos, com formação acadêmica e vinculados à universidades, que desenvolviam investigações

---

aproximadas à daqueles interesses dos segmentos da Igreja, envolvidos na chamada "questão agrária" e nos problemas relativos à "migração".

Pode-se dizer que existe uma definição "oficial" de brasiguaios, aceita e amplamente divulgada entre os meios eclesiais, sindicais e pela imprensa nacional, sendo inclusive veiculado internacionalmente. No Paraguai, entretanto, semelhante definição tem uma circulação restrita e encontra resistência a sua aceitação.

No próximo capítulo, veremos como os próprios agentes sociais que são falados pelo Estado, pela Igreja e pelo movimento sindical fala sobre si mesmo. Ou seja, analisaremos as representações dos chamados brasiguaios assentados na Gleba Novo Horizonte, sobre suas trajetórias de deslocamento, sobre a vida no Paraguai, a relação com as instituições governamentais, eclesiais e sindicais dos dois países e, notadamente, sobre sua condição de "brasiguaios".